



TÊCPAR
INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ

**RELATÓRIO
DE GESTÃO E
SUSTENTABILIDADE
2022**

PARANÁ 
GOVERNO DO ESTADO



GOVERNO DO ESTADO

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado do Paraná

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil



INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ

Jorge Augusto Callado Afonso
Diretor Presidente

Iram de Rezende
Diretor de Administração e Finanças (interino)

Iram de Rezende
Diretor Industrial da Saúde

Carlos Gomes Pessoa
Diretor de Tecnologia e Inovação

Lindolfo Luiz Silva Junior
Diretor de Novos Negócios e Relações Institucionais

Sumário

Clique no tema escolhido para acessar o conteúdo

MENSAGEM DO PRESIDENTE	04	_____
PRÁTICA DE RELATO	05	_____
PERFIL ORGANIZACIONAL	06	_____
MARCOS E FATOS RELEVANTES	12	_____
ATIVIDADES, MARCAS, PRODUTOS E SERVIÇOS	26	_____
INICIATIVAS EXTERNAS	35	_____
ESTRATÉGIA	41	_____
MATERIALIDADE	44	_____
ÉTICA E INTEGRIDADE	48	_____
COMBATE À CORRUPÇÃO	51	_____
GOVERNANÇA	53	_____
DESEMPENHO ECONÔMICO	60	_____
MEIO AMBIENTE	65	_____
PESSOAS	71	_____
RESPONSABILIDADE SOCIAL	87	_____
SUMÁRIO DE CONTEÚDO GRI	90	_____
EXPEDIENTE	97	_____

Mensagem do Presidente

[GRI 102-12]



Neste ano o Tecpar completou 82 anos e consolidou sua atuação como laboratório público oficial concretizando diversas ações com foco na sustentabilidade da empresa.

É fato que a instituição apresentou uma expressiva recuperação, consubstanciada nos indicadores que demonstraram a realização dos objetivos estratégicos e metas operacionais, sobretudo no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro.

A capacidade demonstrada pelo Instituto na geração de resultados e benefícios futuros para a sociedade resultam na sustentabilidade de forma ampla, a qual é relevante para todas as organizações e, fundamentalmente, para as de pesquisa e desenvolvimento. Isso ocorre porque as atividades de pesquisa e desenvolvimento têm impacto significativo no meio ambiente e na sociedade. Além disso, as organizações de pesquisa e desenvolvimento geralmente têm recursos escassos, mas uma capacidade premente para abordar questões de sustentabilidade, impulsionado a inovação.

Neste e nos anos anteriores os desafios foram inúmeros, mas o modelo de gestão e governança utilizado permitiu a realização de ações de impacto estratégico

contemplando critérios estabelecidos na Agenda ESG, como: criação de espaço físico para atendimento de cidadãos, fortalecimento do canal da ouvidoria para recepção de sugestões de melhoria, utilização de placas fotovoltaicas e reaproveitamento de água no projeto de construção do LIV (Laboratório de Pesquisa e Produção de Insumos para Diagnóstico Veterinário). Neste contexto, ações de tratamento de dados pessoais foram implantadas para atender a Lei Geral de Proteção da Dados.

Ainda no que se refere a Governança, a empresa aprovou a Política de Avaliação de Desempenho Anual dos Órgãos Estatutários e a Revisão da Política de Gestão Estratégica. Realizou também um Curso de Atualização para Administradores e Conselheiros de Administração e Fiscal; aprimoramento e aprovação do processo e Regimento Interno para eleição do Representante dos Empregados no Conselho de Administração.

Quanto a Gestão de Pessoas, as ações foram focadas na realização de programas de capacitação em liderança, riscos e segurança do trabalho. Reconhecemos que a capacitação das pessoas também pode contribuir com a motivação e o engajamento, garantindo que a equipe esteja atualizada com as últimas tendências e tecnologias em seu campo de atuação, o que é crucial para manter a competitividade empresarial.

O Instituto tem a responsabilidade de minimizar o impacto ambiental e social de suas atividades. Ao abordar questões de sustentabilidade, vem demonstrando seu compromisso com a responsabilidade social, ajudando a proteger o meio ambiente. A sustentabilidade tem sido um motor de inovação, incentivando a busca constante por soluções inovadoras para questões ambientais e sociais, desenvolvendo novas tecnologias e soluções que beneficiam tanto o meio ambiente quanto a sociedade.

Dessa forma, a empresa visualizou oportunidades em várias frentes, cumprindo seu papel como instituto de ciência e tecnologia do Governo do Estado, apoiando o desenvolvimento dos municípios, na diversificação e ampliação do seu portfólio para se consolidar como polo de inovação no Paraná e no Brasil.

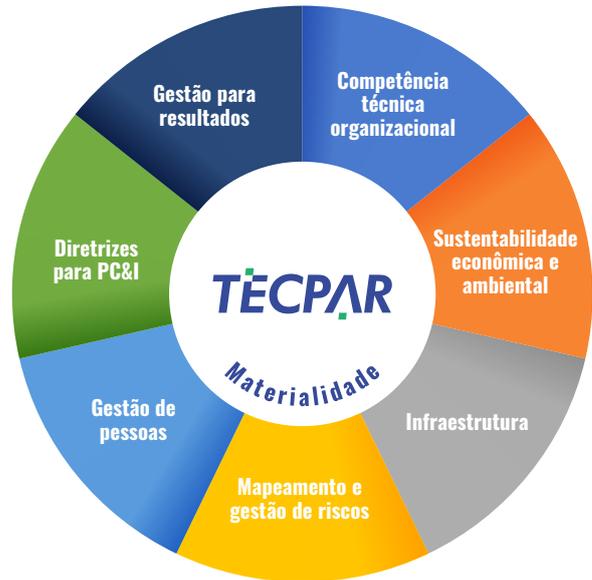
Boa leitura.

JORGE AUGUSTO CALLADO AFONSO

Diretor-Presidente do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar)

Prática do relato

[GRI 102-45] [GRI 102-46] [GRI 102-47] [GRI 102-48] [GRI 102-49] [GRI 102-50]
[GRI 102-51] [GRI 102-52] [GRI 102-53] [GRI 102-54] [GRI 102-56]



Neste Relatório de Gestão e Sustentabilidade, demonstramos nosso propósito de trabalharmos a serviço da sociedade para que tenhamos um mundo mais sustentável, justo e igualitário.

Iniciamos o relato, apresentando nosso perfil organizacional, nossos colaboradores, fornecedores e parceiros, os marcos e fatos relevantes, a cadeia de valor com as marcas, produtos e serviços que geram valor aos negócios e ao mercado, a abordagem da ética e da integridade, as estratégias e a materialidade. Posteriormente, é apresentada a governança, o desempenho econômico, ambiental e social. Devido à natureza deste relatório, há capítulos específicos nos quais é possível observar iniciativas, práticas de gestão, indicadores.

O documento apresenta informações relativas ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022. Havendo atualização de dados e informações relevantes nos primeiros meses, considerados imprescindíveis a serem apresentados neste relato, serão destacados no sumário GRI. O Relatório de Gestão e Sustentabilidade - RGS, foi redigido em conformidade com as normas Global Reporting Initiative (GRI Standards): opção Abrangente.

No final do relatório, será apresentado o Sumário de Conteúdo da GRI, bem como ao longo do relato, quando necessário serão realizadas correlações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dos Princípios do Pacto Global - das Nações Unidas.

A partir de 1998, anualmente, elaboramos o Relatório de Gestão e Sustentabilidade (RGS). O relato mais recente, foi lançado em março de 2022, também publicado no site e no Portal da Transparência. Desde a emissão do primeiro relatório até o presente, nenhum foi submetido a verificação externa.

Esse Relatório foi elaborado pela Assessoria de Planejamento Estratégico, com apoio de grupo multidisciplinar. Todas as informações apresentadas foram apuradas e validadas. Posteriormente, o relato foi submetido à aprovação pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

Para informações ou esclarecimentos sobre o Relatório de Gestão e Sustentabilidade – 2022, dirija-se a Assessoria de Planejamento Estratégico, pelo e-mail: apl@tecpa.br.



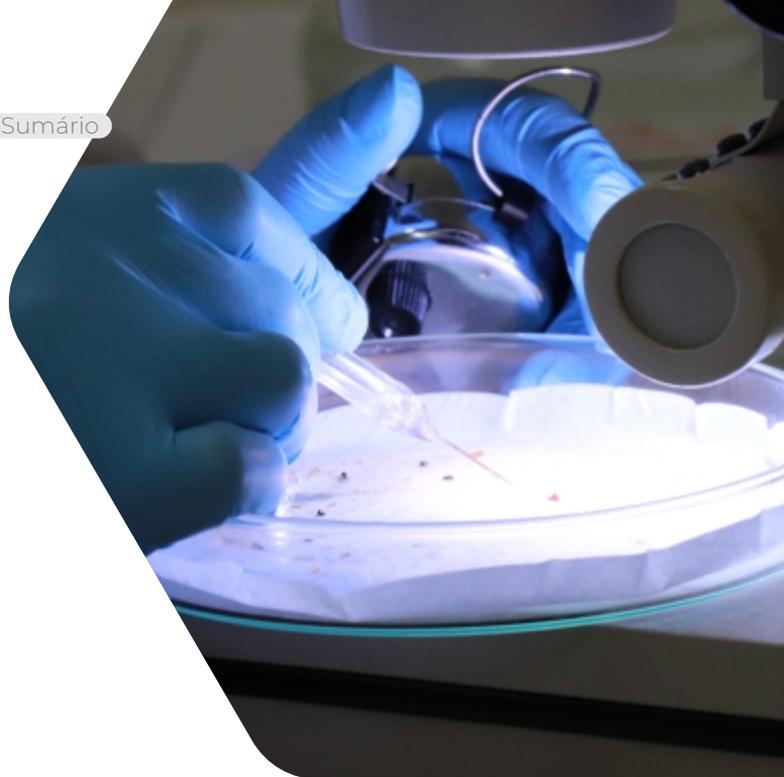
Perfil Organizacional

[GRI 102-1] [GRI 102-5]

O Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, é parte integrante da administração indireta do Estado do Paraná. Instituído pela Lei Estadual nº 7.056, de 4 de dezembro de 1978, com as alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998 e Lei Estadual nº 18.875, de 27 de setembro de 2016 e Lei Estadual 19856, de 29 de março de 2019. Atendendo ainda, as Leis Federais nº 4.320/1964, 6.404/1976 e 13.303/2016, e disposições legais aplicáveis.

Tem como missão atuar na produção para a área da saúde e em soluções tecnológicas, por meio da pesquisa, desenvolvimento e inovação, agregando valor aos clientes e à sociedade.

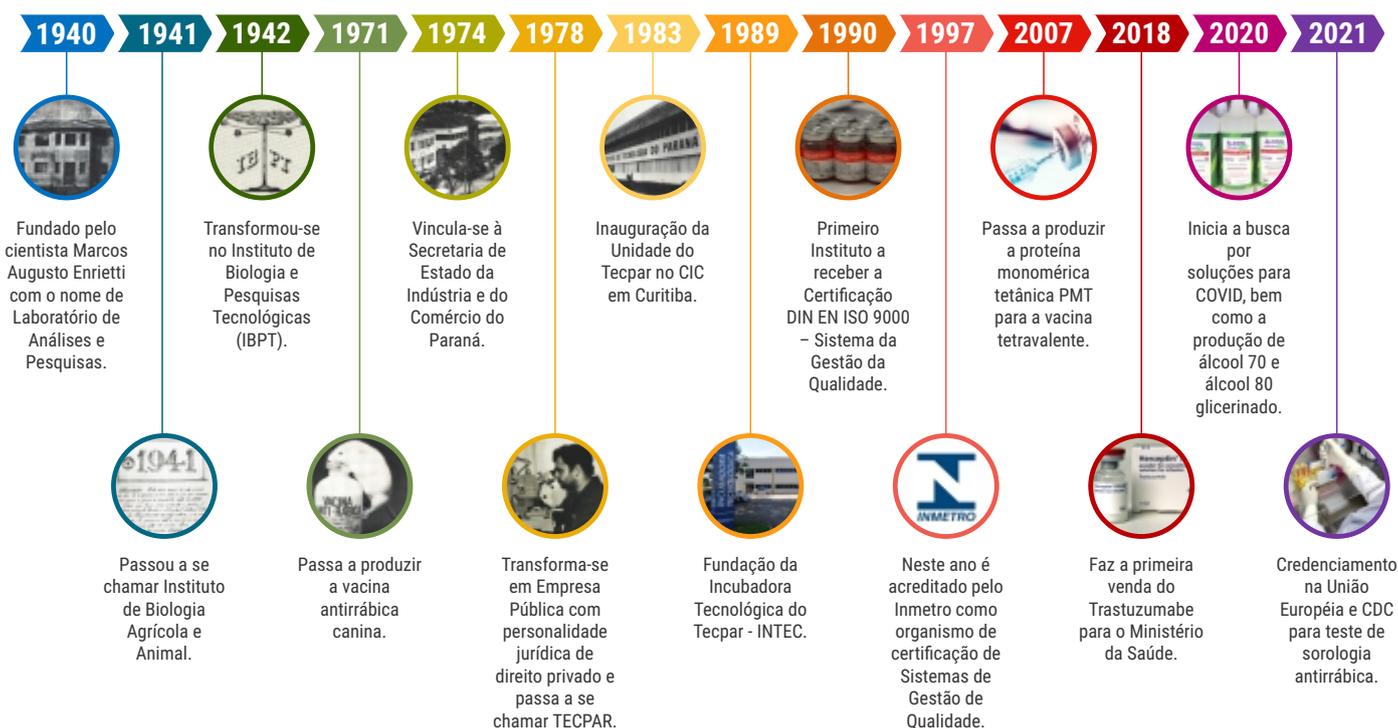
Fundado em 6 de julho de 1940, pelo Professor Marcos Augusto Enrietti, inicialmente era chamado de Laboratório de Análises e Pesquisas, atuando nas áreas de análises químicas e tecnológicas, bacteriologia e fermentação. Após um ano de atuação, o laboratório foi transformado no Instituto de Biologia Agrícola e Animal, expandindo sua atuação para contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento econômico do Paraná. Em dezembro de 1942, o interventor Manoel Ribas assinou decreto renomeando para Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT), abrindo novas



oportunidades de atuação. Três décadas mais tarde, em 1978, o IBPT passou a ser Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), ocasionando mudanças em sua estrutura administrativa, alterando seu status para empresa pública.

Localizado no Estado do Paraná, na região sul do Brasil, com sede na Cidade Industrial de Curitiba, a estrutura física conta ainda com 6 (seis) campi, localizados em Curitiba, Araucária, Jacarezinho, Maringá e Toledo.

NOSSA HISTÓRIA



Porte Organizacional

[GRI 102-3] [GRI 102-4] [GRI 102-6] [GRI 102-7]

Presente em 5 (cinco) cidades paranaenses, com essa infraestrutura (Tabela 1) possui capilaridade para alcançar os clientes dos produtos e serviços no Estado do Paraná, no Brasil e nos países vizinhos.



Tabela 1 . Cidades, Local de Operação e Áreas Físicas

ORGANIZAÇÃO	
CAMPUS	DESCRIÇÃO
Curitiba – CIC (Matriz) ¹	Abriga o Parque Tecnológico da Saúde, onde estão concentradas as atividades da: Presidência, Diretoria de Administração e Finanças, Diretoria Industrial da Saúde, Diretoria de Tecnologia e Inovação e Diretoria de Novos Negócios e Relações Institucionais. Área total: 130.374,14m ² . Área construída: 35.985,76m ² .
Curitiba – Juvevê	Centraliza o Laboratório de Controle da Qualidade. Área total: 9.621,15m ² . Área construída: 4,088,76m ² .
Araucária	Abriga o Centro de Experimentações Biológicas e Parque Tecnológico. Área total: 98.060,32 m ² . Área construída: 6.939,78 m ² .
Jacarezinho ²	Instalações da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP. Área total: 120.007,80m ² . Área construída: 1.884,46m ² .
Maringá ³	Área para implantação do Parque Biotecnológico da Saúde do Tecpar. Área total: 94.490,56m ² .
Toledo ⁴	Centro de Referência em Nutrição e Piscicultura. Área total: 1.857,64m ² . Área construída de 568,24m ² .

Nota: 1 – O Parque Tecnológico da Saúde / Tecpar, abriga também o Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP), o Instituto Carlos Chagas (ICC) e a Incubadora Tecnológica do Tecpar (Intec).

2 – Desde 2020, com interveniência da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, foi firmado Termo de Cooperação Técnica nº 002/2020, com a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

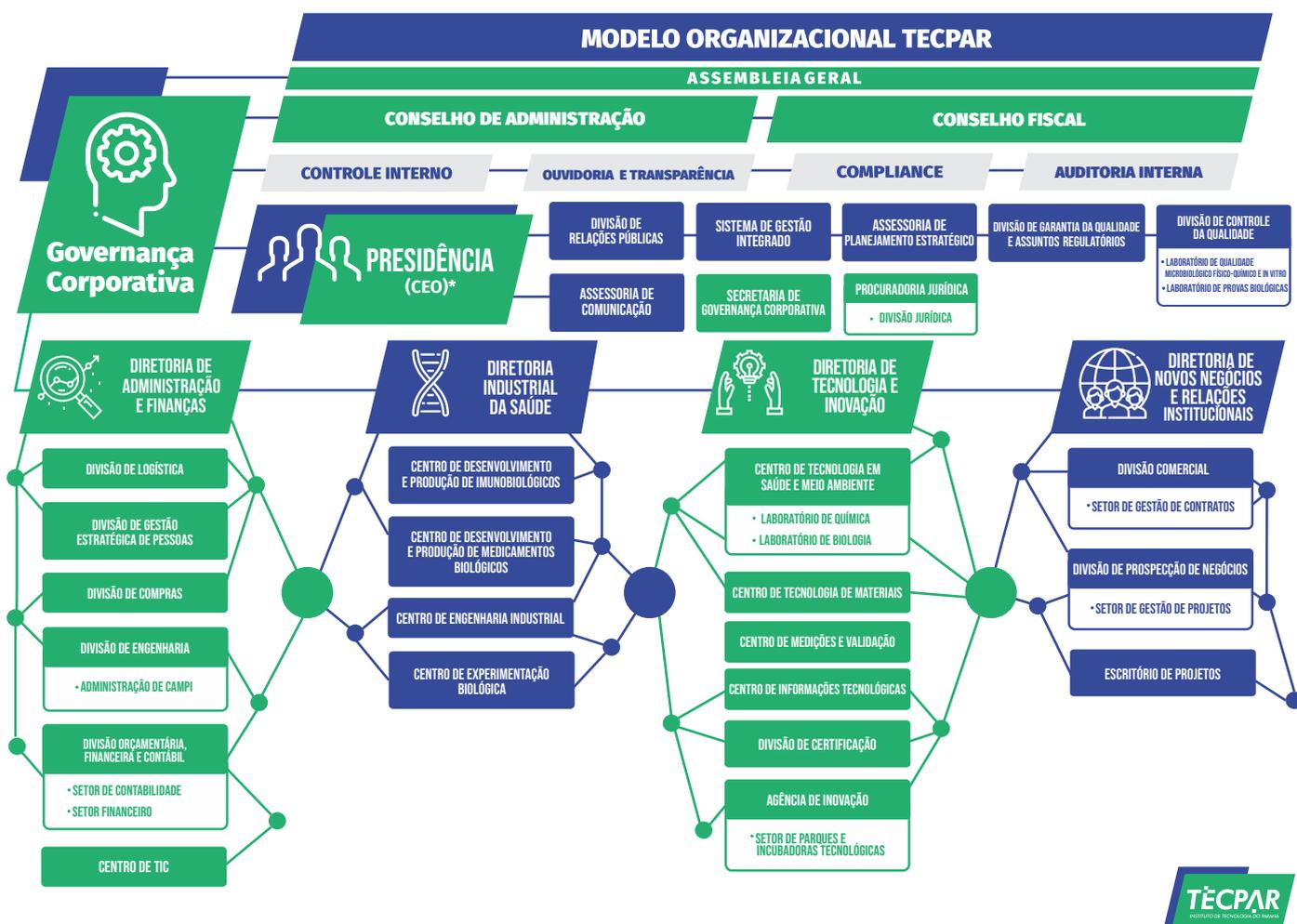
3 – Lei Ordinária nº 10432, de junho de 2017 (Cessão).

4 – Em tratativas para formalização de Termo de Cooperação com a UNIOESTE-Toledo, para início das atividades.

Estrutura Organizacional

O Modelo Organizacional, parte integrante do Regimento Interno, foi aprovado pela Resolução Nº 034/2021 de maio de 2022. A estrutura organizacional está definida em órgãos estatutários, unidades fiscalizadoras (auditoria interna, controle interno, compliance e ouvidoria e transparência), unidades de negócio (produtos e serviços) e unidades de apoio e gestão (planejamento, comercial, finanças, sistema de gestão integrado, comunicação, entre outras), que de forma colaborativa compõem as funções corporativas, contribuindo com a sua consecução e o eficiente monitoramento.

Para garantir a transparência dos atos praticados pelos órgãos estatutários estão disponíveis no site institucional, na área da Governança Corporativa, as políticas, regimentos, calendário de reuniões, atas dos órgãos estatutários entre outros documentos. A instituição também divulga no Portal da Transparência informações relacionadas a finanças, recursos humanos, aquisições e prestação de contas anual.



Informações sobre empregados e outros trabalhadores

[GRI 102-7] [GRI 102-8]

De acordo com as Tabelas 2 e 3, o espaço físico da empresa conta com 1052 (um mil e cinquenta e dois) colaboradores, distribuídos nos 6 (seis) campi. A maioria dos colaboradores desempenham suas atividades na sede, instalada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), onde está centralizado o Parque Tecnológico da Saúde.

No Parque Tecnológico da Saúde, além do Tecpar, fisicamente, estão instalados, o Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP), o Instituto Carlos Chagas (ICC) e a Incubadora Tecnológica (INTEC), que abriga empresas incubadas.

Do total de colaboradores, 61,27% são empregados contratados pelo regime CLT. Em outras modalidades estão incluídos, estagiários, bolsistas, conselheiros e adidos de outros órgãos, totalizando 14,57% dos colaboradores.

Ainda nas consideradas "outras modalidades", a empresa conta com colaboradores terceirizados que representam 24,82% do total, desempenhando funções de transporte, manutenção, conservação e limpeza, alimentação, etc..

Tabela 2 . Colaboradores por Campi

Situação / Unidade	Matriz - CIC	Juvevê	Araucária	Jacarezinho	Maringá	Toledo	Total	%
Empregados ativos	245	33	18	0	0	0	296	53,24%
Auxílio doença	4	1	0	0	0	0	5	0,90%
Licença maternidade	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
Cedidos Decreto 8.466/2013	4	0	0	3	4	0	11	1,98%
Licença sem remuneração	1	0	0	0	0	0	1	0,18%
Aposentadoria por Invalidez	6	3	4	3	0	0	16	2,88%
Aprendizes	6	1	1	0	0	0	8	1,44%
Contrato suspenso	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
SUBTOTAL	266	38	23	6	4	4	337	60,61%
Estagiários	56	4	0	0	0	0	60	10,79%
Bolsistas	11	0	0	0	0	0	11	1,98%
Terceirizados	111	11	10	0	0	6	138	24,82%
Conselhos	8	0	0	0	0	0	8	1,44%
De outros Órgãos	2	0	0	0	0	0	2	0,36%
SUBTOTAL	188	15	10	0	0	0	219	39,39%
TOTAL	454	53	33	6	4	6	556	100,00%

Nota: Dos 296 (duzentos e noventa e seis) empregados diretos ativos, onze estão cedidos a outros órgãos, sendo: 1 na ALEP, 1 na Fundarauç, 2 na SETI, 3 na UENP e 4 na UEM.

Informações sobre empregados e outros trabalhadores

[GRI 102-7] [GRI 102-8]



Instituto Carlos Chagas (ICC)

Tabela 3 . Colaboradores Parque Tecnológico da Saúde - CIC

Unidade	Campus - CIC	Total	%
Incubadora Tecnológica do Paraná (INTEC)	4	4	0,81%
Instituto Carlos Chagas (ICC)	326	326	65,73%
Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP)	166	166	33,47%
TOTAL	496	496	100,00%

Nota: Unidades fisicamente instaladas no Parque Tecnológico da Saúde: IBMP, ICC e INTEC.



Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP)

Cadeia de fornecedores

[GRI 102-9] [408-1] [409-1] [414-1] [414-2]



Por se tratar de empresa pública com características específicas composta por laboratório de prestação de serviços, soluções tecnológicas e desenvolvimento e produção de imunobiológicos, a cadeia de fornecimento é ampla e diversa. A diversificação de fornecedores é bastante extensa para atender em torno de 3000 itens movimentados anualmente, o número de fornecedores é proporcional ao volume e especificidade dos produtos e serviços, girando em torno de 1000 fornecedores/ano.

Considerando a gama de serviços e produtos, os fornecedores da instituição são variados, desde passagens e hospedagem, ração para camundongos e cobaias, maravalha, itens para biotério (estantes volantes, caixas, bebedouro, roedores), materiais de expediente, higiene e conservação, materiais para manutenção predial (elétrico, hidráulico, refrigeração, construção, cortinas, maçanetas, etc.), equipamentos e acessórios de informática, mobiliário de escritório e laboratório, equipamentos laboratoriais, insumos químicos e biológicos, utensílios de laboratórios, gases industriais, EPI, EPC, até a contratação de empresas especializadas na elaboração de projetos executivos e obras de engenharia com foco principal na área da saúde. Para suprir a demanda, as empresas fornecedoras estão distribuídas em todo o território nacional, e em outras partes do mundo, com destaque para Europa e EUA.

Por ser empresa pública ligada ao Governo do Estado, o Instituto deve atender todas as leis que norteiam a estruturação do processo de aquisição (via licitação). Desde sua homologação, o Tecpar atende a Lei Complementar Federal nº. 123/2006, que preconiza, entre outras questões, a necessidade de adoção de critérios sociais que priorizem empresas ME e EPP, nas disputas dos certames licitatórios. Aproximadamente 40 % dos fornecedores de produtos e serviços contratados em 2022, são ME, EPP, Microempreendedor Individual ou Eireli.

No quesito contratações, todos os fornecedores, principalmente aqueles selecionados por meio de licitação, devem atender o Anexo 4 – Modelo de Declaração de Habilitação, onde o fornecedor declara e assume sob as penas da lei que:

- Cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal que não mantém em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso ou menores de 16 (dezesesseis) anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (anos);
- Que atenda aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente, conforme Decreto Estadual nº 6252 de 2006.

No período, não houve mudança significativa na cadeia de fornecimento.

Marcos e fatos relevantes

[GRI 102-10]

Inauguração do Centro de Saúde Pública

Fruto de parceria entre a Fiocruz, o IBMP e o Tecpar, o Centro de Saúde Pública de Precisão foi inaugurado para execução de estudos genéticos da população paranaense acometida por cânceres e doenças raras. A unidade realizará

estudos que possam trazer respostas mais precisas no diagnóstico e tratamento de doenças, focando na necessidade de cada indivíduo.



Da esquerda para direita; Aldo Nelson Bona, Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Beatriz Battistella Nadas, Diretor-presidente do Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP), Pedro Ribeiro Barbosa; Jorge Augusto Callado Afonso, Diretor-Presidente, Vice-Governador Darci Piana; Diretor do Instituto Carlos Chagas (ICC, Fiocruz Paraná), Stênio Perdigão Fragoso e Beto Preto, Secretário de Estado da Saúde.

O Tecpar e o IBMP, também somam esforços para o atendimento das demandas da saúde pública brasileira, em acordo entre as instituições, que atuarão em conjunto para

fornecer produtos a estados e municípios que tenham interesse em fazer compras descentralizadas do Sistema Único da Saúde (SUS).

Marcos e fatos relevantes

[CRI 102-10]

Parcerias para a transferência de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento de produtos à base de Cannabis

Por meio de parcerias no projeto para incorporação de tecnologia de fabricação e de oferta de análises laboratoriais para avaliação da conformidade das concentrações de *Canabidiol* (CBD) e Tetrahydrocannabinol (THC). Para avançar nessa pauta, foram assinados acordos de cooperação técnica com as três empresas selecionadas pelo edital de chamamento público para viabilizar transferência de tecnologia – além de ter recebido uma nova startup incubada que tem seu foco na produção farmacêutica de bioprodutos à base de *Cannabis*.

Ainda nesta área, foram formadas parcerias para fortalecer as ações, com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, para pesquisa e desenvolvimento de produtos à base de *Cannabis* para fins medicinais de uso humano. Além desse acordo, o Tecpar assinou junto ao Instituto de Regulação e Controle de Cannabis do Uruguai (IRCCA) um protocolo de intenções para troca de experiências na área regulatória de produtos à base de *Cannabis* para fins medicinais.



Da esquerda para direita; Guilherme Jabur e Fernando Lacerda André, diretores do Laboratório Aura Pharma; Jorge Augusto Callado Afonso, Diretor-Presidente; Juliana Bertol Picanço de Souza e Afonso Braga, diretores da Pucmed.

Marcos e fatos relevantes

[GRI 102-10]

Acordo com Instituto Regulador do Uruguai - projetos na área da saúde



Da esquerda para direita: Enzo Viscailluz, Diretor de Desenvolvimento e Sustentabilidade da Prefeitura da Flórida; Carlos Lacava que compõe a junta diretora do IRCCA e é coordenador do Programa Nacional de Cannabis Medicinal do Ministério de Saúde Pública do Uruguai; Jorge Augusto Callado Afonso, Diretor-Presidente; Gustavo Didarbone, Cônsul Geral Adjunto do Consulado Geral do Uruguai em São Paulo e Gonzalo Maciel, Assistente do Ministro da Indústria, Energia e Mineração.



Jorge Callado, Diretor-Presidente e Bispo Frei Diamantino Prata de Carvalho, provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

Marcos e fatos relevantes

[CRI 102-10]

Retomada da produção de insumos para diagnóstico de brucelose e tuberculose animal

Na área de saúde animal, esforços foram envidados para retomada da produção de insumos para o diagnóstico da brucelose e tuberculose bovina, para que o instituto volte a apoiar o agronegócio brasileiro com esses kits estratégicos. Neste ano foi contratada a obra para construção do Laboratório de Pesquisa e Produção de Insumos para Diagnóstico Veterinário.



Retomada da produção de insumos para saúde animal
Foto: ACO/ Tecpar

Produção de Vacina antirrábica

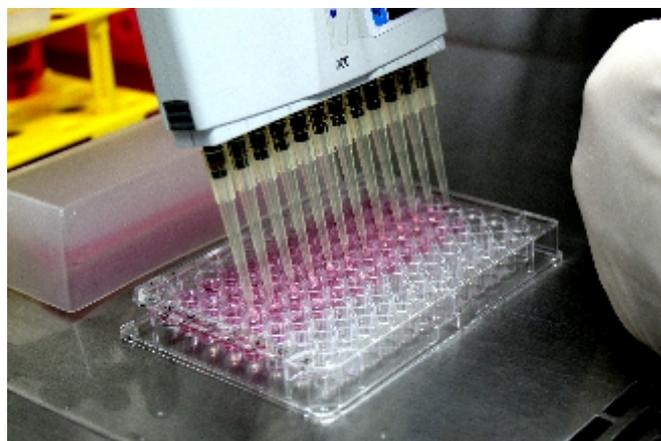
Neste ano, também na área de saúde animal, como único laboratório público a produzir a vacina antirrábica animal, forneceu o total de 21 milhões de doses do produto, que foram usadas nas campanhas de vacinação de cães e gatos em todo o País.



Frascos da vacina antirrábica animal – Rhabdoceel
Foto: Arnaldo Alves/ Tecpar

Exame de sorologia antirrábica

Com ampliação do reconhecimento do exame de sorologia antirrábica realizado pelo instituto, que foi o primeiro laboratório do Sul do Brasil a oferecer o teste. Atualmente, 36 países reconhecem o teste, credenciado pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), dos EUA, e na agência francesa Anses-Nancy, laboratório de referência da União Europeia. O Certificado Veterinário Internacional (CVI) é uma exigência legal da Organização Mundial de Saúde (OMS) para viajantes acompanhados de seus pets.



Laboratório de sorologia animal
Foto: ACO/ Tecpar

Marcos e fatos relevantes

[GRI 102-10]

Parceria Sanepar - monitoramento da qualidade da água de mananciais



Represa do Iraí - Reservatório de abastecimento de água Sanepar
Foto: Sanepar

Com a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) foi entregue, ao Ministério Público do Paraná, relatório sobre a qualidade da água dos rios nos quais a empresa faz captação de água. O documento apresenta o resultado das análises em 43 parâmetros, de amostras coletadas em pontos de captação de 135 mananciais, cuja finalidade é garantir a saúde da população do Paraná.

Análise da Merenda Escolar Estadual



Análise em leite - Márcia Cristina Silva
Foto: ACO/Tecpar

O Instituto responde pelo controle da qualidade dos alimentos fornecidos pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (Fundepar) aos estabelecimentos estaduais de ensino. No ano do relato, foram realizadas análises de 442 itens. O contrato celebrado entre os dois institutos prevê a avaliação do padrão de identidade e qualidade dos produtos de gêneros alimentícios, incluindo, inspeção das embalagens e realização de ensaios laboratoriais de forma a proteger a saúde dos alunos, sendo, um dos principais objetivos do Programa de Alimentação Escolar do Paraná (PEAE).

Novas empresas incubadas



Incubadora Tecnológica do Tecpar
Foto: ACO/Tecpar

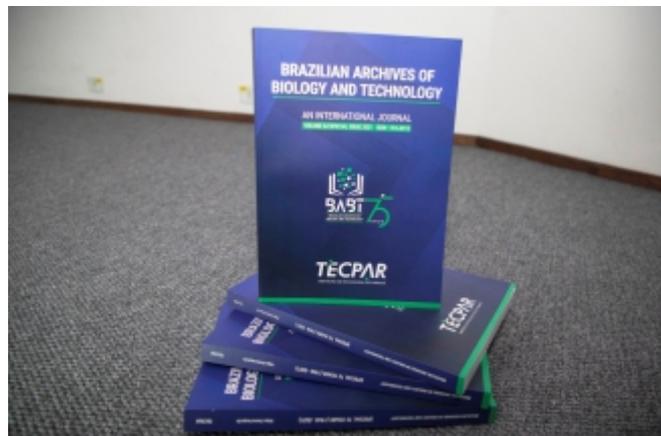
Duas novas empresas iniciaram o processo de incubação na Intec. Entre as startups que assinaram contrato para incubação estão a Green Kaya Smart Lab, que tem seu foco na produção farmacêutica de bioprodutos à base de cannabis para uso medicinal, e a plataforma digital Visi Nonni, voltada ao cuidado com pessoas idosas.

Marcos e fatos relevantes

[GRI 102-10]

Edição especial 75 anos BAPT

Para celebrar o marco de 75 anos do periódico Brazilian Archives of Biology and Technology (BAPT), foi lançada, edição impressa comemorativa com artigos de pesquisadores paranaenses. A publicação contém 32 trabalhos escritos por 174 autores de 30 instituições paranaenses, de todas as regiões do Estado. No ano de 2022 o BAPT atingiu o fator de impacto 1,18 demonstrando a melhoria contínua do periódico.



Edição especial - versão impressa
Foto: Hedeson Alves / Tecpar

Certificação – 25 anos de atuação

Referência nacional em qualidade de serviços, o Tecpar Certificação completou 25 anos. No período foi entregue o Certificado Life para o Grupo Boticário, concedido em reconhecimento às ações de conservação da Fundação Grupo Boticário. O Tecpar é o primeiro organismo de certificação brasileiro acreditado pelo Instituto Life para este tipo de avaliação.

Neste ano, houve o fortalecimento da parceria com o programa Paraná mais Orgânico que de janeiro a novembro, somou 946 certificações emitidas para agricultores familiares de todas as regiões do Estado, sendo aproximadamente, 40% emitidos pela CERT.

O Tecpar Certificação, abrange ainda, outras áreas com 22 focos de atuação para atendimento a empresas de todos os portes, em todo o Brasil. Ao longo do período, possui mais de mil certificados válidos entre produtos e sistemas de gestão.



Certificado de Conformidade
Foto: ACO / Tecpar.



Orgânicos certificados
Foto: ACO / Tecpar.

Marcos e fatos relevantes

[GRI 102-10]

Soluções Tecnológicas



Laboratórios de análise de embalagens
 Foto: Hedeson Alves/Tecpar

O Instituto ampliou seu escopo de serviços acreditados pela Coordenação Geral de Acreditação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) para oferecer novas soluções tecnológicas à indústria e ao agronegócio brasileiros. A acreditação é o reconhecimento de que o laboratório está operando com sistema de qualidade documentado e tecnicamente rastreável. Foram acreditados novos ensaios de migração total em embalagens e equipamentos de cerâmica, vidro ou metal esmaltados ou vitrificados, de determinação de cádmio e chumbo extraídos de superfícies dessas substâncias, e 32 ensaios em fertilizantes.

Além das novas acreditações, o Tecpar é referência, em diversas áreas como: sinalização viária, embalagens alimentícias, meio ambiente, saúde, alimentos, fertilizantes, análise de pesticidas, madeiras, plásticos, metais, dentre outros materiais.



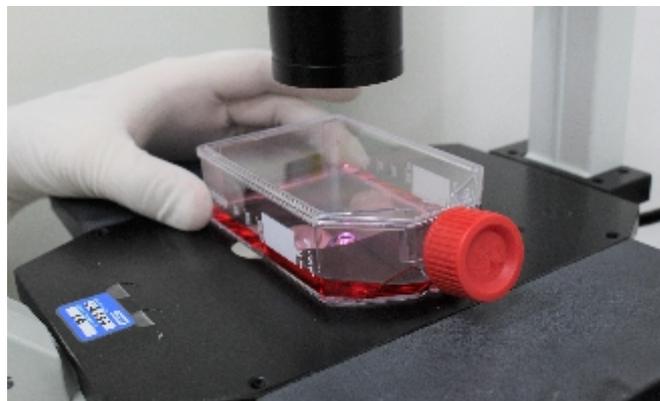
Marcos e fatos relevantes

[GRI 102-10]

Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

O Instituto possui em seu corpo técnico especialistas em diversas áreas que trabalham focados em propostas para a criação de novos métodos, produtos e processos. No momento, estão em andamento 21 projetos de PD&I, com ações voltadas a trazer melhorias e novas soluções para a sociedade brasileira.

Como laboratório de saúde pública, o Instituto estuda novas metodologias nos processos produtivos em áreas que envolvam a saúde humana e animal. Além disso, como centro de pesquisa voltado ao desenvolvimento tecnológico, tem estudos voltados ao sequestro de carbono e na geração de energia sustentável.



Sorologia animal – Cultivo Celular
Foto: ACO/ Tecpar

Parcerias com universidades

No período, foram firmadas parcerias com universidades brasileiras, dentre as quais se destacam: parceria para o desenvolvimento de projetos nas áreas de infraestrutura e desenvolvimento sustentável com a Universidade Federal do Paraná (UFPR); acordo de interesse mútuo em pesquisas, particularmente, pesquisa de células-tronco com a Fundação Universidade de Caxias do Sul (FUCS); integração de pesquisadores, laboratórios e infraestrutura, com a possibilidade da criação de laboratório multiusuário com a Universidade Estadual de Londrina (UEL), e com a Universidade Estadual de Maringá (UEM) com ações de base tecnológica para fortalecer a pesquisa e a inovação no Paraná.

As iniciativas buscam unir o potencial científico produzido pelos professores e pesquisadores das universidades e os especialistas internos, abrindo possibilidades mútuas para fazer chegar ao setor produtivo, por meio da expertise, inovações desenvolvidas na academia.



Da esquerda para direita Carlos Pessoa, Diretor de Tecnologia e Inovação, Eduardo Ratton, Coordenador de Projetos do ITT, Robson Seleme, Superintendente do ITTI, Jorge Augusto Callado Afonso, Diretor Presidente, Ricardo Marcelo Fonseca, Reitor da UFPR, Adrienne Correia Pereira, Procuradora Jurídica e Iram de Rezende, Diretor Industrial da Saúde
Foto: Hedeson Alves/Tecpar



Presidente Jorge Augusto Callado recebe comitiva da Universidade de Caxias, do Rio Grande do Sul Presenças – Também participaram da reunião o Vice-Reitor da Universidade de Caxias do Sul; Asdrubal Falavigna, Diretor-Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Médico e Bioética (Anadem), Raul Canla; o Diretor-Presidente da Blinmed, James Ducler Giacomassi, o Diretor Industrial da Saúde, Iram de Rezende, a Gerente do Centro de Desenvolvimento e Produção de Medicamentos Biológicos, Jaiesa Zych Nadolny e a Advogada Franciele Corte Batista
Foto: Hedeson Alves/Tecpar



O Diretor de Tecnologia e Inovação, Carlos Pessoa, o Diretor-Presidente, Jorge Callado, a Diretora de Planejamento de Integração Acadêmica Universidade Estadual de Londrina, Cristianne Cordeiro Nascimento, e o Pesquisador em Biologia Microbiana e Assessor da Agência de Inovação Tecnológica da UEL, Admilton Oliveira
Foto: ACO/ Tecpar

Marcos e fatos relevantes

[GRI 102-10]

Parcerias com Municípios do Estado do Paraná



PRESENCAS – Participaram do evento Norberto Ortigara, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Carlos Pessoa, diretor de Tecnologia e Inovação; Marcelo Reis, Vice-Prefeito de Ivaiporã; Gertrudes Bernardy, Presidente da Câmara de Vereadores; Alex Fonseca, Secretário Municipal de Inovação; André Telles, Superintendente de Inovação do Governo do Estado; Paulo Spaccaquerche, presidente da Associação Brasileira de Internet das Coisas (Abinc); e Aleksandro Montanha, Presidente do Comitê de Smart Cities da Abinc
ACO/ Tecpar

Em consonância com as diretrizes do Governo do Estado, de interiorização das ações de base científica e tecnológica do Instituto, foram efetivadas parcerias com alguns municípios.

Foram assinados acordos com a Prefeitura de Ivaiporã para elaboração de projeto de inovação aberta. Com a prefeitura de Londrina, para elaboração de projeto de inovação aberta e prestação de serviços por meio de seu complexo laboratorial cujo objetivo é identificar oportunidades de soluções em tecnologias que promovam o desenvolvimento social, econômico e ambiental das cidades.

Com apoio do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (Cedes) e da prefeitura de Morretes, foi realizado projeto com ações voltadas ao incentivo da produção de mel por abelhas nativas sem ferrão, presentes na região. Outras parcerias importantes foram firmadas com a cidade de Maringá tratando de temas relacionados à pauta de inovação e biotecnologia, e com as secretarias de educação e defesa social e trânsito de Curitiba que estiveram visitando a instituição, para conhecer as soluções que tenham aplicação nos serviços prestados por esses órgãos.



Tecpar e prefeitura de Londrina assinam acordo para buscar soluções inovadoras para a cidade.
Foto: Vivian Honorato/N.com



O Diretor-Presidente, Jorge Callado, recebeu o secretário de Inovação, Aceleração Econômica, Turismo e Comunicação de Maringá, Marcos Cordioli
ACO/ Tecpar



Agricultores de Morretes recebem curso de meliponicultura em uma propriedade com criação de abelhas
Foto: Hedeson Alves/Tecpar



Abelhas sem ferrão – Morretes
Foto: Hedeson Alves/Tecpar

Marcos e fatos relevantes

[GRI 102-10]

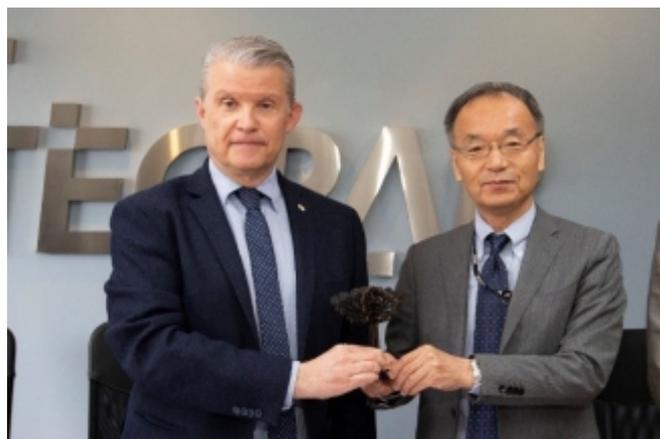
Visitas Institucionais

No período, autoridades estiveram presentes para conhecer o Instituto, avaliar projetos em andamento e prospecções que possam contar com a cooperação de suas instituições ou países, oportunidades de atuação em conjunto na área de indústria da saúde e empreendedorismo tecnológico inovador. Foram recebidas visitas institucionais do Cônsul Geral do Japão em Curitiba, Keiji Hamada, da Cônsul de Ciência e Tecnologia do Consulado-Geral da Hungria em São Paulo, Júlia Morován, a comitiva com representantes do Governo do Reino Unido, liderada pelo cônsul honorário do Reino Unido em Curitiba, Adam Patterson e a comitiva com técnicos da região da Silésia, na Polônia, liderada pelo Sr. Jakub Cheltowski, dos representantes de Gana, a Embaixadora Abena Pokua Bosia e o Ministro de Investimento Humphrey Ajongbah.

Do Brasil foram recebidos o Ministro de Ciência e Tecnologia e Inovações, Paulo Alvim, Representantes da Superintendência da Polícia Federal no Paraná, Sandro José Nadolny, Osmar Junior Klock, Fabiano Linhares Frehse e Ricardo de Oliveira Mascarenhas e o Superintendente Geral de Inovação do Governo do Estado do Paraná, André Telles.



O Diretor-Presidente, Jorge Callado, recebeu o Ministro de Ciência e Tecnologia e Inovações, Paulo Alvim
Foto Hedeson Alves / Tecpar



Presidente Jorge Callado recebe a visita do Cônsul Geral do Japão no Paraná Keiji Hamada
Foto: Hedeson Alves/Tecpar



O Diretor-Presidente Jorge Callado recebe Embaixadora de Gana Abena Pokua Bosia e Ministro de Investimento Humphrey Ajongbah
Foto: Hedeson Alves/Tecpa

Marcos e fatos relevantes

[GRI 102-10]

Visitas Institucionais



Consulado do Reino Unido - Comitiva da Inglaterra comandada por Adam Patterson.

PRESENCAS – Participaram da reunião: Juliana Gonçalves de Caires, gerente de Desenvolvimento de Negócios em Saúde e Ciências da Vida do Consulado Geral Britânico, e Laura Flaquer Moreira, analista da unidade. Ainda estiveram presentes: Jaiesa Zych Nadolny, gerente do Centro de Desenvolvimento e Produção de Medicamentos Biológicos; Ana Paula Sbalqueiro, analista de biotecnologia da unidade; e Thaisa Scheuer Rolim Bento, da Divisão de Garantia da Qualidade e Assuntos Regulatórios.

Foto: ACO/ Tecpar



Comitiva polonesa para intercâmbio científico e tecnológico, liderada pelo Sr. Jakub Cheltowski.

PRESENCAS: Participaram do evento ainda, o Diretor Industrial da Saúde, Iram de Rezende; o Diretor de Administração e Finanças, Daniel Romanowski; o Diretor de Novos Negócios e Relações Institucionais, Lindolfo Luiz Junior; e a Procuradora Jurídica, Adriane Correia Pereira. Da comitiva polonesa estiveram presentes Aleksandra Szoltysek, Assessora de Assuntos Plenipotenciários; Krystian Stepień, Presidente do Conselho de Administração do Fundusz Górnoślaski; Agnieszka Gieroszka, Especialista Principal da Unidade de Estratégia Regional de Inovação; Barbara Szafrin, Diretora Adjunta do Departamento de Desenvolvimento Regional; e Monika Ptak-Kruszelnicka, Chefe da Unidade de Estratégia Regional de Inovação. Participaram também Raquel Dall' Asta Rink, Assessora de Projetos e Capacitação da Superintendência Geral de Inovação, e Izoulet Cortes Filho, Diretor Adjunto de Projetos e Negócios Internacionais da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação no Paraná (Assespro).

Foto: Luciano Sarote/ACO Tecpar

Marcos e fatos relevantes

[GRI 102-10]

Palestras e Eventos

Houve a promoção de palestra sobre propriedade intelectual e Inovação tratando dos principais aspectos relacionados à proteção da inovação, por meio da propriedade intelectual. O evento foi uma iniciativa da Agência de Inovação, que apoia ações de disseminação da Propriedade Intelectual para inventores, startups e empresas.



Palestra:
Proteção da Inovação através de Propriedade Intelectual

Palestrante
Dr. Custódio Cesar Castro de Almeida
 Sócio-diretor do Grupo Mário de Almeida



1º Encontro de Rotas Biotecnológicas –
 Foto: Hedeson Alves / Tecpar

Parceiro do Sistema Fiep, na elaboração do Roadmap Biotecnologia 2031, o Instituto é responsável por coordenar as atividades de biotecnologia relativas ao segmento de saúde. Em outubro, aconteceu o 1º Encontro de Rotas Biotecnológicas, com foco em Terapias e Diagnósticos Avançados, realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PR), contando com o apoio institucional do Tecpar.

Marcos e fatos relevantes

[GRI 102-10]

Reconhecimento - Voluntariado

Os programas de voluntariado do Tecpar contam com 70 inscritos que já dedicaram mais de 2033 horas de trabalho voluntário impactando 43 instituições e mais de 11 mil pessoas. O projeto "Ciclo de Profissões", desenvolvido pelo Instituto e pela Companhia Paranaense de Energia (Copel), foi contemplado com o Prêmio Nacional de Incentivo ao Voluntariado - 2022, concedido pelo governo federal. A iniciativa que auxiliou jovens estudantes da rede pública no planejamento da vida profissional foi reconhecida como o melhor projeto da Região Sul na categoria Voluntariado

Empresarial. Neste ano, também foi recebida homenagem do Projeto Vida Promoção Social, que reconheceu o Tecpar com o selo de Empresa Amiga, pela parceria e apoio à instituição. O projeto colaborou com as iniciativas da Superintendência Geral de Ação Solidária. Na área de sustentabilidade, colaborou com projetos que incentivam a coleta de óleo de cozinha usado e lixo eletrônico.



Homenagem - Empresa Amiga do Projeto Vida Promoção Social
Foto Hedeson Alves / Tecpar

Marcos e fatos relevantes

[GRI 102-10]

Encontro de Sustentabilidade

Foi realizada em dezembro, a 3ª edição do Encontro de Sustentabilidade, em alusão ao Dia Internacional do Voluntário. O evento apresentou ações e palestras sobre ESG, voluntariado, sustentabilidade e diversidade, além de projetos ambientais desenvolvidos em parceria com outros órgãos. Os assuntos abordados foram: ESG nas empresas, retrospectiva dos quatro anos do programa de voluntariado empresarial “Tecpar em Ação”, com destaque sobre voluntariado e diversidade, além da apresentação de ações que visam promover a diversidade no ambiente de trabalho com metas para 2023. No evento, foram apresentadas ações fruto da parceria, como o Inventário da Avifauna na matriz, no CIC, bem como do Projeto Piloto de Biodiversidade. Na ocasião, o Diretor Geral do Projeto Vida e Promoção Social, Paulo Pereira de Novaes, entregou Selo de reconhecimento de empresa amiga da criança. O projeto está situado na comunidade do entorno, sendo uma das 11 instituições atendidas pelo programa de voluntariado.



Abertura do Encontro pela Coordenadora, Hosana Francisco
Foto: Hedeson Alves / Tecpar



Palestra: ESG nas Empresas com Andréa Gauté
Foto: Hedeson Alves / Tecpar



Entrega Selo Empresa amiga do Projeto Vida e Promoção Social ao Diretor-Presidente, Jorge Callado pelo Diretor Geral Paulo Pereira de Novaes
Foto: Hedeson Alves / Tecpar

Atividades, marcas, produtos e serviços

[GRI 102-2] [GRI 102-6]

Principais Marcas

A marca é um grande ativo direto de conexão com o mercado. Uma marca consolidada, assegura credibilidade na prestação de serviços e na oferta de produtos, garantindo satisfação, experiência e conhecimento a seus clientes. Além da marca TECPAR, a instituição detém alguns registros junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), apresentados abaixo.



Atividades, marcas, produtos e serviços

[GRI 102-2] [GRI 102-6]

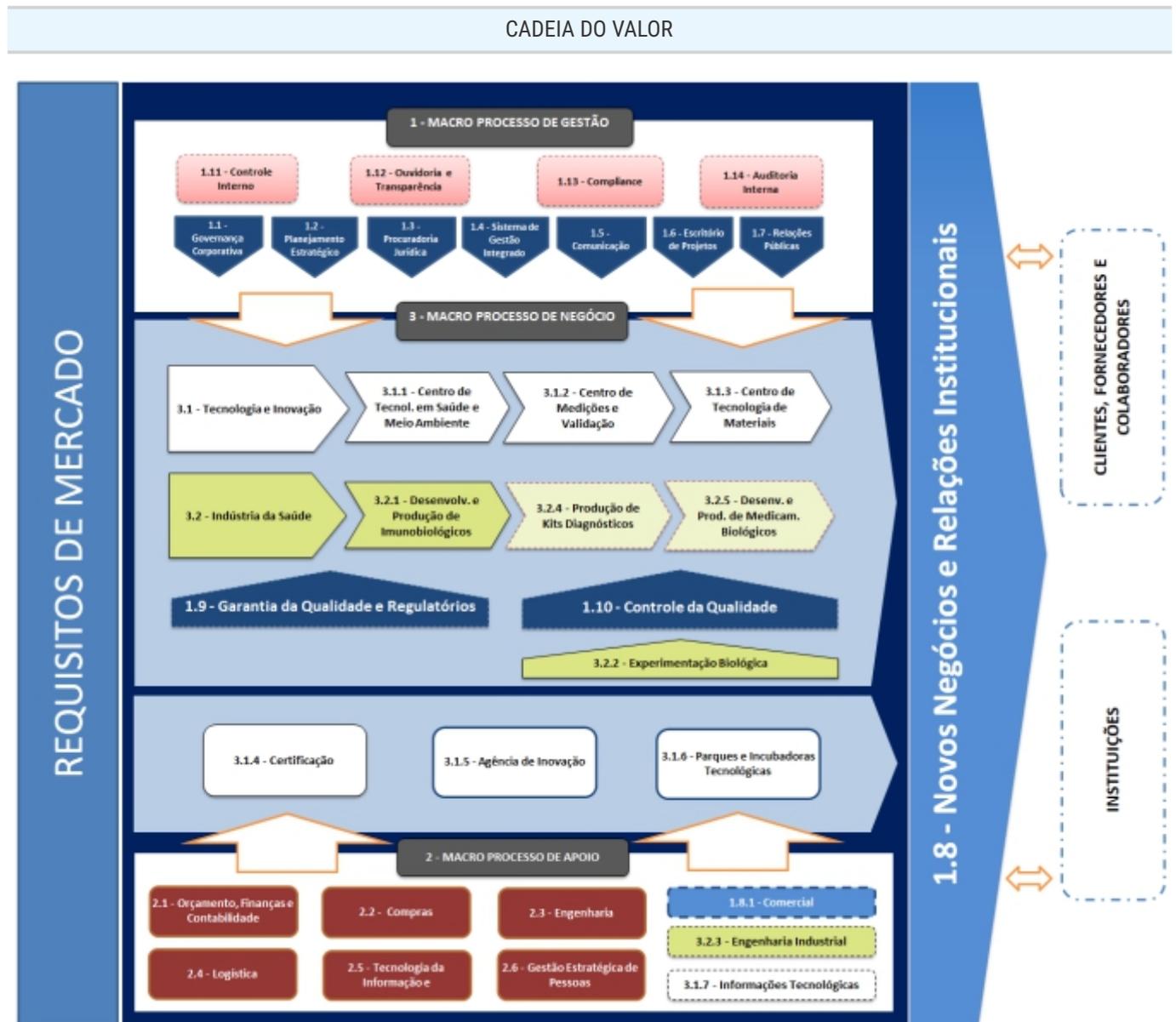
Produtos, serviços e soluções tecnológicas

O Tecpar atua na produção para a área da saúde e em soluções tecnológicas, por meio da pesquisa, desenvolvimento e inovação, agregando valor aos clientes e à sociedade, contribuindo com o desenvolvimento econômico e social do Paraná e do Brasil.

As atividades estão organizadas em três pilares:

- Desenvolvimento Tecnológico e Inovação;
- Indústria da Saúde; e
- Empreendedorismo Tecnológico e Inovador.

Os pilares são suportados pelos processos de apoio e controlados por regulamentos técnicos, requisitos normativos e critérios que incidem sobre as atividades desenvolvidas.



Atividades, marcas, produtos e serviços

[GRI 102-2] [GRI 102-6]



Centro de Saúde e Meio Ambiente – Natalício Ferreira Leite.
Foto: Hedson Alves/Tecpar

O Centro de Tecnologia em Saúde e Meio Ambiente (CSA), desenvolve soluções tecnológicas para adequação de processos produtivos e realiza ensaios que avaliam a conformidade de produtos e matérias-primas.



No pilar Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, por meio da Divisão de Certificação (CERT), atua em certificação de sistemas de gestão e produtos, com programas de avaliação e certificação da conformidade estruturados em padrões internacionais.



Centro de Tecnologia em Materiais – Virilene Marcia Coturi.
Foto: ACO/Tecpar

O Centro de Tecnologia de Materiais (CTM), desenvolve soluções tecnológicas, otimiza processos e produtos realizando ensaios tecnológicos normatizados e de controle de qualidade.

Atividades, marcas, produtos e serviços

[GRI 102-2] [GRI 102-6]



Centro de Medição e Validação
Foto: Arnaldo Alves/Tecpar

O Centro de Medição e Validação (CMV), realiza calibrações em diversas grandezas, serviços de assessoria e consultoria técnica, na implantação da acreditação em laboratórios de calibração e ensaios, no desenvolvimento de soluções tecnológicas e serviços na área metrológica.



Controle da Qualidade
Foto: ACO/Tecpar

A Divisão de Controle da Qualidade (DCQ), atua em duas grandes áreas: qualidade microbiológica físico-químico in vitro e provas biológicas e realiza teste de sorologia antirrábica para animais de companhia.



Vacina Rhabdocell - Envase
Foto: ACO/Tecpar

A Indústria da Saúde, atua como laboratório público oficial no fornecimento de produtos para a saúde ao Ministério da Saúde e Governo Estadual. Desde a sua criação, o Centro de Desenvolvimento e Produção de Imunobiológico (CDI), atua na produção de medicamentos biológicos, vacinas e kits de diagnóstico para uso animal e humano, contribuindo com o controle de casos de raiva humana e animal em todo o território nacional.



Incubadora Tecnológica

No Empreendedorismo Tecnológico e Inovador, a Agência de Inovação (AGT), busca potencializar a inovação por meio da gestão do parque e incubadora tecnológica que tem suporte de laboratório a céu aberto para testar novas tecnologias. O parque tecnológico atrai empresas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), na área da saúde, e de produção de bens e serviços inovadores. A Incubadora Tecnológica (Intec), estimula a geração e instalação de empresas de base tecnológica no Paraná.

Atividades, marcas, produtos e serviços

[GRI 102-2] [GRI 102-6]

Tabela 4 . Relação das empresas incubadas

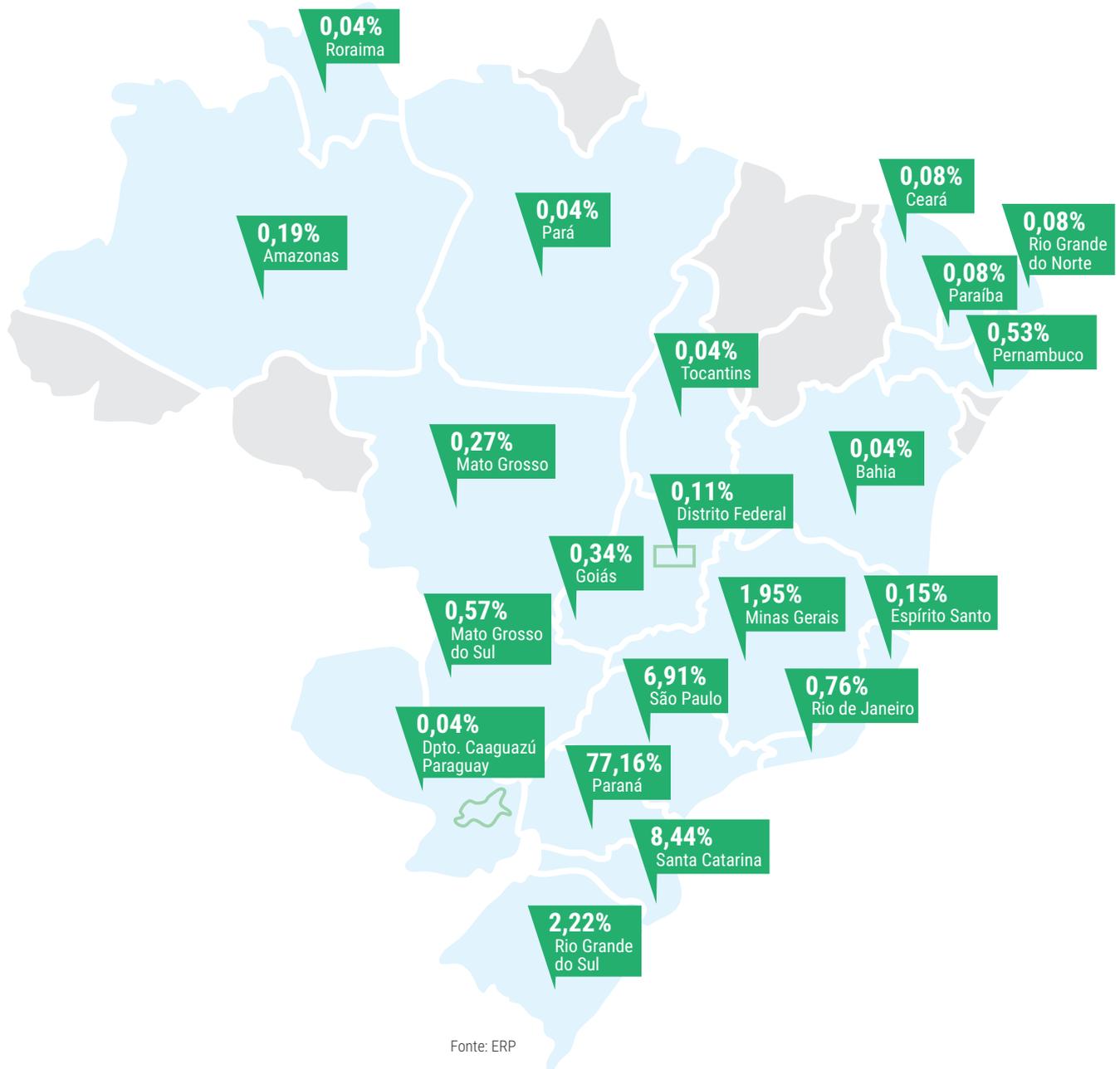
Empresa / Logotipo	Atividades
	<p>METROPOLYS - Plataforma de software inteligente, capaz de integrar e monitorar dados de câmeras de segurança, de trânsito, sensores físicos dentre outros, de modo a proporcionar eficiência na gestão na tomada de decisão no âmbito de <i>Smart Cities</i>.</p>
	<p>VISI NONNI - Plataforma com aplicativo para conexão entre ofertantes de produtos e serviços especializados aos idosos e seus familiares, melhorando a qualidade de vida do público 60+ e levando tranquilidade aos familiares.</p>
	<p>IJP - Aparelho TOF cuff - Monitor de transmissão neuromuscular capaz de auxiliar a equipe médica com precisão nos procedimentos em que seja necessário sedação profunda</p>
	<p>CICLEFY - Desenvolvimento de sistema de gestão de resíduos utilizando inteligência artificial na classificação dos resíduos.</p>
	<p>GREEN KAYA SMART LAB - Desenvolvimento e produção farmacêutica de bioprodutos à base de cannabis para uso medicinal humano.</p>

Atividades, marcas, produtos e serviços

[GRI 102-2] [GRI 102-6]

Concentração dos serviços prestados no Brasil e América Latina

A seguir, demonstra-se a representatividade percentual da comercialização dos serviços ofertados no Paraná, no Brasil e na América Latina, em 2022. Destaca-se que a maior concentração de vendas está no Paraná (77,16%) estado originário da empresa, seguido pelos estados de Santa Catarina (8,44%) e São Paulo (6,91%).

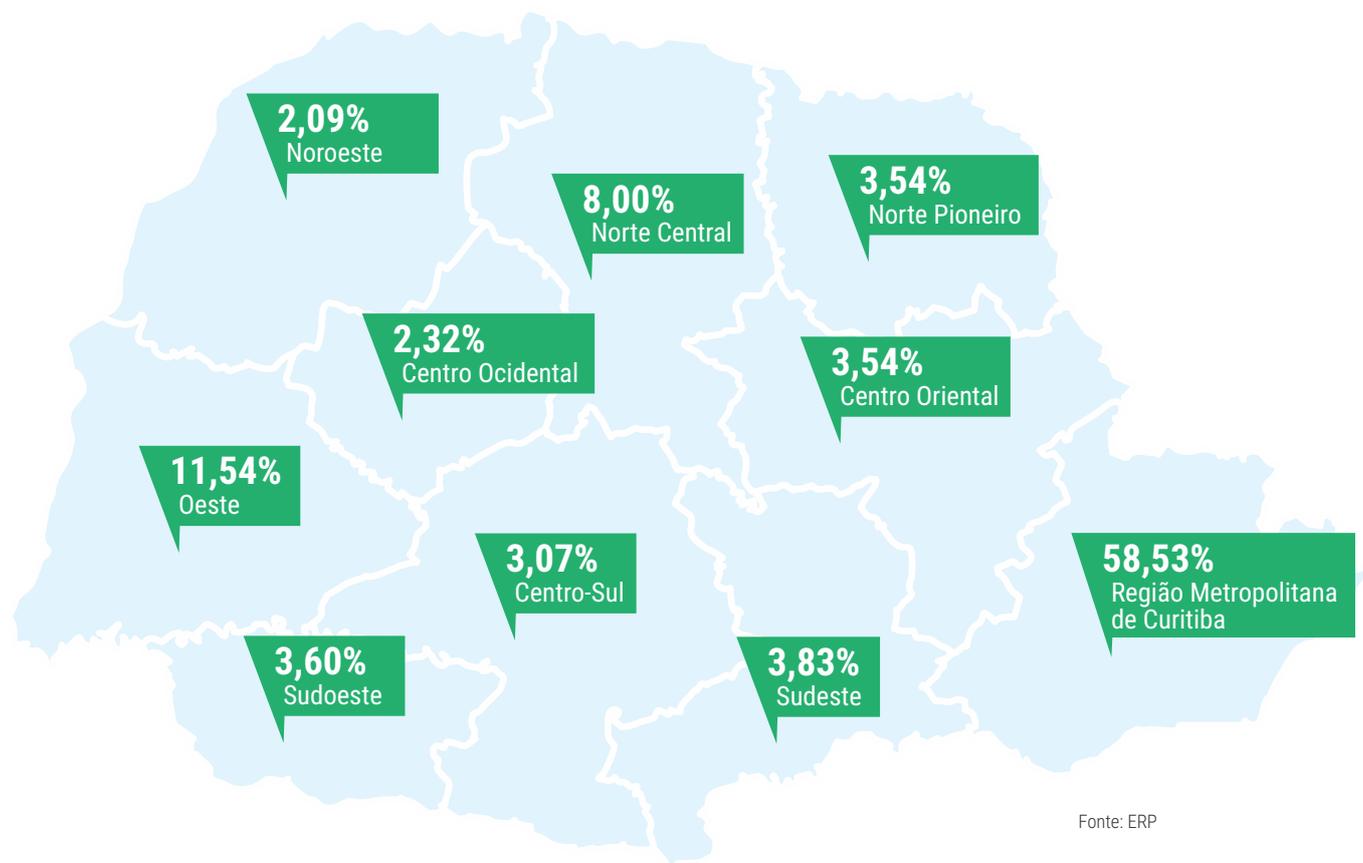


Atividades, marcas, produtos e serviços

[GRI 102-2] [GRI 102-6]

Concentração dos serviços no Paraná – Mesorregião

No Paraná, a comercialização dos serviços se destaca, principalmente, nas seguintes mesorregiões: Metropolitana de Curitiba (58,53%), Oeste (11,54%) e Norte Central (8,00%).



Engajamento de Stakeholders

[GRI 102-21]

As partes interessadas (*stakeholders*) com quem a instituição deve se engajar, são: Clientes, Fornecedores, Colaboradores, Instituição, Governo, Órgãos Reguladores, Sociedade, Parceiros e Imprensa.

A gestão das partes interessadas considera a identificação de suas necessidades e expectativas, traduzindo-as em requisitos de desempenho descritos nos contratos e parcerias realizados pelo Instituto.

Atividades, marcas, produtos e serviços

[GRI 102-2] [GRI 102-6]

Princípio ou abordagem da Precaução

[GRI 102-11] [GRI 102-15]

Considerando a execução do Plano de Gestão da Imagem e Reputação do Tecpar, foi instituído o Comitê de Gerenciamento de Riscos, de caráter permanente, para desenvolver um trabalho preventivo de gerenciamento de riscos visando zelar pela imagem e reputação da instituição. Cabe ao grupo elaborar o Plano de Gerenciamento de Riscos com mapeamento dos riscos corporativos e estratégias de mitigação, ou seja, lista de procedimentos para cada risco e estratégia de comunicação com os diferentes públicos de relacionamento.

Na estrutura de governança estão os órgãos e instâncias de direção, administração, fiscalização e acompanhamento, envolvendo os relacionamentos entre o sócio majoritário, no caso o Governo do Paraná, conselhos de administração e fiscal, diretorias, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

Na alta administração estão incluídos o Conselho de Administração que é o órgão de deliberação e a Diretoria Executiva, órgão de execução, que tem a atribuição de otimizar o desempenho, maximizar os resultados econômico-sociais, contribuindo para a perenidade, protegendo os direitos das partes interessadas, com transparência e equidade.

A alta administração define a estrutura de governança e o direcionamento estratégico da organização, estabelece e aprova as diretrizes corporativas e os limites da exposição aos riscos, bem como providencia os recursos necessários para execução dos objetivos.

As unidades operacionais são responsáveis pela execução das atividades voltadas para o cumprimento dos objetivos institucionais, conforme o direcionamento estratégico. Na sua rotina, as áreas são incumbidas de

gerenciar os riscos, tomando decisões pertinentes, atendendo ao ambiente regulatório, além de implantar mecanismos para mitigação dos riscos inerentes ao processo. O monitoramento do ambiente e avaliação da exposição aos riscos são reforçados pelas áreas dedicadas às práticas de controle como a Auditoria Interna, Sistema de Gestão Integrado, Controle Interno e *Compliance*, que possuem como atribuição, informar as unidades envolvidas, de acordo com as linhas estabelecidas, sobre o comportamento da instituição em relação aos riscos aos quais está exposta.

A Gestão de Riscos tem como principais objetivos: assegurar a continuidade das operações organizacionais, fortalecer a gestão de recursos, proteger e valorizar o patrimônio e combater as práticas de corrupção, contemplando ainda, as atividades coordenadas e estruturadas que se integram ao Planejamento Estratégico.

Para conduzir o plano de gestão de risco, a organização definiu agrupar os riscos de acordo com a natureza, a relação com os objetivos estratégicos e com suas atividades, classificando-os em riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de *Compliance*, conforme diretrizes da Política de Gestão de Riscos.

O Plano de Gestão de Riscos é composto pelos diferentes planos desenvolvidos pelas áreas, a unidade de *Compliance* é responsável por acompanhar a Matriz de Riscos e seu desenvolvimento, em conjunto com os gestores, garantindo que sejam atualizados e testados periodicamente. Na continuidade do processo de construção da matriz, no documento são registrados os riscos, as causas, os impactos, os níveis de exposição, os gestores de risco, os processos, as ações de tratamento e outras informações relevantes para monitoramento.

Atividades, marcas, produtos e serviços

[GRI 102-2] [GRI 102-6]

Principais impactos, riscos e oportunidades

Por meio das ações do Sistema de Gestão Integrado (SGI) e da Garantia da Qualidade (GQ), foram estabelecidos procedimentos visando mitigar os riscos e reparar os impactos negativos dos produtos e serviços, estabelecendo padrão para casos de irregularidades. O processo de recolhimento e devolução dos produtos terminados de uso humano, incluindo para diagnóstico de uso in vitro: POP GQ 034 rev.D – Irregularidades, trata do recolhimento e devolução no recebimento, armazenamento e distribuição de produtos terminados de uso humano.

A identificação e abordagem das queixas são sistematizadas para permitir que qualquer pessoa seja adequadamente atendida de acordo com sua necessidade, utilizando:

- IT 104.00.001 rev.00 – Tratamento de Manifestações: padroniza a sistemática de atendimento e tratamento de manifestações promovendo a interlocução entre a instituição e qualquer pessoa (física ou jurídica) que queira se manifestar sobre os serviços prestados ou comunicar irregularidades na gestão dos recursos públicos, assegurando o atendimento às atribuições previstas no Regimento Interno do Instituto.
- PRO 305.00.011 rev.02 - Ocorrência/Reclamação de Cliente ou de Outras Partes: sistematiza o recebimento, registro, avaliação, tratativa e monitoramento das ocorrências e reclamações de clientes ou de outras partes.
- IT 302.00.001 rev.02 – Avaliação da Satisfação dos Clientes: avalia o grau de satisfação dos clientes em relação aos produtos / serviços prestados.
- POP GQ 027 rev.A – Farmacovigilância – Produtos Veterinários: padroniza a recepção das informações (notificação) e a conduta de investigação dos casos suspeitos de ocorrência de eventos adversos relatados por consumidores dos produtos veterinários. Trata eventos novos ou raros e aqueles advindos de desvios da qualidade, do uso não aprovado do produto veterinário, das interações medicamentosas, da inefetividade terapêutica (total ou parcial) ou intoxicações relacionadas ao produto veterinário, estabelecendo relações de causalidade e de riscos associados ao produto veterinário para assistência, avaliação, diagnóstico e conduta frente a novos eventos.

Qualquer parte interessada pode iniciar um processo de atendimento com abertura de uma ocorrência (PRO 305.00.011 rev.02), que será analisada pelos técnicos diretamente relacionados à reclamação. Podendo ainda, registrar avaliações críticas quanto aos serviços prestados (IT 302.00.001 rev.02), que também encadeiam tratativas a serem sanadas, esses processos fomentam avaliações de impacto e abrangência. Portanto, as reclamações/ocorrências/avaliações críticas registradas são um importante instrumento de melhoria contínua do sistema de gestão, contribuindo para a manutenção do nível de excelência em qualidade e confiabilidade dos produtos e serviços comercializados.

Em 2022 não ocorreu nenhuma não conformidade com relação a leis e regulamentos, assim como, aplicações de multas ou sanções não monetárias relativo aos processos.

Iniciativas Externas

[GRI 102-12] [GRI 102-13]

Em 2022, o Instituto manteve e ampliou as iniciativas externas, com participações em forma de apoio, parcerias ou associação com organizações similares. No período, também foram firmados termos de cooperação e compromisso, os quais estão divulgados no Portal da Transparência. Estão relacionados nas tabelas abaixo:

Tabela 5 . Relação de associações representativas e parcerias

Participações Associativas, Representativas e Parcerias	
1	ABAPI - Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial e ABAPISUL
2	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
3	ABPI - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
4	ABIPTI - Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação
5	ALFOB - Associação dos Laboratórios Oficiais do Brasil
6	ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
7	ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
8	ABEC - Associação Brasileira de Editores Científicos
9	CEDRAF - Câmara Setorial de Agroecologia e Agricultura Orgânica do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
10	Câmara Técnica de Energias do Oeste em Desenvolvimento
11	Cátedra Ozires Silva de Empreendedorismo e Inovação Sustentáveis
12	CEPARTEC - Conselho Estadual de Parques Tecnológicos
13	CGCRE/Inmetro - Coordenação Geral de Acreditação
14	CIM - Centro de Inovação Maringá
15	CPORG-PR - Comissão de Produção Orgânica do Paraná
16	Comissão Técnica (ABNT/CB – 026) Comitê Brasileiro de OMH
17	CBEG - Comitê de Benchmarking para Excelência na Gestão
18	Comitê Brasileiro de Madeira (ABNT/CB-031)
19	Comitê Gestor do PMO - Paraná Mais Orgânico
20	Comitê Tubos, Conexões Plásticas e Componentes para Instalações Prediais de Água Quente e Fria (ABNT/CB-178/CE 178 001 001)
21	CONCEA - Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal
22	CGAL - Coordenação Geral de Laboratórios Agropecuários
23	CONSEA – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
24	CEDES - Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná
25	Conselho Municipal de Inovação de Maringá
26	Conselho Municipal de Segurança Pública de Maringá
27	Copel - Companhia Paranaense de Energia
28	DERAL-SEAB - Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura e Abastecimento
29	DGP - Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil Lattes CNPq
30	Diretório de Instituições no CNPq / CADI - Cadastro de Informações Institucionais

Iniciativas Externas

[GRI 102-12] [GRI 102-13]

Participações Associativas, Representativas e Parcerias

31	FIOCRUZ - Fundação Instituto Osvaldo Cruz
32	Fomento Paraná
33	FOPEME - Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná
34	FORTEC - Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia
35	Fórum das Certificadoras de Produtos para a Telecomunicação
36	Fórum das Certificadoras de Produtos Orgânicos
37	Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais
38	Fundação Araucária
39	FNQ - Fundação Nacional da Qualidade
40	GS1 Brasil - Associação Brasileira de Automação
41	GTI-E - Grupo de Trabalho Intersetorial
42	GTI-E/Grupo Interinstitucional FUNDEPAR
43	Grupo de Trabalho em Propriedade Intelectual da OAB
44	GTD - Rede de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia
45	IBMP - Instituto de Biologia Molecular do Paraná
46	Instituto SENAI de Tecnologia em Meio Ambiente e Química
47	Laboratório Marcos Enrietti
48	LACEN - Laboratório Central do Estado do Paraná
49	CNRC-NRC - Measurement Science and Standards, National Research Council Canadá
50	MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
51	MS - Ministério da Saúde
52	NAMITEC - Rede INCT-NAMITEC de Sistemas Micro e Nanoeletrônicos
53	NITPAR - Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica do Paraná
54	Observatórios SESI/SENAI/IEL
55	Paraná Metrologia – Rede Paranaense de Metrologia e Ensaio
56	PARANACIDADE Serviço Social Autônomo
57	Secretário de Comunicação e assessores de comunicação dos órgãos do governo do Estado do Paraná
58	PDE - Rede de Produtos e Dispositivos Eletrônicos (I, II E III)
59	Programa Setorial da Qualidade de Painéis de Partículas de Madeira (MDP) e Painéis de Fibras de Madeira (MDF)
60	Parque Tecnológico Virtual Paraná
61	Questel Orbit Users BR
62	RBC - Rede Brasileira de Calibração
63	Rede Biocomb - Rede Brasileira de Biocombustíveis
64	RBIOCOMB - Rede de Serviços Tecnológicos em Biocombustíveis
65	REBLAS - ANVISA - Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde
66	RBLE - Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio
67	RBTB - Rede Brasileira de Tecnologia do Biodiesel -
68	REDA - Rede de Direitos dos Animais do Governo do Estado do Paraná
69	Rede de Componentes e Produtos da Área de Defesa e de Segurança
70	Rede de Segurança e Saúde Alimentar
71	Rede SIBRATEC Extensão Tecnológica
72	Rede TT Inova
73	REVE - Rede de Voluntariado Empresarial
74	ReDiN - Rede de Disseminação de Inovação e Propriedade Intelectual
75	REDIP - Rede de Instalações Prediais e Iluminação Pública
76	Rede de Mentores do Brasil
77	REDSANG - Rede de Sangue e Hemoderivados

Iniciativas Externas

[GRI 102-12] [GRI 102-13]

Participações Associativas, Representativas e Parcerias

78	REMA - Rede de Serviços Tecnológicos de Monitoramento Ambiental
79	PROSAUDE - Rede de Serviços Tecnológicos de Produtos para a Saúde
80	RENALI - Rede Nacional de Análise de Alimentos
81	RENAMA - Rede Nacional de Monitoramento Ambiental
82	REPARTE - Rede Paranaense de Incubadoras e Parques Tecnológicos
83	RRC - Rede de Laboratórios de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal e Vegetal
84	RESAG - Rede de Saneamento e Abastecimento de água
85	RESETRA - Rede de Setores Tradicionais- SIBRATEC
86	RIMEC - Rede de Serviços Tecnológicos de Insumos Farmacêuticos, Medicamentos e Cosméticos
87	RP2M - Rede de Serviços Tecnológicos para Produtos de Manufatura Mecânica - SIBRATEC
88	RTP - Rede de Transformados Plásticos
89	Rota Agroalimentar - Valorização de resíduos da cadeia agroalimentar (Observatórios FIEP)
90	Rotas tecnológicas em Saúde da FIEP
91	SBCC - Sociedade Brasileira de Controle de Contaminação
92	SBRT - Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas
93	Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social
94	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Sebrae/PR
95	SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
96	SEPARTEC - Sistema Paranaense de Parques Tecnológicos
97	SCIELO - Scientific Electronic Library Online
98	SINDAN - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal
99	SOCIESC - Sociedade Educacional de Santa Catarina
100	SRI - Sistema Regional de Inovação do Norte Pioneiro do Paraná
101	UFPR - Universidade Federal do Paraná
102	UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Departamento de Química e Biologia - Curitiba)
103	UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
104	UNICENTRO - Universidade do Centro-Oeste do Paraná

Tabela 6 . Relação de instituições com parceria técnico científica

Termos de Cooperação Técnico / Científica

1	Termo de Cooperação Técnico/Científica TECPAR/SENAI: Estabelecer cooperação técnica e científica no âmbito de interesse e competência dos partícipes e fortalecer a articulação institucional entre as partes visando o desenvolvimento, capacitação, transferência de conhecimento, prestação de serviços e compartilhamento da infraestrutura e equipamentos no âmbito do Programa de Incubação do Tecpar e das Aceleradoras do SENAI
2	Acordo de Cooperação TECPAR/BRDE: Avaliação do Mérito Tecnológico e Inovação de projetos apresentados e demais requisitos de enquadramento para as linhas de financiamento disponíveis
3	Termo de Cooperação Técnico/Científica TECPAR/UEPG: Consolidar o Parque Tecnológico da Saúde por meio da disponibilização de laboratório multidisciplinar e interinstitucional de ensaios pré-clínicos e cirurgia experimental
4	Termo de Cooperação Técnico/Científica TECPAR/IBMP: Desenvolvimento de antígenos rábico; Desenvolvimento de teste diagnóstico sorológico de Mycobacterium; Desenvolvimento de teste diagnóstico para Neospora canis
5	Termo de Cooperação Técnico/Científica TECPAR/FUNDETEC: Desenvolvimento, capacitação, transferência de conhecimento, prestação de serviços e compartilhamento da infraestrutura e equipamentos. Áreas: Biogás - Programa Living Lab - Agroindústria - Energia - Programas de Incubação
6	Termo de Cooperação Técnico/Científica TECPAR/CIBIOGÁS: Cooperação técnica nos temas biogás e biometano

Iniciativas Externas

[GRI 102-12] [GRI 102-13]

Termos de Cooperação Técnico / Científica

- 7 Termo de Cooperação Técnico/Científica TECPAR/SEAB/SETI/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA/CIBIOGÁS: Organizar, articular e apoiar os ativos técnico-científicos, professores, especialistas e infraestrutura laboratorial disponíveis na administração pública e na iniciativa privada e academia para oferecer apoio à cadeia do Biogás
- 8 Termo de Cooperação Técnico/Científica TECPAR/PARQUE TECNOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (ASSOCIAÇÃO PQTEC): Cooperação para organização de um APL de Tecnologias e Agronegócio e da Cadeira Produtiva de Energias Renováveis; Criação da fazenda 4.0 - parceria entre as cadeiras de SJC e Tecpar; Cooperação Tecnológica e Comercial para representação de um pelo outro para prospecção de parcerias
- 9 Termo de Cooperação Técnico/Científica TECPAR/SETI/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA/FUNPAR/UFPR: Criação, planejamento e desenvolvimento de Hub de Nanotecnologia no Estado do Paraná
- 10 Termo de Cooperação Técnico/Científica TECPAR/INVEST PARANÁ/SIMEPAR: Fortalecer a articulação institucional entre as partes supracitadas visando desenvolver as condições institucionais para pesquisa e desenvolvimento de metodologias, sistemas, dispositivos e equipamentos que, sobre a mesma plataforma, permitam o monitoramento de variáveis ambientais e a produção de informações seguras para fins de fiscalização, definição de políticas públicas e melhoria do ambiente de negócios do Estado do Paraná
- 11 Termo de Comodato TECPAR/UENP/SETI: Transferência da Unidade Jacarezinho para a UENP
- 12 Termo de Cooperação TECPAR/ESTADO DO PARANÁ/MINISTÉRIO PÚBLICO: Proporcionar ao MPPR assessoramento técnico-científico em atividades que necessitem de assunção de responsabilidade técnica, com vistas a instruir processos judiciais e procedimentos extrajudiciais
- 13 Acordo de Cooperação TECPAR/SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ: Identificação e detecção de agrotóxicos em formulações agrônomicas
- 14 Termo de Cooperação TECPAR/MUNICÍPIO DE CURITIBA: Saúde animal, ambiental e humana
- 15 Termo de Cooperação TECPAR/INVEST PARANÁ: Viabilização do Programa de Apoio às Vocações Regionais do Paraná
- 16 Acordo de Cooperação TECPAR/MUNICÍPIO DE PATO BRANCO: Processo de Inovação Aberta pautado pela Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
- 17 3º Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica TECPAR/SETI/UEM NR. 01/2019. Cessão de funcionários
- 18 Convênio 060/2022 SESA/TECPAR/Fiocruz e IBMP: Centro de Saúde de Precisão
- 19 Acordo de Cooperação TECPAR/FIOCRUZ: Continuidade do Projeto "Estudo de Imunogenicidade da Vacina Covid-19 Fiocruz/Astrazeneca quando aplicada com intervalo de 4 ou oito semanas entre as duas doses
- 20 Acordo de Cooperação TECPAR/UENP/SETI: Ceder, com a anuência, para prestar serviços junto à Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), na cidade de Jacarezinho/PR os seguintes empregados: Djalma Fernandes Cardoso, Luciano Gilberto Bernardes, Marcio Oliveira da Silva
- 21 Acordo de Cooperação TECPAR/MUNICÍPIO DE LONDRINA/CODEL (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE LONDRINA): Processo de Inovação Aberta, pautado pela Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, a fim de identificar elementos de tecnologia que possam atuar positivamente no desenvolvimento social, econômico e ambiental do município
- 22 Acordo de Cooperação TECPAR/BIOLOGICAL: Estruturação de Plataforma Tecnológica de vacinas baseadas em domínio de ligação ao receptor expresso em Pichia Pastoris incluindo a COBERVAX contra o novo coronavírus e outros produtos biológicos para redução e dependência tecnológica e produtiva do país
- 23 Acordo de Cooperação TECPAR/PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ: Inovação aberta pautada pela pesquisa, desenvolvimento e inovação
- 24 Acordo de Cooperação TECPAR/PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES: Fortalecimento de Agricultores Familiares e agrofloretais voltados para a produção sustentável e conservação dos polinizadores, transformando o município em um polo de meliponicultura
- 25 Acordo de Cooperação TECPAR/SETI/UEPG/UNICENTRO/UNIOESTE/UEL/UENP/UNESPAR/UEM: Rede de Laboratórios Multiusuários para dar suporte às atividades de pesquisas científicas e tecnológicas disponibilizando equipamentos e serviços especializados

Iniciativas Externas

[GRI 102-12] [GRI 102-13]

Termos de Cooperação Técnico / Científica	
26	Termo de Cooperação TECPAR/LABORATÓRIO MULTIUSUÁRIOS (SETI/UEPG/UNICENTRO/UNIOESTE/UEL/UENP/UEM): Fortalecer a articulação institucional para o desenvolvimento da Rede de Laboratórios Multiusuários para dar suporte às atividades de pesquisas científicas e tecnológicas
27	ACORDO DE PARCERIA E FORNECIMENTO TECPAR/ IBMP: Acordo de parceria para fornecimento de produtos para o sus, em âmbitos estaduais e municipais
28	Termo de Cooperação TECPAR/VERDEMED FARMACÊUTICA LTDA: Derivados canabidioides para tratamento de diversas doenças
29	Termo de Cooperação TECPAR/FLORELAR BRASIL IMPORTADORA E COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.: Derivados canabidioides para tratamento de diversas doenças
30	Termo de Cooperação TECPAR/FG BRASIL LTDA. (AURA PHARMA): Derivados canabidioides para tratamento de diversas doenças
31	Termo de Cooperação TECPAR/ASTRA MEDICAL SUPPLY PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.: Plataforma tecnológica de Fórmulas infantis para necessidades dietoterápicas para pacientes com APLV
32	Acordo de Cooperação TECPAR/PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES: Estruturar uma Agência de Inovação no município de Morretes
33	Acordo de Cooperação TECPAR/LOCCUS: Kits de extração e purificação de ácidos nucléicos por beads magnéticas

Tabela 7 . Relação de instituições com memorando de entendimento

Memorandos de Entendimentos	
1	Memorando de Entendimento TECPAR/SENAI: Coincubação / Energy Camp e Smart Farm
2	Memorandos de Entendimento entre o TECPAR e SANEPAR/UEL/UFPR PALOTINA: Atividades de produção e difusão de provas de conceitos e conhecimentos técnicos e científicos no setor de saneamento ambiental, com ênfase na produção de energia através do aproveitamento do biogás e seus derivados assim como de biofertilizantes
3	Memorando de Entendimentos TECPAR/IFAS: Compartilhar experiências para o desenvolvimento de soluções de sistemas sustentáveis
4	Memorando de Entendimentos TECPAR/ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO MÉDICO E BIOÉTICA (ANADEM), AR-CRIO CRIOGENIA S/A, A GIACOMASSI ASSESSORIA EMPRESARIAL & IMOBILIÁRIA LTDA. (BLINMED), O HOSPITAL PARANAENSE DE OTORRINOLARINGOLOGIA LTDA. (IPO), A BF SERVIÇOS MÉDICOS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. (ECO) E O NÚCLEO DE ENSINO E PESQUISA DO HOSPITAL IPO

Tabela 8 . Relação de instituições com protocolo de intenção

Protocolos de Intenções	
1	Protocolo de Intenções TECPAR/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA/UNIVERSIDADES FEDERAIS/UNIVERSIDADES ESTADUAIS/EMBRAPA FLORESTAS/SENAI-PR SUPER HUB NANO: Instituir a cooperação técnico-científica entre os partícipes, com vistas ao desenvolvimento de programas, projetos e atividades no campo da pesquisa, ensino, desenvolvimento tecnológico, produção, informação técnico-científica e inovação, contribuindo para a constituição de um Novo Arranjo de Pesquisa e Inovação (NAPI)
2	Protocolo de Intenções TECPAR/UFPR: Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Nanosseguurança
3	Protocolo de Intenções TECPAR/SOCIPAR: Atendimento às empresas do Município de Paranavaí e região, com o Selo Tecpar de Inovação
4	Protocolo de Intenções TECPAR/UFPR/FUPEF/INVEST PARANÁ: Protocolo de quantificação de carbono em florestas

Iniciativas Externas

[GRI 102-12] [GRI 102-13]

Protocolos de Intenções

- 5 Protocolo de Intenções TECPAR/FUNDAÇÃO DE SAÚDE ITAIGUAPY (HOSPITAL MINISTRO COSTA CAVALCANTI): Consultoria técnica e treinamentos para acreditação de laboratórios e ensaios e de calibração, com foco na implantação da norma ISO 17.025, além de Certificação de Sistemas de Gestão referente às normas ISO 9001 e ISO 14001 e Ensaios Laboratoriais Físicos, Químicos e Microbiológicos
- 6 Protocolo de Intenções TECPAR/VICTOR ENERGY APS: Realizar ensaios físico-químicos nos resíduos de cinzas e efluentes líquidos gerados pela planta de pré-tratamento de lixo Ecogi, nos Municípios do Estado do Paraná
- 7 Protocolo de Intenções TECPAR/CELEPAR: desenvolvimento de projetos no contexto de Internet das Coisas (em inglês: Internet of Things, IoT) a fim de atender demandas públicas e privadas
- 8 Protocolo de Intenções TECPAR/ABICANN (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CANNABIS): Investigações Técnico-científicas sobre a Cannabis sativa para fins medicinais e industriais
- 9 Protocolo de Intenções TECPAR/INSTITUTO PARA PESQUISA DO CÂNCER DE GUARAPUAVA: Incluir o Tecpar no Programa Genomas Paraná com participação no Conselho Deliberativo e em Comitês Técnicos
- 10 Protocolo de Intenções TECPAR/SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA: Realização de dois workshops e ações pontuais para identificar demandas de tecnologias relacionadas ao policiamento ostensivo e investigativo e de socorro e proteção à saúde do cidadão
- 11 Protocolo de Intenções TECPAR/IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITIBA: Modernização da tecnologia hospitalar por meio de prospecção de pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e serviços
- 12 Protocolo de Intenções TECPAR/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ: Ações de pesquisa, capacitação, desenvolvimento tecnológico e inovação, gestão, supervisão e certificação de projetos e obras na área de infraestrutura e desenvolvimento sustentável
- 13 Protocolo de Intenções TECPAR/PREFEITURA DE FLORIDA – URUGUAI: Desenvolvimento de programas de intercâmbio, transferência de tecnologia, troca de informações e experiências no campo da pesquisa e desenvolvimento tecnológico em Cannabis para fins medicinais
- 14 Protocolo de Intenções TECPAR/INSTITUTO DE REGULACIÓN Y CONTROL DEL CANNABIS – IRCCA – URUGUAI: Desenvolvimento de programas de intercâmbio de expertises na área regulatória de produtos à base de Cannabis para fins medicinais
- 15 Protocolo de Intenções TECPAR/INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO VALE SÃO FRANCISCO: Integração das atividades de pesquisa, tecnologia e inovação e a utilização conjunta de experiência e da especialização de cada um, em suas respectivas áreas de atuação

Estratégia

[GRI 102-14]



O Planejamento Estratégico para o período de 2022-2026, foi aprovado pelo Conselho de Administração, no final de 2021. A consolidação do processo foi obtida após análise do resultado das pesquisas com as partes interessadas (Conselho de Administração (CAD) Conselho Fiscal (CF), Diretoria Executiva (DIREX), colaboradores, clientes e comunidade), quando foi atualizada a matriz SWOT. Após, foram revisados os fundamentos e readequados os valores, culminando com a revisão das estratégias.

Os fundamentos que balizam a atuação estratégica do Instituto, assim como os Objetivos Estratégicos são apresentados abaixo:

Negócio

Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Soluções tecnológicas para o setor público e privado.

Visão

Ser reconhecido como laboratório público de referência nacional, que faz a diferença para a sociedade.

Missão

Atuar na produção para a área da saúde e em soluções tecnológicas, por meio da pesquisa, desenvolvimento e inovação, agregando valor aos clientes e à sociedade.

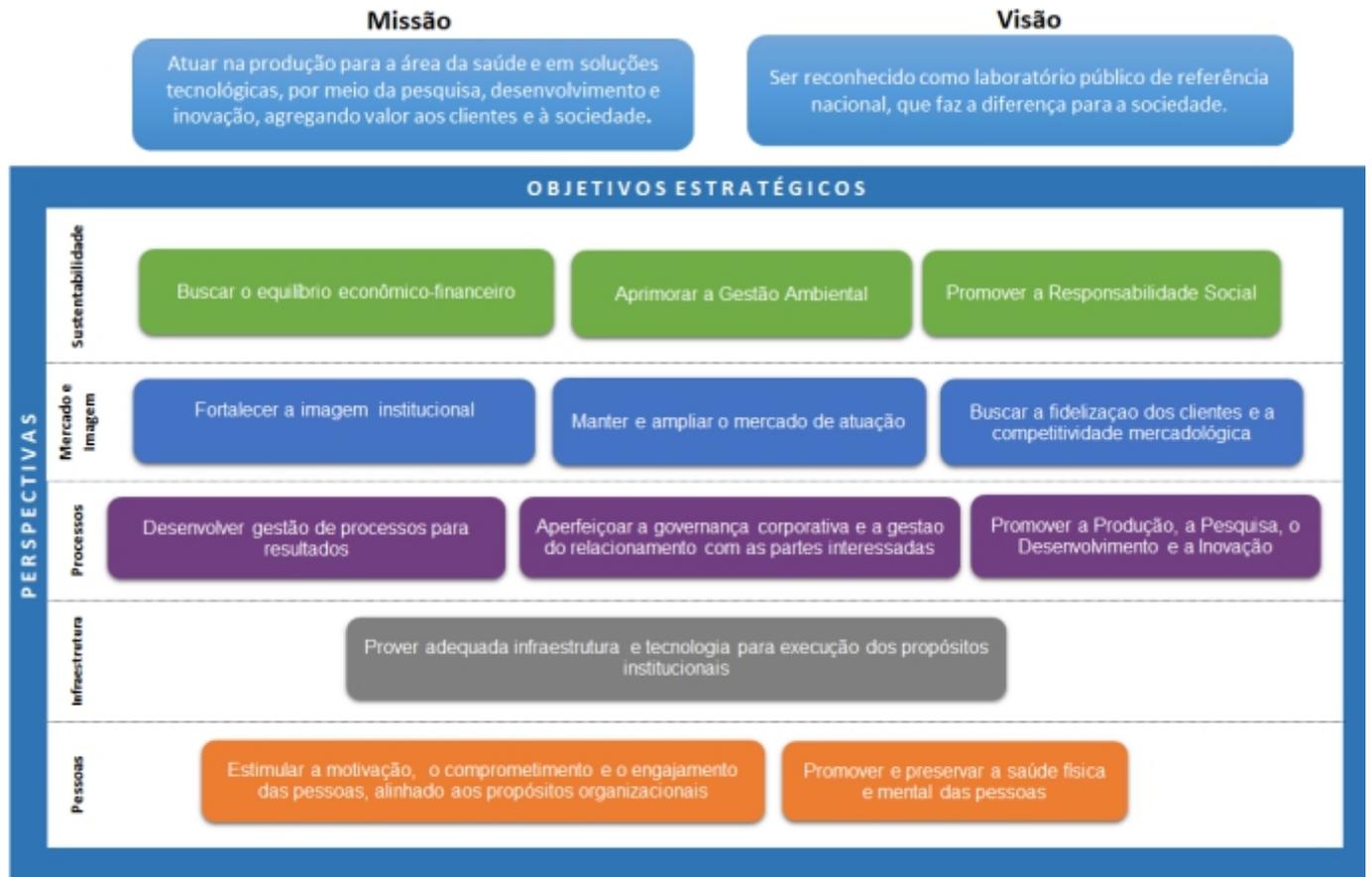
Os valores que norteiam nosso comportamento, são:

Valores	Descrição
1 Ética	Agimos de forma ética em todos os tipos de relação, visando o bem comum e um ambiente equilibrado e justo
2 Respeito	Tratamos a todos com respeito
3 Comunicação e Transparência	Comunicamos de maneira clara, objetiva e responsável, visando o bom relacionamento com as partes interessadas
4 Engajamento	Trabalhamos com comprometimento, dedicação e empenho, seja individualmente ou em equipe, para entregar o melhor resultado a sociedade
5 Valorização das pessoas	Valorizamos e reconhecemos as pessoas como fundamentais para o sucesso da nossa instituição
6 Sustentabilidade	Realizamos nossas atividades, buscando o desenvolvimento socioeconômico e a conservação ambiental
7 Inovação	Respondemos às demandas da sociedade com soluções inovadoras em produtos e serviços
8 Cooperação	Trabalhamos com espírito colaborativo, para atingirmos nossos propósitos

Estratégia

[GRI 102-14]

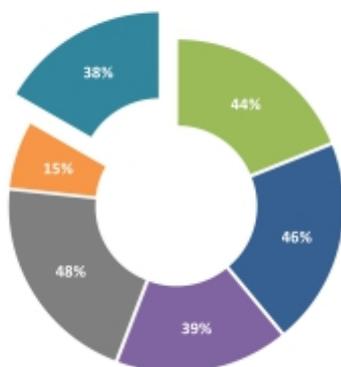
Mapa Estratégico 2022-2026



Resultados 2022

Performance por Perspectiva

- 1. Sustentabilidade
- 2. Mercado e Imagem
- 3. Processos
- 4. Infraestrutura
- 5. Pessoas
- Média Geral



O planejamento estratégico é fundamental na conquista do propósito organizacional, o qual deve buscar constantemente a harmonia entre a sua concepção e execução, com a finalidade de garantir o êxito da instituição, em seu ambiente atual e futuro.

Performance dos indicadores

Subtemas	Avaliação dos indicadores
1 . Buscar o equilíbrio econômico-financeiro	
2 . Aprimorar a gestão ambiental	
3 . Promover a sustentabilidade social	
4 . Fortalecer imagem institucional	
5 . Manter e ampliar o mercado de atuação	
6 . Buscar a fidelização dos clientes e a competitividade mercadológica	
7 . Desenvolver gestão de processos para resultados	
8 . Aperfeiçoar a governança corporativa e a gestão do relacionamento com as partes interessadas	
9 . Promover a produção, a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação	
10 . Prover adequada infraestrutura e tecnologia	
11 . Estimular a motivação, o comprometimento e engajamento das pessoas, alinhado aos propósitos organizacionais	
12 . Promover e preservar a saúde física e mental	

A análise do período apresentou indicativos positivos, mas também evidenciou os que não atingiram a performance planejada, cujos temas impactam os resultados organizacionais.

É adequado observar oportunidades de melhorias nos temas que envolvem a responsabilidade ambiental, processos e pessoas, com a necessária execução das ações estabelecidas no plano estratégico.

Materialidade

[GRI 102-21] [GRI 102-44]

Em 2022, a tratativa dos temas materiais, teve início com a definição realizada após consulta com as partes interessadas, ao longo de 2021. As pesquisas foram realizadas conforme abaixo:

- Poder público / Governo: pesquisa qualitativa.
- Clientes: pesquisa qualitativa.
- Conselhos de Administração e Fiscal: pesquisa qualitativa.
- Diretores, assessores, gerentes e substitutos: pesquisa qualitativa.
- Público interno: metodologia apreciativa, participaram analistas, gerentes, técnicos, assistentes, bolsistas e estagiários.



As fases etapas foram resumidas nas seguintes fases:

Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4
Levantamento e análise de documentos internos e externos para embasamento acerca da sustentabilidade.	Estruturação, validação e aplicação de pesquisa online aos <i>stakeholders</i> , para identificação dos temas.	Tabulação, análise e relato da pesquisa priorizando a incidência e relevância dos temas.	Apresentação e aprovação dos resultados pela Diretoria Executiva.

Após análise e seleção de 7(sete) temas materiais, no período do relato, foram trabalhados em consonância com o Planejamento Estratégico (PE), com a Agenda ESG e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujos resultados, são apresentados abaixo:

Os temas materiais a serem trabalhados a partir da percepção dos stakeholders, são:

- 1 . Competência técnica organizacional.
- 2 . Sustentabilidade econômica e ambiental.
- 3 . Infraestrutura.
- 4 . Mapeamento e gestão de riscos.
- 5 . Gestão de pessoas.
- 6 . Diretrizes para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).
- 7 . Gestão para resultados.

Tabela 9 . Temas materiais trabalhados em 2022

Tema	Escopo	Objetivos Estratégicos	Agenda ESG		ODS	GRI
			Metas para 2022	Resultados		
1. Competência técnica organizacional	Ampliação da oferta de programas de capacitação, mantendo e aumentando a competência técnica, estimulando o pensamento estratégico, o comprometimento, o trabalho em equipe e a visão sistêmica.	Estimular a motivação, o comprometimento e o engajamento das pessoas, alinhado aos propósitos organizacionais.	- Engajar todas as áreas dos níveis estratégico, tático e operacional da empresa com o objetivo de criar uma comunidade do conhecimento. - Propor e executar um Programa de Gestão do Conhecimento.	- Realização de evento com a participação dos gestores no qual os representantes do GT-ESG apresentaram suas ações alinhadas aos critérios estabelecidos na Agenda ESG: meio ambiente, responsabilidade social e governança corporativa. - Quanto ao Programa de Gestão do Conhecimento, não aconteceu nenhuma ação. Este programa continuará constando como meta para 2023 a 2025.	   	404

Materialidade

[GRI 102-21] [GRI 102-44]

<p>2. Sustentabilidade econômica e ambiental</p>	<p>Otimização dos processos internos, por meio do mapeamento e eliminação de desperdícios, reduzindo a estrutura de custos fixos e variáveis. Estabelecimento de metas ambientais de preservação dos recursos naturais disponíveis no âmbito da empresa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar o equilíbrio econômico-financeiro. - Aprimorar a gestão ambiental. - Promover a sustentabilidade social. 	<p>Projetos Sustentáveis - Previsão de instalação de placas e reaproveitamento de água nos projetos LIV – CIC e Controle de Qualidade – Juvevê.</p> <p>Governança Corporativa - Aprimoramento das práticas de governança corporativa.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aprimoramento das práticas de controles internos. - Fortalecimento e divulgação das ações de Ouvidoria e Transparência. - Ações de tratamento de dados pessoais para atender a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). 	<p>Projetos Sustentáveis - Visando a sustentabilidade econômica e ambiental, na construção do LIV serão utilizadas energia (placas fotovoltaicas), e reaproveitamento da água (cisterna).</p> <p>Governança Corporativa - Foram aprovadas: Política de Avaliação de Desempenho Anual dos Órgãos Estatutários e a Revisão da Política de Gestão Estratégica. Realizada Capacitação dos Administradores e membros do Conselho Fiscal; aprimoramento e aprovação do processo e Regimento Interno para eleição e do Representante dos Empregados no CAD. Recondução dos mandatos do CAD e CF; aprimoramento da prática de integração dos órgãos estatutários por meio da elaboração de cartilhas para novos membros dos Conselhos e Diretoria Executiva; disponibilização de repositório de arquivos de treinamento e outros documentos, para acesso pelos membros dos órgãos estatutários.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecido fluxo para maior aproximação das áreas e executores do processo. As demandas para as áreas são realizadas contendo o embasamento legal e a definição de prazo para retorno. Todos os relatórios elaborados pelo Controle Interno antes de serem encaminhados à Controladoria Geral do Estado do Paraná (CGE) e para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE), são apresentados ao Diretor-Presidente, recomendações são previamente apreciadas, para serem formalizadas. 		<p>203</p>
---	--	---	---	---	---	------------

Materialidade

[GRI 102-21] [GRI 102-44]

				<p>- Implantação de sala para atendimento presencial dos cidadãos, atualização da Política de Divulgações de Informações e disseminação do canal da Ouvidoria e solicitação de sugestões para ações de melhoria e transparência interna.</p> <p>- Com a Resolução CGE nº 13, foi designado o Agente de Compliance como encarregado pelo tratamento de dados pessoais no âmbito da instituição. Como primeira iniciativa para a implementação da LGPD, foi elaborada a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, sob orientação da Controladoria Geral do Estado – CGE, que é o órgão central do Sistema de Controle do Poder Executivo Estadual.</p> <p>O documento estabelece ao usuário as diretrizes para obtenção, uso e revelação das informações coletadas no website).</p>		
3. Infraestrutura	Mapeamento e provisão de infraestrutura necessários para apoio aos projetos de manutenção e expansão do modelo de negócios.	Prover adequada infraestrutura e tecnologia para execução dos propósitos institucionais.	Prover os recursos estruturais adicionais necessários para atender os critérios do ESG em meio ambiente, responsabilidade social e governança.	<p>- Para maior eficiência energética: no CIC e Juvevê - substituição dos equipamentos de ar condicionado para máquinas com gás refrigerante ecológico e substituição de toda iluminação para luminárias LED.</p> <p>- Refeita toda a rede de água pluvial e esgoto.</p>	  	203
4. Mapeamento e gestão de riscos	Desenvolvimento e elaboração de planos de ação para prevenir e mitigar os riscos que ameaçam a saúde e o bem-estar dos colaboradores, por meio da legislação vigente, da revisão dos processos e das decisões tomadas em todos os níveis organizacionais.	Buscar o equilíbrio econômico-financeiro.	Monitorar os planos de ação voltados a prevenção dos riscos, observando as especificações para os critérios do ESG, quando necessário, realinhando os processos para atender a agenda.	Instituído Comitê de Gerenciamento de Riscos (Deliberação. nº 091/2022). Realizado curso de Gestão de Riscos para equalização dos conceitos, metodologia e planos de ação, com participação dos agentes da governança corporativa e gerentes das unidades.	  	102

Materialidade

[GRI 102-21] [GRI 102-44]

<p>5. Gestão de pessoas</p>	<p>Promoção da pesquisa da cultura e clima organizacional a cada dois anos, estabelecendo planos de ação para corrigir gaps identificados, correlacionando objetivos da empresa e expectativas dos colaboradores, na busca pelo engajamento e motivação das pessoas - que farão a diferença competitiva tanto para empresa quanto para os colaboradores.</p>	<p>- Estimular a motivação, o comprometimento e o engajamento das pessoas, alinhado aos propósitos organizacionais.</p> <p>- Promover e preservar a saúde física e mental das pessoas.</p>	<p>- Propor e executar um plano de capacitação voltado para os critérios do ESG.</p> <p>- Executar plano de sensibilização da liderança para a importância do ESG.</p>	<p>- As ações do plano de capacitação voltado ao ESG, foram reprogramadas para 2023.</p> <p>- Realização de evento com a participação dos gestores.</p>	  	<p>401, 402, 403 e 404</p>
<p>6. Diretrizes para PD&I</p>	<p>Formular diretrizes gerais de pesquisa e desenvolvimento para pesquisadores internos e externos, estimulando projetos de pesquisas que favoreçam a inovação dos produtos e serviços ofertados.</p>	<p>Promover a produção, a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação.</p>	<p>Estruturar e atualizar a política de pesquisa, desenvolvimento e inovação.</p>	<p>A atualização da política será realizada em 2023.</p>	   	<p>201, 402 e 404</p>
<p>7. Gestão para resultados</p>	<p>Promover revisão dos processos tendo como foco os principais clientes, estabelecendo modelo voltado para resultados, minimizando os riscos e atendendo as expectativas dos clientes.</p>	<p>Desenvolver gestão de processos para resultados.</p>	<p>Implantar gestão de processo orientada para resultados em todas as áreas.</p>	<p>- Elaborado Manual de Gestão por Processo e sistemática para implantação da gestão por processo.</p> <p>- Iniciada fase de treinamento e sensibilização para caracterização dos processos organizacionais.</p>	  	<p>201</p>

Ética e integridade

[GRI 102-16] [GRI 102-17]

A responsabilidade social de uma empresa pública exige a incorporação às suas práticas organizacionais de princípios, normas e valores éticos essenciais ao cumprimento da missão que lhe é confiada pela sociedade. A ética é, pois, o elo histórico que une, de forma coerente, o discurso à ação.

O reconhecimento da probidade, da integridade corporativa e da lealdade como valores intrínsecos ao exercício das atividades profissional e organizacional é parte da contribuição institucional com os compromissos supremos do Estado brasileiro, com a defesa da dignidade humana, a proteção ao interesse público e a promoção do bem comum. Esse comprometimento abrange também a garantia da liberdade de expressão e de acesso à informação, o respeito às diferenças individuais e consequente eliminação de qualquer forma de discriminação. O Instituto tem como premissa a proteção ao meio ambiente, a otimização do trabalho e o combate ao desperdício dos recursos públicos.

Nesse contexto, os preceitos éticos e de integridade previstos no Código de Conduta e Integridade instrumentalizam a operacionalização, estruturação e desenvolvimento do negócio de forma a alcançar, de modo efetivo, a Missão, a Visão, os Princípios éticos e os Valores organizacionais. Por isso, esse conteúdo vem sendo constantemente abordado, envolvendo, direta ou indiretamente todos os colaboradores da empresa, visando consolidar uma cultura voltada à ética e à integridade institucional.



Ética e integridade

[GRI 102-16] [GRI 102-17]

Ouvidoria

As orientações e preocupações relativos à ética estão concentrados na Ouvidoria e no Comitê de Ética e Integridade. A Ouvidoria é o órgão de apoio estratégico e especializado, além de mediadora na busca de soluções de conflitos e agente promotor de mudanças. Atenta aos princípios constitucionais de legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência, a Ouvidoria é um canal de comunicação, imparcial e independente, consolidada como instrumento de democracia participativa.

A Ouvidoria recebe, avalia e dá encaminhamento às demandas, observando as determinações legais, no que se refere ao sigilo de dados pessoais. Cabe à Ouvidoria a mediação de questões que possam causar transtornos, danos, inconveniência ou impasse à organização ou ao seu público interno e externo, garantindo o direito de resposta às manifestações no menor prazo possível e de forma objetiva.

Manifestações

A Ouvidoria e Transparência disponibiliza ao cidadão cinco formas de acesso para registro de atendimento: telefone, e-mail, internet (página da Ouvidoria), carta e presencialmente. Demanda recebida por qualquer outro meio que não seja o Sistema de Gestão Integrado para Ouvidoria (SIGO) é cadastrada no referido sistema. Os casos apresentados são recepcionados, analisados, encaminhados aos setores responsáveis dentro da instituição e respondidos ao manifestante.



No período, foram registrados de 47 (quarenta e sete) atendimentos no sistema SIGO. Sistema disponibilizado e gerido pelo Governo do Estado onde todas as manifestações, independente do canal de atendimento devem ser registradas para monitoramento.

Foram recebidas 2 (duas) denúncias: 1 - uso indevido de veículo oficial, tendo sido adotadas medidas corretivas de acordo com o Código de Conduta; 2 - relativa a assédio sexual, porém com informações insuficientes.

No período, o Setor de Ouvidoria e Transparência passou a contar com nova sala para atendimento presencial, sendo local de fácil acesso que permite privacidade no atendimento. Também, foi atualizada a Política de Divulgações de Informações ratificando o compromisso com a promoção da transparência sem, contudo, comprometer a confidencialidade das informações estratégicas.

O Portal da Transparência é uma ferramenta que permite à sociedade acompanhar a aplicação dos recursos públicos e ter uma participação ativa na discussão das políticas públicas e no uso do dinheiro. A transparência permite que o cidadão acompanhe as ações do Estado, analise as informações e exerça o seu direito de fiscalização das contas públicas.

Com foco na prevenção do Assédio Moral e Sexual no ambiente de trabalho foram realizados eventos para os colaboradores. O evento foi dividido em dois grupos separados por gênero, no total foram 105 participantes. Essa promoção do Canal de Denúncia e a proteção ao denunciante, aproximou o público interno da Ouvidoria para outros tipos de manifestações.

>>> Precisamos falar sobre assédio...

- Você já teve dúvidas se uma situação poderia ser considerada como assédio?
- Já foi vítima ou presenciou um caso de assédio e não soube o que fazer?
- Já ficou se perguntado como ajudar uma/um colega que sofreu assédio?
- Tem ou teve medo de sofrer represália por denunciar um assédio?

Para falar sobre estas ou outras questões, a Ouvidoria do Tecpar convida os colaboradores para um bate-papo sobre assédio moral e sexual no ambiente de trabalho no dia 05 de setembro, às 14h, no auditório do Tecpar.

Convide seus colegas, traga suas dúvidas e venha participar de uma conversa aberta sobre este tema tão importante no dia a dia da empresa, mediado pela ouvidora do Instituto, Suelen de Oliveira Rotta.

Afinal quem sofre assédio moral ou sexual no seu local de trabalho tem não só a produtividade comprometida, mas toda a sua qualidade de vida, com consequências difíceis de serem reparadas.

>>> Roda de Conversa sobre assédio no trabalho
Segunda-feira, 05/09, às 14h
no Auditório do Tecpar

Junta-se à nós para identificar, prevenir e combater as práticas de assédio no trabalho.

TÊCPAR

Ética e integridade

[GRI 102-16] [GRI 102-17]

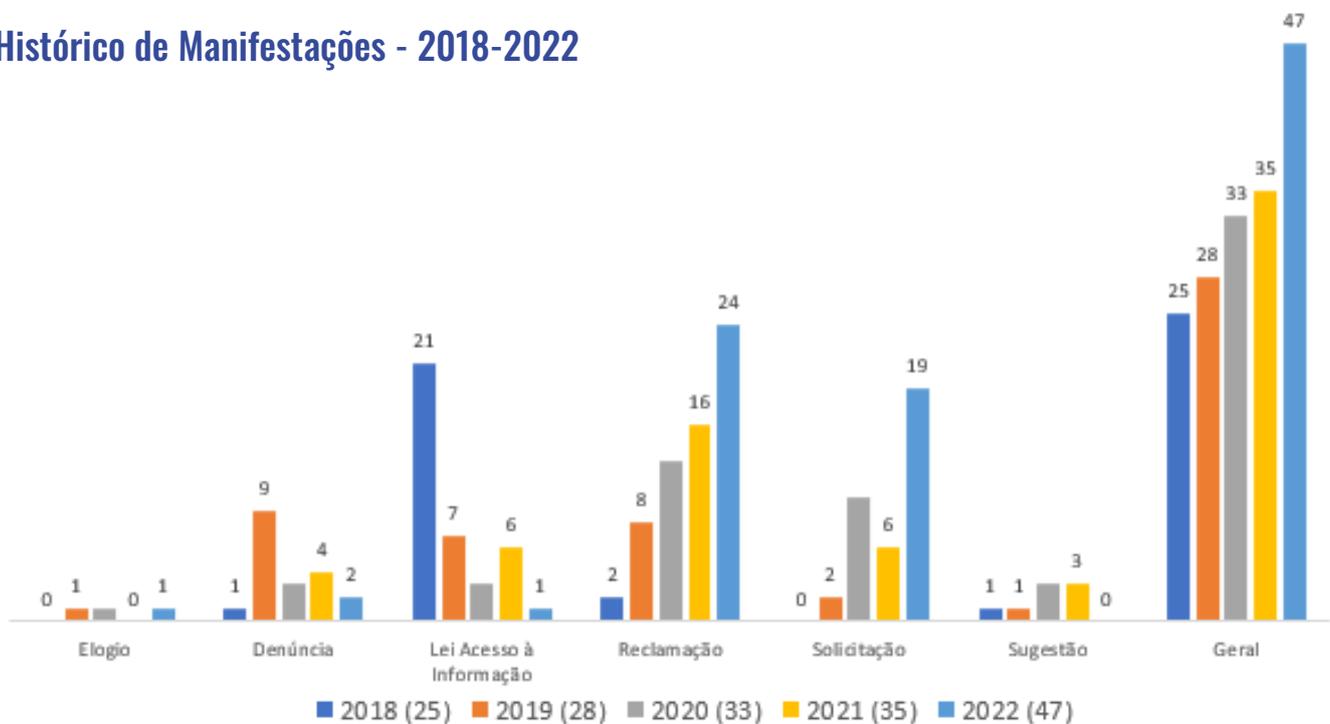
A Ouvidoria pode ser acessada para: - Manifestações que são classificadas em cinco tipos, conforme Lei nº 13.460/2017 ou - Solicitações de acesso à informação, asseguradas pela Lei nº 12.527/2011:

- **Sugestão:** Cidadão deseja propor melhoria do atendimento, serviços ou produtos.
- **Elogio:** Cidadão satisfeito com o atendimento, com serviços ou produtos.
- **Solicitação:** Cidadão necessita de um atendimento, prestação de serviço ou providências do Instituto.
- **Reclamação:** Cidadão demonstra insatisfação, quer relatar ineficiência com atendimento, serviço ou produto.

- **Denúncia:** Cidadão deseja relatar irregularidades ou indício delas na administração, como o descumprimento de obrigações ou deveres da instituição, desvios de conduta ética ou moral e sinais de corrupção;
- **Acesso à Informação:** Disponibiliza canal para atendimento à Lei que regula o acesso à informação.

No comparativo com anos anteriores, verificou-se aumento no número de manifestações, bem como alteração do tipo de manifestação.

Histórico de Manifestações - 2018-2022



Apesar do aumento no número de demandas, percebe-se que houve mudanças nos tipos de manifestação, demonstrando que as informações antes solicitadas pela Lei de Acesso à Informação, estão sendo divulgadas no Portal de Transparência ou no site. Assim, os cidadãos tornam-se mais atuantes no controle social e da qualidade dos serviços prestados. As manifestações que não são classificadas como demandas da Ouvidoria ou de Acesso à Informação são encaminhadas ao Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) ou ao setor competente.

O site do Tecpar foi modernizado, adotando o padrão utilizado pelos órgãos do Estado, contendo informações mais dinâmicas e aba específica para o Portal da Transparência e

Ouvidoria. Simultaneamente, foram realizadas ações de melhoria na qualidade das informações, promovendo uma reestruturação nos processos, sistemas e mecanismos de compilação de dados, principalmente dos processos licitatórios, proporcionando agilidade na disponibilização dos documentos no Portal da Transparência.

Não foi identificado nenhum processo judicial público relacionado com corrupção contra o Instituto ou empregados.

Combate à corrupção

[GRI 205-1] [GRI 205-2] [GRI 205-3]



O Programa de *Compliance* tem como finalidade apoiar a instituição na consolidação da cultura de conformidade, boas práticas e mecanismos tecnológicos, de forma a minimizar os riscos de não conformidade com as regulamentações e outros dispositivos legais. Visa também evitar ou detectar violações de leis, de normas e regulamentos e das políticas internas vigentes, zelando pela adoção de condutas morais, éticas e profissionais.

Para a consolidação do Programa, além da estrutura de governança corporativa, o Instituto conta com unidade e Comitê de *Compliance*. O Programa, segue também as orientações do Programa de Integridade e *Compliance* do Governo do Estado do Paraná (Lei Estadual nº 19.857/2019 e Decreto Estadual nº 2902/20190), que estabelece um conjunto de medidas conexas visando à prevenção de possíveis desvios na entrega dos resultados esperados pelos destinatários dos serviços públicos.

A Diretoria Executiva, no uso de suas atribuições legais e considerando, a transparência de suas ações, o aprimoramento do combate à corrupção, a garantia de uma gestão eficiente e confiável nas parcerias dos negócios que venha a fazer, estabelece que reuniões ou entrevistas com parceiros dos negócios serão realizadas com a presença de pelo menos 2 (dois) colaboradores, sendo pelo menos 1 (um) deles, agente de *Compliance*, 1 (um) diretor executivo ou outra pessoa designada pelo diretor.

Nas negociações que envolvam informações relevantes, confidenciais ou estratégicas da instituição, um Acordo de Confidencialidade de Informações - NDA (*Non Disclosure Agreement*) deverá ser previamente formalizado, entre as partes envolvidas nas negociações, para preservação dos interesses mútuos e individuais.

No ano de 2022 foram realizados 48 pareceres do *Compliance*, os pareceres foram sobre Acordos de Confidencialidade e de Cooperação, *Non Disclosure Agreement*

(NDA), Memorandos de Entendimento, Protocolo de Intenções, Contratos, *Due Diligence*, que foram assinados com empresas nacionais e internacionais, instituições públicas e privadas.

Após análise dos Acordos de Cooperação Técnica, a unidade de *Compliance* sugeriu inserção da Cláusula "DAS OBRIGAÇÕES ÉTICAS E COMERCIAIS E DA OBSERVÂNCIA DA LEI ANTICORRUPÇÃO" em todos os Contratos, Convênios, Memorandos de Entendimento (MOU) e Acordos de Confidencialidade em que o Instituto esteja envolvido. Diante da responsabilidade objetiva imposta pela Lei nº 12.846/2013 às pessoas jurídicas, inclusive por atos praticados por terceiros, as empresas vêm se mostrando bastante atentas em fazer constar em seus contratos a obrigação de sujeição da outra parte ao seu código de conduta e demais políticas de integridade.

Assim, no âmbito das contratações privadas, é cada vez mais comum a existência de "cláusula anticorrupção", por meio da qual ambas as contratantes declaram conhecer as normas de prevenção e repressão à corrupção vigentes e se comprometem a cumpri-las integralmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como a exigir o seu cumprimento por terceiros eventualmente contratados.

A inclusão de cláusulas de *Compliance* nos contratos visam mitigar os riscos, como as que se referem ao comprometimento com a integridade nas relações público-privadas, a previsão de rescisão contratual nos casos em que a contratada praticar atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira e o pagamento de indenização nas situações de responsabilização da empresa contratante em virtude de ato do contratado.

Considerando que a cláusula contratual anticorrupção não deve ser um empecilho aos Acordos de Cooperação Técnica, mas sim, um mecanismo a estimular a ética negocial, a previsão pode ser ampla, prevendo o respeito à legislação anticorrupção como a Lei nº 12.846/2013.

Combate à corrupção

[GRI 205-1] [GRI 205-2] [GRI 205-3]

No segundo semestre, foram iniciados por videoconferência, os treinamentos em políticas e procedimentos de combate à corrupção. Diretores, conselheiros, membros estatutários e equipe das áreas dedicadas às práticas de controle, realizaram o treinamento para Capacitação de Administradores de Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

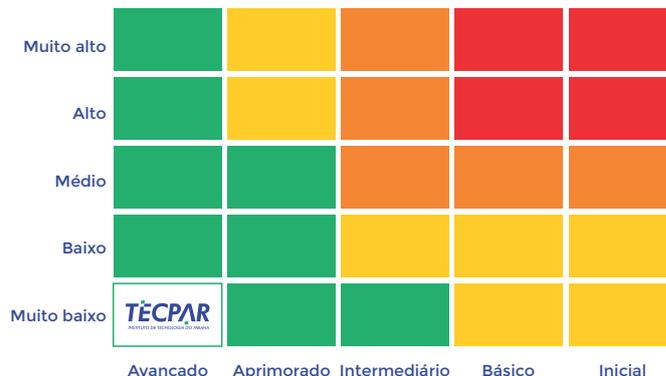
No período, nenhum caso de corrupção foi identificado na instituição, tão pouco, processo judicial público relacionado com corrupção contra a instituição ou empregados.

É compromisso da instituição, prevenir e combater a corrupção em todas as suas formas. Para alcançar esse compromisso foram estabelecidas práticas que estão estruturadas em quatro mecanismos de combate à fraude e a corrupção: prevenção, detecção, investigação e correção. Os mecanismos de controles preventivos incluem políticas, processos, capacitação e comunicação que atuam para não permitir que atos de corrupção aconteçam.

Em 2022, a instituição participou da iniciativa promovida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), das Redes de Controle nos estados. Trata-se de uma plataforma que é parte do "Programa Nacional de Prevenção à Corrupção", chamado "e-Prevenção". A plataforma, tem por objetivo auxiliar o gestor a ter maior segurança na tomada de decisão, realização de pagamentos e assinatura de atos e contratos no que se refere a ocorrência de fraude ou corrupção derivadas de fragilidades estruturais da organização.

O relatório apresentou o desempenho da instituição quanto à aderência às boas práticas de prevenção à fraude e à corrupção em função do seu poder de compra e/ou regulação, demonstrando que a organização se encontra num nível aceitável de suscetibilidade à fraude e à corrupção. Tem adotado as boas práticas referendadas pelo TCU.

O mecanismo da prevenção é composto por três classes: gestão da ética, controles preventivos, transparência e responsabilização. O ambiente ético, reduz a disposição para desvio de conduta e formação de conluio, aumentando a propensão a denúncias. Os controles, reduzem o risco de que vulnerabilidades sejam exploradas por fraudadores e corruptos. Por meio da transparência e da responsabilização, aumenta-se a capacidade de observação dos atos e fatos na gestão pública pelas partes interessadas nos resultados obtidos. Tais mecanismos estão baseados nas boas práticas de governança, na Política de *Compliance* e no ordenamento jurídico nacional, conforme a Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção) e Lei nº 13.303/16 (Lei das Estatais).



O diagnóstico do E-Prevenção apresenta o desempenho da instituição quanto à aderência às boas práticas de prevenção à fraude e à corrupção.

O gráfico apresenta o nível de suscetibilidade à corrupção ao qual se encontra o Instituto, demonstrando o grau de aderência às boas práticas, em função do seu poder de compra ou de regulação, conforme a metodologia adotada.

Governança

[GRI 102-18] [GRI 102-19] [GRI 102-20] [GRI 102-21] [GRI 102-22]
 [GRI 102-23] [GRI 102-24] [GRI 102-25] [GRI 102-26] [GRI 102-27] [GRI 102-28]
 [GRI 102-29] [GRI 102-30] [GRI 102-31] [GRI 102-32] [GRI 102-33]

A Governança Corporativa é estruturada de acordo com a Lei Federal nº 13.303/16, aprovada pelo Conselho de Administração. É composta pelos órgãos estatutários, com diferentes níveis de responsabilidade, quais são: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (CAD), Conselho Fiscal (CF) e Diretoria Executiva (DIREX).

	MODELO ORGANIZACIONAL	
ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	ASSEMBLEIA GERAL	
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
	DIRETORIA EXECUTIVA	

A **Assembleia Geral** - atua como órgão máximo, com poderes para deliberar sobre todos os negócios descritos no Estatuto. A Assembleia Geral Ordinária ocorre uma vez ao ano e as Assembleias Gerais Extraordinárias, ocorrem quando necessário, com a participação obrigatória do CCEE, representando o acionista Estado, e do Diretor-Presidente. Como dispõe o inciso V, art. 7º, do Decreto Estadual Nº 6.262/2017 é delegada ao Presidente do Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE), ou ao Secretário Executivo do CCEE, a representação do Estado do Paraná nas Assembleias Gerais.

O **Conselho de Administração** - órgão deliberativo, é responsável pela condução estratégica do negócio. Com sete membros eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com prazo de mandato unificado de dois anos a contar da data da eleição, permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas, sendo um deles membro eleito como representante dos empregados. O Diretor Presidente participa das reuniões do Conselho de Administração como Conselheiro, atendendo ao estabelecido no Estatuto Social do Tecpar. O Conselho de Administração tem suas reuniões ordinárias realizadas mensalmente, ou quando necessário, em caráter extraordinário. São funções do CAD: definir a orientação geral do negócio, analisar os riscos, fiscalizar a atuação da Diretoria Executiva, selecionar auditores independentes, dentre outras. As competências e atribuições do Conselho de Administração estão descritas no Estatuto Social. O CAD é o órgão máximo da governança.

O **Conselho Fiscal** - é constituído de três membros titulares e três suplentes, eleitos por Assembleia Geral, com mandato unificado de dois anos a contar da data de sua eleição, com no máximo, duas reconduções consecutivas. O Conselho se reúne mensalmente e tem a atribuição de fiscalizar os atos dos administradores, assegurando que a gestão dos negócios atenda aos objetivos definidos no Estatuto Social, bem como à legislação vigente.

A **Diretoria Executiva** - é composta por cinco membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, todos com prazo de mandato unificado de dois anos, permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. A Direx é composta: Diretor-Presidente, Diretoria de Administração e Finanças, Diretoria de Novos Negócios e Relações Institucionais, Diretoria de Tecnologia e Inovação e Diretoria Industrial da Saúde. A Diretoria Executiva é responsável pela execução das estratégias de negócio, a implantação das diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração e dar seguimento às decisões administrativas que envolvam a utilização de recursos humanos, materiais e financeiros, além de outras responsabilidades como coordenar e supervisionar os trabalhos das diferentes unidades, o andamento de programas e projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação. As competências e atribuições da Diretoria Executiva estão descritas no Estatuto Social, Regimento Interno do Tecpar e Regimento Interno da Diretoria Executiva.

Em maio, o Diretor de Administração e Finanças, Daniel Romanowski, solicitou exoneração do cargo. O Conselho de Administração, em sua 112ª Reunião Ordinária, designou o Diretor Iram de Rezende, para acumular as funções, interinamente, dessa Diretoria.

A Diretoria Executiva responde pelos temas econômicos, sociais e ambientais em conjunto com o Conselho de Administração, sob supervisão do Conselho Fiscal, conforme estabelecido nos regimentos internos.

A Diretoria estabeleceu, através de Deliberações, a criação de Grupos de Trabalho ou Comitês, que tem a responsabilidade de tratar os mais diversos tópicos, dentre eles os temas econômicos, ambientais e sociais, como os citados a seguir.

- Grupo de Trabalho com objetivo de promoção e valorização da diversidade e equidade no ambiente organizacional - Deliberação nº 35/2021;
- Grupo de Trabalho para promoção da reciclagem e preservação do meio ambiente - Deliberação nº 37 e 77/2021;

Governança

[GRI 102-18] [GRI 102-19] [GRI 102-20] [GRI 102-21] [GRI 102-22]
[GRI 102-23] [GRI 102-24] [GRI 102-25] [GRI 102-26] [GRI 102-27] [GRI 102-28]
[GRI 102-29] [GRI 102-30] [GRI 102-31] [GRI 102-32] [GRI 102-33]

- Grupo de Trabalho para elaborar o Relatório de Gestão e Sustentabilidade -Deliberação nº 82/2022;
- Grupo de Trabalho para avaliar práticas adotadas em consonância com o ESG - Deliberação nº 82/2021;
- Comissão Interna para ações do Programa de Voluntariado Empresarial - Deliberação nº 53/2021;
- Comitê de Ética e Integridade - Deliberação nº 97/2021;
- Comitê de Gerenciamento de Riscos - Deliberação nº 91/2022, dentre outros.

Os membros dos Grupos de Trabalho, ou Comitês, analisam os temas e emitem relatórios para a Diretoria para a tomada de ações.

A Diretoria Executiva por meio de Deliberações, compartilha a responsabilidade pela análise dos temas para que, os Grupos de Trabalho ou Comitês, tratem o assunto,

emitam e apresentem relatórios. Após a apresentação dos resultados, a Direx toma decisão sobre tais tópicos.

A Assessoria de Planejamento Estratégico realizou, em 2021, consulta sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais aos stakeholders. Foi elaborado um relatório com os resultados obtidos e as informações foram apresentadas à Direx e ao CAD. Essas informações também balizaram a reavaliação das ações estratégicas de longo prazo. Não há processo estruturado para avaliação dos stakeholders.

O mais alto nível de governança está formado por órgãos estatutários cujos níveis de responsabilidade e atribuições estão estabelecidos no Estatuto Social, a seguir observamos a composição com indicação dos nomes, cargos e mandatos.

Tabela 10 . Composição Conselho de Administração

Conselho de Administração - CAD / Mandato 08/08/2022 a 07/08/2024			
Nome e Cargo	Formação / Profissão	Mandato	Ato de nomeação
Haly Abou Chami Presidente do Conselho de Administração (nomeado na 17ª AGE, 06/10/21)	Bacharelado em Direito, Universidade Tuiuti do Paraná (2004) Profissão: Empresário	1º mandato: 25/04/19 a 07/08/20 1ª recondução: 08/08/20 a 07/08/22 2ª recondução: 08/08/22 a 07/08/24	2ª AGO de 25/04/19 12ª AGE de 28/08/20 (recondução) 20ª AGE de 10/08/22 (recondução)
Emerson Luis Batista	Química Ambiental na PUC-PR (2008) Profissão: Técnico em Desenvolvimento Tecnológico do Tecpar	1º mandato: 08/08/18 até 07/08/20 1ª recondução: 08/08/2020 a 25/07/22. Renunciou em 25/07/22.	3ª AGE de 18/10/18 12ª AGE de 28/08/20 (recondução)
Fábio da Silva Barbosa – Representante dos empregados	Bacharel em Engenharia Ambiental e Sanitária formado pelo Centro Universitário Franciscano do Paraná - FAE (2013) Profissão: técnico de desenvolvimento tecnológico no Instituto de Tecnologia do Paraná	1º mandato: 08/08/22 a 07/08/2024	20ª AGE de 10/08/22 (eleição)
Juliana Pasiecznik Casini	Letras. FAFIJAN (2004)/ Administração com ênfase em Comércio Exterior. FECEA (2005)/ Pedagogia. UniCesumar, UNI, Brasil (2017) Profissão: Diretora	1º mandato: 25/04/19 a 07/08/20 1ª recondução: 08/08/20 a 07/08/22 2ª recondução: 08/08/22 a 07/08/24	2ª AGO de 25/04/19 12ª AGE de 28/08/20 (recondução) 20ª AGE de 10/08/22 (recondução)

Governança

[GRI 102-18] [GRI 102-19] [GRI 102-20] [GRI 102-21] [GRI 102-22]
 [GRI 102-23] [GRI 102-24] [GRI 102-25] [GRI 102-26] [GRI 102-27] [GRI 102-28]
 [GRI 102-29] [GRI 102-30] [GRI 102-31] [GRI 102-32] [GRI 102-33]

Conselho de Administração - CAD / Mandato 08/08/2022 a 07/08/2024

Nome e Cargo	Formação / Profissão	Mandato	Ato de nomeação
Jorge Vicente Silva	Direito - Faculdade de Direito de Curitiba (1987) Profissão: Advogado	1º mandato: 25/04/19 a 07/08/20 1ª recondução: 08/08/20 a 07/08/22 2ª recondução: 08/08/22 a 07/08/24	2ª AGO de 25/04/19 12ª AGE de 28/08/20 (recondução) 20ª AGE de 10/08/22 (recondução)
Jorge Augusto Callado Afonso	Biologia - Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1988) Profissão: Administrador	1º mandato: 29/10/19 a 07/08/20 1ª recondução: 08/08/20 a 07/08/22 2ª recondução: 08/08/22 a 07/08/24	7ª AGE de 29/10/20 12ª AGE de 28/08/20 (recondução) 20ª AGE de 10/08/22 (recondução)
Rose Aparecida Antonio Traiano	Direito - Universidade Tuiuti do Paraná (2003) Profissão: Advogada	1º Mandato: 13/10/21 a 07/08/22 2ª recondução: 08/08/22 a 07/08/24	17ª AGE de 06/10/21 20ª AGE de 10/08/22 (recondução)
Eduardo Christiano Lobo Aichinger	Engenharia Química - Universidade Federal do Paraná (1978) / Administração de Empresas, FAE Business School (1981) Profissão: Administrador	1º Mandato: 22/11/21 a 07/08/22 1ª recondução: 08/08/22 a 07/08/24	18ª AGE de 19/11/21 20ª AGE de 10/08/22 (recondução)

Governança

[GRI 102-18] [GRI 102-19] [GRI 102-20] [GRI 102-21] [GRI 102-22]
 [GRI 102-23] [GRI 102-24] [GRI 102-25] [GRI 102-26] [GRI 102-27] [GRI 102-28]
 [GRI 102-29] [GRI 102-30] [GRI 102-31] [GRI 102-32] [GRI 102-33]

Tabela 11 . Composição Conselho Fiscal

Conselho Fiscal - CF / Início mandato 08/08/2018			
Mandato 08/08/2022 a 07/08/2024			
Titular	Formação	Mandato	Ato de nomeação
Wagner Mesquita de Oliveira Presidente do Conselho Fiscal (nomeado na 48ª Reunião do Conselho Fiscal)	Direito -. Universidade Federal do Paraná - UFPR (2001) Profissão: Delegado da Polícia Federal	1º mandato: 04/07/22 a 07/08/22 1ª recondução: 08/08/22 a 07/08/24	19ª AGE de 04/07/22 20ª AGE de 10/08/22 (recondução)
Rafael Moura de Oliveira	Direito - Universidade do Vale de Itajaí - UNIVALI (2001) Profissão: Advogado	1º mandato: 26/11/20 a 07/08/22 1ª recondução: 08/08/22 a 07/08/24	13ª AGE de 26/11/20 20ª AGE de 10/08/22 (recondução)
Antonio Glademyr Silverio	Contabilidade - Universidade Positivo (2008) Profissão: Contador	1º mandato: 22/11/21 até 07/08/22 1ª recondução: 08/08/22 a 07/08/24	18ª AGE de 19/11/21 20ª AGE de 10/08/22 (recondução)
Suplentes (em ordem)	Formação	Mandato	Ato de nomeação
Guilherme de Abreu e Silva	Direito. UNICURITIBA (2011) / Ciências Sociais. Universidade Federal do Paraná, UFPR (2012) Profissão: Advogado	1º mandato: 25/04/19 a 07/08/20 1ª recondução: 08/08/20 a 07/08/22 2ª recondução: 08/08/22 a 07/08/24	5ª AGE de 18/06/19 13ª AGE de 26/11/20 20ª AGE de 10/08/22 (recondução)
Marcia Cristina Rebonato do Valle	Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (1992)/ Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Teoria e Prática, pela Escola de Gestão Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. (2016) Profissão: Agente Fazendária	1º mandato: 25/04/19 até 07/08/20 1ª recondução: 08/08/20 a 07/08/22 2ª recondução: 08/08/22 a 07/08/24	2ª AGO de 25/04/19 13ª AGE de 26/11/20 20ª AGE de 10/08/22 (recondução)

Governança

[GRI 102-18] [GRI 102-19] [GRI 102-20] [GRI 102-21] [GRI 102-22]
 [GRI 102-23] [GRI 102-24] [GRI 102-25] [GRI 102-26] [GRI 102-27] [GRI 102-28]
 [GRI 102-29] [GRI 102-30] [GRI 102-31] [GRI 102-32] [GRI 102-33]

Tabela 12 . Composição Diretoria Executiva

Diretoria Executiva - DIREX			
Mandato unificado: até 10/01/2023			
Nome e Cargo	Formação	Mandato	Ato de nomeação
Jorge Augusto Callado Afonso Diretor-Presidente	Biologia - Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1988) Profissão: Administrador	1º mandato: 18/07/19 a 10/01/21 1ª recondução: 11/01/2021 a 10/01/2023	Resolução CAD nº 027/2019 Resolução nº 007/2021 (recondução) / Ata da 19ª Reunião Extraordinária do CAD 11/03/2021
Lindolfo Luiz Silva Jr Diretor de Novos Negócios e Relações Institucionais	Tecnologia em Gestão Pública, Brazcubas Educação (2017) Profissão: Administrador	1º mandato: 02/09/19 a 10/01/21 1ª recondução: 11/01/2021 a 10/01/2023	Resolução CAD nº 034/2019 Resolução nº 007/2021 (recondução) / Ata da 19ª Reunião Extraordinária do CAD 11/03/2021
Iram de Rezende Diretor industrial da Saúde Diretor de Administração e Finanças (interino)	Relações Públicas pela Pontifícia Católica Campinas (1981) Profissão: Administrador	1º mandato: 02/03/20 a 10/01/21 1ª recondução: 11/01/2021 a 10/01/2023 (interino/ mandato unificado)	Resolução CAD nº 004/2020 Resolução nº 007/2021 (recondução) / 19ª Reunião Extraordinária. do CAD 11/03/2021 Ata da 112ª Reunião Ordinária do CAD de 27/05/22
Carlos Gomes Pessoa Diretor de Tecnologia e Inovação	Ciências - Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR (1988) Profissão: Administrador	1º mandato: 19/08/20 a 10/01/21 1ª recondução: 11/01/2021 a 10/01/2023	Resolução CAD nº 015/2020 Resolução nº 007/2021 (recondução) / Ata da 19ª Reunião Extraordinária do CAD 11/03/2021

O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e colegiada responsável pela orientação superior, conforme descrito no Estatuto Social. As funções do Presidente do Conselho estão estabelecidas no Regimento Interno do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular do Instituto em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. O Estatuto Social, no Art. 35, estabelece as atribuições do Diretor Presidente.

Em função da característica do Tecpar, como empresa pública e controle acionário do Estado, a indicação da posição

de Diretor Presidente, Diretores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, cabe ao CCEE, que é responsável por estabelecer e avaliar os requisitos de indicação tendo como base a Política de Indicação dos Administradores, Decreto Estadual 5725/2016.

A Política de Indicação dos Administradores determina os critérios para indicação dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva. Nesta Política, os Art. 10 e Art. 30, inciso I, estabelecem que haja complementariedade de experiências profissionais e diversidade entre os indicados.

Governança

[GRI 102-18] [GRI 102-19] [GRI 102-20] [GRI 102-21] [GRI 102-22]
[GRI 102-23] [GRI 102-24] [GRI 102-25] [GRI 102-26] [GRI 102-27] [GRI 102-28]
[GRI 102-29] [GRI 102-30] [GRI 102-31] [GRI 102-32] [GRI 102-33]

Atualmente, o Conselho de Administração conta com 7 membros, entre eles, duas mulheres. Um dos membros do Conselho de Administração é o Diretor Presidente e outro é eleito pelos empregados.

O Conselho Fiscal possui 3 membros titulares e 3 membros suplentes, entre eles, uma mulher. A Diretoria Executiva é composta por 4 membros do sexo masculino.

O **Código de Conduta e Integridade**, aprovado pelo Conselho de Administração, é a base para prevenção e gestão de conflitos de interesses que se aplicam a todos os colaboradores, inclusive do mais alto órgão da governança. Acrescenta-se a isso a existência de cláusula de conflito de interesse presente em todos os regimentos internos, os quais são aprovados pelo Conselho de Administração. Possui Comitê de Ética e Integridade, Deliberação nº 97/2021, que tem a atribuição de contribuir para que a atuação do Instituto seja permanentemente conduzida por princípios moralmente íntegros no desenvolvimento de seus negócios e a efetiva aplicação dos preceitos e orientações do Código de Conduta, por parte dos empregados, gestores, colaboradores e contratados, em consonância com os valores e Princípios da Governança Corporativa.

O Tecpar possui **Política de Transações com as Partes Relacionadas**, aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece os procedimentos a serem observados quando da ocorrência de transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses. Além disso, conta com Política de Divulgação de Informações que visa orientar Conselheiros, Diretoria Executiva, Comitês Estatutários e colaboradores no que diz respeito à divulgação de informações geradas e mantidas. A divulgação de informações relacionadas aos Órgãos Estatutários está no Portal da Transparência e no site.

O Conselho de Administração, aprovou, na 119ª Reunião Ordinária, a revisão da Política de Gestão Estratégica, que estabelece as diretrizes adotadas para o alinhamento das práticas de gestão com as estratégias institucionais.

A Assessoria do Planejamento Estratégico é responsável pela coordenação, acompanhamento, avaliação e articulação do processo de planejamento e acompanhamento da Gestão Estratégica, visando sua implementação e aperfeiçoamento. No que tange à definição de propósito, valores e estratégia, de acordo com o Art. 18, do Estatuto Social, o Conselho de Administração, é o órgão de deliberação estratégica e colegiada responsável pela orientação superior. Tem como atribuição acompanhar a execução dos planos, programas, projetos, orçamentos e orientação geral dos negócios, definindo objetivos e prioridades de políticas públicas compatíveis com a área de atuação do Instituto e o seu objeto social, buscando o desenvolvimento sustentável. Os valores, mapa estratégico e política da gestão da qualidade, estão apresentados no capítulo Estratégia, deste relatório.

Como forma de desenvolver e aprimorar o conhecimento, os diretores, conselheiros de administração e fiscal, além dos colaboradores que compõe a governança corporativa, participam, anualmente, desde 2018 de programas de capacitação de formação e Atualização para Administradores e Conselheiros Fiscais. As capacitações, tem o objetivo de transmitir aos participantes uma visão dos tópicos que tratam da Governança Corporativa, abrangendo temas estabelecidos na Lei Federal Nº 13.303/16, no Código de Conduta, na Lei Anticorrupção (Lei 12.846/13) e demais temas relacionados às atividades da empresa pública ou da sociedade de economia mista. Sendo tratado, inclusive sobre o tema voltado para a sustentabilidade e Agenda ESG. Em 2022 o curso foi coordenado pela Assessoria de Planejamento Estratégico e pela Secretaria de Governança Corporativa. A Secretaria de Governança Corporativa emite rotineiramente, informes de Governança, aos Administradores, artigos, webinar, notas informativas sobre assuntos relacionadas à Governança Corporativa a fim de disseminar e promover o tema.

O Conselho de Administração aprovou, na 110ª Reunião Ordinária do CAD, a Política de Avaliação de Desempenho Anual dos Órgãos Estatutários, alinhada ao Estatuto Social e ao Regimento Interno do Conselho de Administração. As avaliações de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, ocorrem anualmente. Cabe ao Conselho de Administração avaliar, anualmente, os resultados de desempenho dos administradores. A Avaliação é realizada pela Secretaria de Governança Corporativa, cuja metodologia foi proposta pelo Comitê de Indicação e Avaliação, antes da sua extinção. A avaliação contempla perguntas objetivas e subjetivas, os dados são tabulados, emitidos relatórios, os quais são apresentados ao Conselho de Administração e aos envolvidos para análise e proposição de melhorias.

A Diretoria Executiva criou, por meio da Deliberação nº 91/2022, o Comitê de Gerenciamento de Riscos, de caráter permanente, para desenvolver trabalho preventivo de Gerenciamento de Riscos visando zelar pela Imagem e Reputação institucional. Cabe ao grupo elaborar o Plano de Gerenciamento de Riscos com mapeamento dos riscos corporativos bem como estratégias de mitigação, ou seja, lista de procedimentos básicos para cada risco e estratégia de comunicação com os diferentes públicos de relacionamento. O Comitê de Gerenciamento de Riscos é constituído por representantes das diretorias. As informações relevantes são reportadas ao Conselho de Administração.

Cabe ao Conselho de Administração zelar para que a diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados, cumprindo leis, regulamentos, normas externas e internas.

Governança

[GRI 102-18] [GRI 102-19] [GRI 102-20] [GRI 102-21] [GRI 102-22]
[GRI 102-23] [GRI 102-24] [GRI 102-25] [GRI 102-26] [GRI 102-27] [GRI 102-28]
[GRI 102-29] [GRI 102-30] [GRI 102-31] [GRI 102-32] [GRI 102-33]

Cabe à diretoria prover os recursos necessários para assegurar a efetividade da Gestão de Riscos e o Diretor-Presidente é o depositário final da responsabilidade pela Gestão de Riscos da empresa e pelo sistema de controles internos.

O Plano Anual de Atividades do Agente de Compliance, tem o objetivo de estruturar o planejamento de trabalho anual, com vistas ao cumprimento das exigências legais, cultura organizacional e as metodologias desenvolvidas pela Controladoria Geral do Estado (CGE), a fim de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão de riscos, auxiliar na gestão do Instituto e disseminar a cultura de ética e integridade.

Para avaliação e monitoramento da efetividade das ações, foram estabelecidos parâmetros, como cronograma de atividades e prazos para elaboração dos relatórios. No Plano constam, ainda, as ações de desenvolvimento institucional e de capacitação profissional, previstas para aperfeiçoamento e modernização de suas atividades.

As atividades foram elaboradas atendendo às normativas vigentes, bem como foram observadas as diretrizes da Controladoria Geral da União (CGU)

A Diretoria Executiva criou, por meio da Deliberação nº 82/2022, o Grupo de Trabalho para elaborar o Relatório de Gestão e Sustentabilidade 2022.

O Relatório de Gestão e Sustentabilidade é elaborado por Grupo de Trabalho multidisciplinar com participação de diversas áreas. Após a consolidação é apresentado à Direx que analisa criticamente, sugere ajustes e aprova, na sequência é submetido à aprovação final do Conselho de Administração. É o Conselho quem subscreve o Relatório.

A Diretoria Executiva adota a prática de criar Grupos de Trabalho e Comissões para analisar as preocupações críticas ou cruciais. Os temas críticos são tratados nas reuniões da Diretoria Executiva e comunicados às partes interessadas. As preocupações críticas, relevantes e estratégicas, são pautadas nas reuniões do Conselho de Administração e Fiscal, onde são debatidas e analisadas.

No âmbito de Diretoria, em 2022, a unidade de Compliance emitiu 48 pareceres, os quais foram sobre Acordos de Confidencialidade e de Cooperação, Non Disclosure

Agreement (NDA), Memorandos de Entendimento, Protocolo de Intenções, Contratos, Due Diligence, que foram assinados com empresas nacionais e internacionais, instituições públicas e privadas. Etapa necessária para a realização de acordos de Transferência de Tecnologia e parcerias. As preocupações cruciais, de relevância e estratégicas, são comunicadas ao Conselho de Administração pela Diretoria Executiva. Sempre que necessário, a Procuradoria Jurídica, participa da reunião do Conselho de Administração para apoiar a discussão para tomada de decisão.

A remuneração dos órgãos estatutários segue as diretrizes estabelecidas pelo CCEE, órgão colegiado de caráter consultivo e normativo, integrante da estrutura da Casa Civil do Estado do Paraná, com atribuição de assessorar o Governador no estabelecimento de diretrizes para a orientação de práticas de governança corporativa e controles internos, e acompanhar as atividades e avaliar o desempenho das empresas públicas, sociedades de economia mista e das fundações públicas estaduais. O CCEE foi instituído pela Lei nº 18.875/2016 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 6.262/2017, que em seu inciso VI do Artigo 5º, esclarece ser de sua competência: "VI - fixar o teto de remuneração dos membros da diretoria, conselhos e comitês estatutários das empresas sob controle direto ou indireto do Estado, fundações instituídas ou mantidas pelo Estado e serviços sociais autônomos, ressalvados os casos previstos em legislação específica." A remuneração dos empregados segue tabela salarial própria, a qual é reajustada conforme Convenções Coletivas de Trabalho. Dessa forma a definição das remunerações dos Administradores e Conselheiros do Instituto, estão amparadas por Nota Técnica e pelo Ofício Circular CCEE. Esses documentos, emitidos anualmente, fixam o teto máximo de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal do período. A 5ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) estabeleceu a remuneração dos membros dos órgãos estatutários para o período de abril/2022 a março/2023, sem alteração de valor do ano anterior.

A composição dos órgãos estatutários, informações cadastrais e suas remunerações estão disponíveis para consulta no site (www.tecpar.br) e no Portal de Transparência. Para mais informações sobre governança corporativa, consultar a Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa, disponível no site, portal da Governança Corporativa.

Desempenho econômico

Valor econômico direto gerado e distribuído

Com a atuação na indústria da saúde, no desenvolvimento tecnológico e inovação e no empreendedorismo tecnológico e inovador, o Instituto promove soluções científicas, tecnológicas e inovadoras, por meio da mobilização de competências que favoreçam a competitividade da economia brasileira, em consonância com as diretrizes do Estado do Paraná.

Por ser uma instituição pública, busca atender os interesses sociais com a produção de vacina e a realização de serviços laboratoriais, objetivando melhorar a condição de vida da população e a competitividade das empresas paranaenses, alinhado ao plano de governo.

A receita do Instituto é proveniente da venda de produtos para a saúde animal, de serviços e soluções tecnológicas e de recurso do Estado do Paraná, a qual é gerada e distribuído em regime de competência.

Tabela 13 . Valor econômico gerado e distribuído

Valor econômico direto gerado	2021	2022
Valor gerado (Receita Bruta)	R\$ 44.644.602,00	R\$ 88.214.306,00
Valor econômico distribuído		
Custos dos produtos e serviços	R\$ 71.191.560,00	R\$ 44.765.280,00
Despesas operacionais (Salários, despesas gerais e administrativas)	R\$ 34.476.261,00	R\$ 31.622.784,00
Tributos	R\$ 1.276.882,00	R\$ 5.672.876,00

As demonstrações de resultados são realizadas e disponibilizadas, de forma consolidada pela Matriz, no Portal

da Transparência. Fazem parte das demonstrações, além da matriz, as unidades Juvevê, Araucária, Maringá e Jacarezinho.

Gráfico 1 . Total da receita bruta anual



Nota Explicativa: A receita bruta apresentou melhora a partir de 2021 em função da retomada da produção da vacina antirrábica veterinária em escala industrial. Em 2022 a melhora ocorreu com a venda de serviços, que apresentou aumento em mais de 23% em relação ao ano anterior e o retorno do Instituto ao orçamento do Estado.
Fonte: Demonstrativo de Resultado de Exercício (DRE)

Desempenho econômico

Gráfico 2 . Comparativo do resultado do exercício



Nota Explicativa: O Instituto obteve o resultado positivo em 2022, no montante de R\$ 6.691.508,74, demonstrando uma melhora significativa quando comparado com anos anteriores. No período houve aumento da receita bruta, redução de custos da operação e despesas operacionais, pagamento de dívidas salariais, resultados que demonstram o esforço da gestão econômico-financeira e a importância do retorno ao orçamento do Estado.

Fonte: Demonstrativo de Resultado de Exercício (DRE)

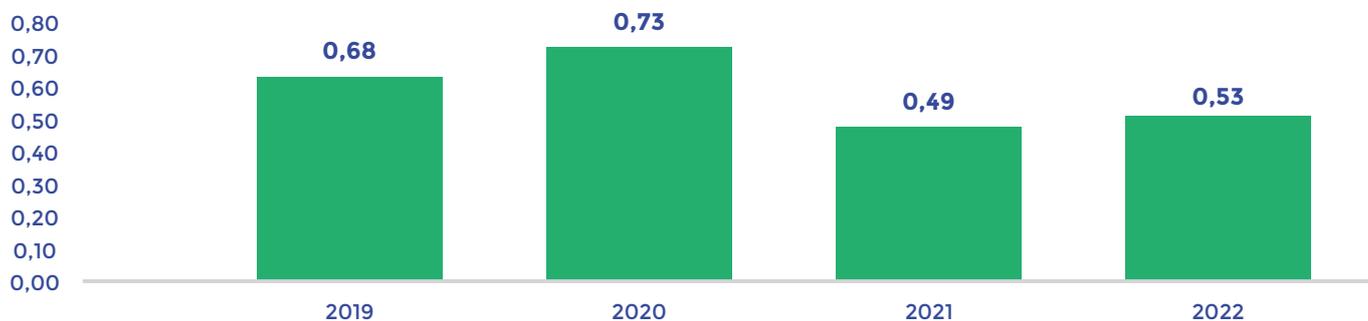
Gráfico 3 . Comparativo índices de liquidez corrente



Nota Explicativa: O resultado apresentado demonstra que em 2022 houve um aumento significativo no índice de liquidez, demonstrando capacidade de saldar, com folga no disponível, os compromissos no curto prazo.

Fonte: Balanço Patrimonial

Gráfico 4 . Comparativo índices de liquidez geral



Nota Explicativa: O resultado apresentado demonstra que em 2022 houve um aumento significativo no índice de liquidez, demonstrando capacidade de saldar, com folga no disponível, os compromissos no curto prazo.

Fonte: Balanço Patrimonial

Desempenho econômico

Gráfico 5 . Comparativo Lucratividade



Nota Explicativa: O resultado de 2022 apresenta lucratividade de 0,08 para cada 1 real aplicado, demonstrando recuperação do equilíbrio econômico-financeiro. Essa melhora decorre do aumento da receita bruta e retorno ao orçamento do Estado. Em 2020 o acentuado resultado se deve a interrupção da produção da vacina antirrábica veterinária e da redução da arrecadação com serviços em função da pandemia da Covid. Fonte: Balanço Patrimonial

Aposentadoria e Plano de Previdência Complementar

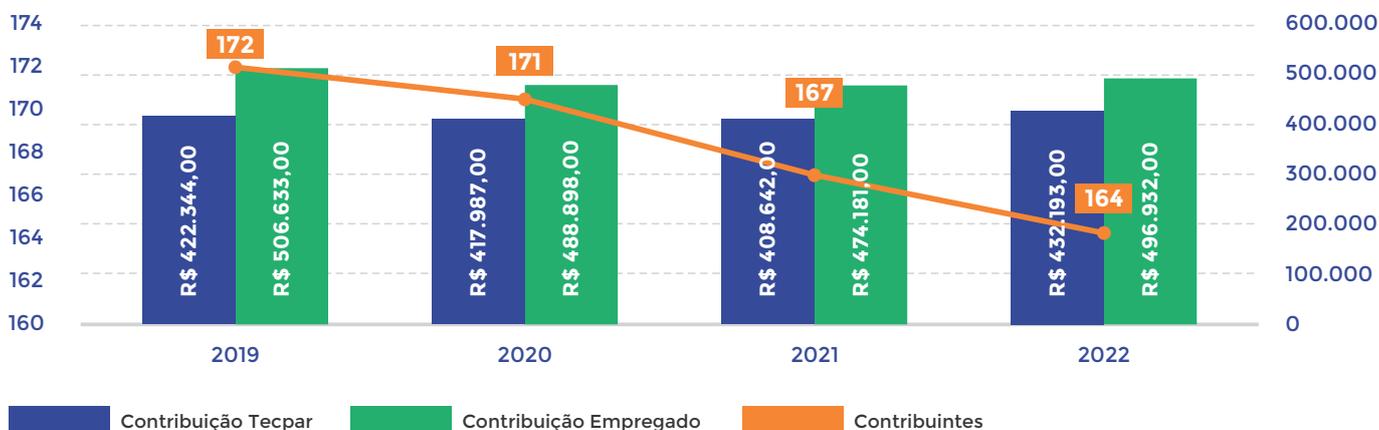
Desde 1999 o Instituto mantém o Plano de Previdência Complementar Fechada - Tecprev, gerido por Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), na modalidade contribuição variável, atendendo a legislação Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

O Plano é de adesão voluntária, custeado pelo Instituto e pelo Participante em igual valor, cabendo aos

empregados participantes ativos as contribuições Normal e de Risco, em caráter mensal, regular e obrigatório. Existindo também a opção de contribuição adicional individual.

As contribuições são alocadas nas Carteiras de perfil moderado, investidas em renda fixa e variável. O Plano é analisado, acompanhado e fiscalizado por atuário independente, de cunho obrigatório, que analisa o impacto financeiro, do risco e da incerteza.

Gráfico 6 . Quantitativo de contribuintes e valores de contribuição no Tecprev



Nota Explicativa: O plano conta com 93 beneficiários recebendo a complementação mensal do Plano de previdencia Tecprev.

Desempenho econômico

Apoio financeiro recebido do governo

Em 15 de dezembro de 2021, foi sancionada a Lei Estadual 20.873/2021, Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022, que prevê o retorno do Tecpar ao Orçamento Fiscal do Estado do Paraná. Pelo projeto de lei apresentado, permite ao Tecpar "pesquisar, desenvolver e inovar na produção de vacinas e de kits de diagnósticos para área da saúde humana e veterinária e soluções tecnológicas objetivando aumentar a qualidade e a competitividade das organizações públicas e privadas, além de executar e apoiar programas e projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área da saúde humana e atividades correlatas com o propósito de contribuir

com as ações, frente às demandas e necessidades de saúde da população paranaense".

Em atendimento aos artigos 200 e 205 da Constituição Estadual e em consonância com a Lei Estadual 12.020/98, a instituição recebe apoio financeiro do governo para aplicação em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, conforme valor definido pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT). No ano de 2021, foi recebido somente o saldo do Fundo Paraná de 2020, no valor de R\$ 22.110.285,92, na forma de integralização de capital.

Tabela 14 . Subvenções Governamentais do Estado (Recursos para projetos)

Referente	Valor
CONV 60/22 - PROJ. UGF AV. GENÔMICA	R\$ 388.950,00
PRPROJ. FA-CV-156/2021-MANUTENÇÃO AGI	R\$ 29.332,00
PROJ./CONV./TCTF - SANEPAR - 05/2021 - PSAGUA	R\$ 4.100.471,00
PROJETO UGF 05-21 SEG ALIMENTOS PR	R\$ 1.732.144,00
TOTAL SUBVENÇÕES ESTADUAIS	R\$ 6.250.897,00

Nota Explicativa: Ao final dos contratos/acordos de cooperação, conforme cláusulas estipuladas entre as partes, o Instituto permanece com os ativos e/ou com o capital intangível, como transferência de tecnologia, dentre outros, resultando em receitas e equilíbrio econômico e financeiro, com impactos econômicos significativos.

Em 2022, com o retorno do Tecpar ao Orçamento Fiscal, foram realizados repasses pelo Governo do Estado do Paraná, originários das fontes de recursos 100, 101 e 132, no montante de R\$ 73.994.449,41.

Abordagem tributária

Com a natureza jurídica de empresa pública de direito privado, tributada pelo Lucro Real, a instituição está sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive em relação aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, nos termos do art. 173, § 1º, II, da CF de 1988.

As atividades desenvolvidas na área de produção são abrangidas por benefícios fiscais, conforme pode ser constatado na produção de vacinas para o Ministério de Saúde, impactando positivamente no preço de venda e, por consequência, gerando economia ao Governo Federal. Por ser

produto farmacêutico, há o benefício da incidência monofásica de PIS e COFINS e por ser produto destinado ao Ministério da Saúde, a empresa se beneficia com isenção de ICMS.

A tributação mais significativa está na prestação de serviços laboratoriais e de certificação, que são tributados com alíquota de 1,65% de PIS e 7,6% da COFINS, por ser empresa do Lucro Real, regime não-cumulativo, mais com a possibilidade de utilização dos créditos previstos no art. 3º, inciso II, da Lei 10.833/2003 (*II - bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços...*)

Desempenho econômico

Governança, controle e gestão de risco fiscal

A empresa faz a gestão e o controle do risco fiscal e tributário com base em conferências, apurações e envio de informações mensais para a Receita Federal, Estadual e Município. Tais como o envio de Declarações mensais e anuais, como o SPED Fiscal; EFD-Contribuições; E-Social; ECF; SPED Contábil; DCTF; REINF. Além disso, realiza o controle das certidões Federais, Estaduais, Municipais e regulatórias emitidas ao Órgão.

A instituição atende normas contábeis públicas e privadas, estando em conformidade com leis e regulamentos na área socioeconômica, atestada pelos órgãos de controle e auditoria internos e externos como: *Compliance*, Controle e Auditoria Interna, Auditoria Externa Independente, Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Secretaria de Fazenda, Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho de Controle das Empresas Estaduais – CCEE, entre outros. As contas do Tecpar estão aprovadas.

Engajamento de stakeholders e gestão de suas preocupações quanto a tributos

O Instituto tem o compromisso de se manter engajado com seus *stakeholders*, sejam eles colaboradores, fornecedores, clientes, gestores, parceiros comerciais, entre outros. Em decorrência com as políticas adotadas pelo Instituto, busca-se incentivar o engajamento, por intermédio de boas práticas de governança corporativa e comunicação.

Com relação a gestão de tributos, o Instituto além de possuir profissionais na área fiscal e tributária, realiza a contratação de empresas terceirizadas, com profissionais capacitados para realizar consultoria contábil e tributária e prestar todo o apoio necessário, com base na legislação vigente.

Contribuições políticas

A empresa não faz contribuições políticas.

Meio ambiente

Energia

[GRI 302-1] [GRI 302-2] [GRI 302-3] [GRI 302-4] [GRI 302-5]

O consumo de energia dos campi é dividido basicamente em duas fontes: energia elétrica, de uso comum e nas atividades produtivas, e combustíveis, que alimentam os geradores e abastecem os veículos.

Energia elétrica

A unidade do CIC se destaca como maior consumidora de energia elétrica, com a representação de aproximadamente 90% do total. É a unidade que concentra a maior parte das atividades desenvolvidas pelo Instituto, dentre

elas, a produção de vacinas. Os dados do consumo de energia elétrica de 2021 e 2022 estão demonstrados no quadro a seguir.

Tabela 15 . Consumo energia elétrica

Consumo de energia elétrica comparativo 2021 e 2022							
Campi	Valor (2021)	Valor (2022)	Unidade	Valor (2021)	Valor (2022)	Unidade	Comparativo
CIC	6.512.532	6.264.294	Kwh	2,34x10 ¹³	2,25x10 ¹³	J	-3,81169%
Juvevê	589.018	835.990	Kwh	2,12x10 ¹²	3,00x10 ¹²	J	+41,9294%
Araucária	604.081	578.497	Kwh	2,17x10 ¹²	2,08x10 ¹²	J	-4,23519%
Jacarezinho	24.594,65	-	Kwh	0,88x10 ¹¹	0,0	J	0%
Maringá	-	-	Kwh	-	-	J	-
TOTAL	7.730.225,65	7.678.781,00	Kwh	2,78x10¹³	2,76x10¹³	J	-0,665499%

Nota Explicativa: A tabela apresenta comparativo entre os valores consumidos de energia elétrica em todos os Campi.

Houve diminuição no consumo de energia elétrica nas unidades: CIC (-3,81169%) e Araucária (-4,23519%), e aumento no Juvevê (41,9294%). Explica-se a tabela da seguinte forma:

- Matriz CIC: diminuição de consumo em função da gradativa substituição de equipamentos (principalmente ar-condicionados) com maior eficiência energética que os antigos.
- Juvevê: Aumento de consumo devido a mudança do Laboratório de Controle de Qualidade Biológico para uma área maior e mais estruturada e como consequência a instalação de equipamentos que aumentam o consumo de energia elétrica, principalmente os sistemas de exaustão, ventilação e introdução de sistemas de ar-condicionado numa quantidade maior de áreas.
- Araucária: diminuição do consumo de energia em função da desativação da área que era ocupada por empresa incubada.
- Jacarezinho: não houve consumo por parte da empresa devido ao acordo de cessão temporária da área para a utilização das dependências por parte da Universidade do Norte Pioneiro.
- Maringá: em relação ao terreno para construção do Parque Biotecnológico da Saúde do Tecpar, não houve consumo, pois o terreno atual ainda não conta com instalação elétrica, por não possuir edificação.

Meio ambiente

Combustíveis

Os combustíveis utilizados pelo Instituto no desempenho de suas atividades, são:

- Diesel – alimentação de geradores;
- gasolina, etanol e diesel – abastecimento de veículos.

No período de 2022, o consumo de diesel para alimentação de geradores foi de aproximadamente 4.954,45 litros, com aumento de 450,49% em relação ao ano anterior (2021). Em 2022 houve maior necessidade de utilização dos geradores devido a um maior período de ocorrências de queda de energia e afundamentos. Em outubro de 2022 ocorreu um

evento extraordinário que foi a instalação de novo gerador no campus CIC para atendimento aos laboratórios do Bloco B. Devido à alta demanda dos laboratórios, não houve permissão de parada total do bloco para que a instalação fosse realizada sendo necessária a utilização de um back-up de gerador por 48 horas ininterruptas. Isto ocasionou o consumo de mais de 2500 litros de combustível apenas neste evento.

Segue tabela comparativa do consumo de óleo diesel por grupos de geradores nos Campi:

Tabela 16 . Consumo de combustíveis dos geradores

Consumo de Combustíveis dos Geradores			
Período	Quantidade	Quantidade	Valor (R\$)
2021	900	Litros	4.491,00
2022	4.954,45	Litros	31.020,53
Aumento	450,49%		

Tabela 17 . Consumo por grupo de geradores

Grupo geradores da instituição					
Equipamento	Potência(kWA)	Unidade	Bloco	Local	Autonomia
Gerador 1	450	CIC	C	Centro de Desenvolvimento e Produção de Imunobiológicos	45 litros/hora
Gerador 2	300		A	Bloco A	20 litros/hora
Gerador 3	200		A1	Centro de Tecnologia de Informação	15 litros/hora
Gerador 4	112,5	Juvevê	7	Divisão de Controle da Qualidade	15 litros/hora
Gerador 5	500	CIC	B	Bloco B	40 litros/hora

Nota Explicativa: O Quadro apresenta os grupos de geradores com informações sobre Campi, blocos, potência, autonomia e local de cada equipamento.

Quanto aos combustíveis utilizados no abastecimento de veículos, houve um aumento de 56% no consumo, de 14 mil litros em 2021 para 25 mil em 2022. Este aumento se deve muito ao retorno mais efetivo das atividades presenciais em

relação a 2021 e com isso um aumento maior na frequência viagens, visitas técnicas e reuniões presenciais.

A seguir se encontra Tabela comparativa de consumo de combustíveis fósseis.

Tabela 18 . Consumo de combustível veicular

Consumo de combustível – abastecimento de veículos				
Combustível	2021		2022	
	Consumo (L)	Consumo (J)	Consumo (L)	Consumo (J)
Gasolina	11.070,94	58.777.972.036	17.106,78	90.823.528.667
Etanol	521,29	1.421.755.713	368,35	1.004.630.276
Diesel	2.792,82	8.604.693.636	7.916,01	24.389.269.938
TOTAL	14.385,05	68.804.421.385	25.391,14	116.217.428.881

Nota Explicativa: Este aumento deve-se ao retorno efetivo das atividades presenciais em relação a 2021, aumentando a frequência de viagens, visitas técnicas e reuniões presenciais.

Meio ambiente

Por meio da utilização de índices para transformação de unidades, nos últimos anos o consumo energético foi compilado na unidade de *Joules*, por ser a unidade tradicionalmente utilizada para medir energia mecânica (trabalho), assim como, para medir energia térmica (calor). No Sistema Internacional de Unidades (SI), todo trabalho ou energia são medidos em *joules*.

Desta forma, é possível obter o consumo total de energia, somando energia elétrica e combustíveis na mesma unidade. Esse valor, dividido pelo número de colaboradores, define a intensidade energética da instituição. Comparativamente ao ano anterior, houve pequena variação com diminuição **da intensidade de eficiência energética** em *joules* /colaborador.

Tabela 19 . Eficiência energética

Período	Consumo total (J)	Número de colaboradores	Intensidade energética (J/colaborador)
2021	27.806.880.442.138	418	66.523.637.421
2022	27.716.217.428.881	1052	26.346.214.286

Nota Explicativa: Houve diminuição da intensidade de eficiência energética em razão da parada parcial de produção de kits de covid-19 por parte do IBMP, instituição instalada no Parque Tecnológico da Saúde. A produção atuava em 2021 em regime ininterrupto. Em 2022, atuou apenas em horário comercial.

Água

[GRI 303-1] [GRI 303-2] [GRI 303-3] [GRI 303-4] [GRI 303-5]

Todas as unidades são abastecidas com água potável proveniente do sistema público. Em 2022 foram consumidos aproximadamente 24 milhões de litros de água nas atividades

de produção e no consumo humano. No ano de 2021, o consumo total da organização foi de 24 milhões litros de água mantendo o consumo anterior.

Tabela 20 . Consumo de água

Consumo de Água			
Unidade	2021	2022	Variação
Juvevê	2.009	1.723	-14,23%
CIC	18.805	21.170	+12,58%
Araucária	3.170	2.031	-35,93%
Maringá	0	0	0%
Jacarezinho	663	0	0%
TOTAL	24.647	24.924	1,123%

Nota Explicativa: Consumo de água de todos os Campi da instituição.

Na comparação entre os períodos, houve aumento de aproximadamente 1,12% no consumo total de água, que equivale a 227 m³ até o mês de dezembro.

Quando observados individualmente, houve decréscimos em todas as unidades, exceto no CIC que teve aumento de 12,58%. Isto em razão de retornos de aumentos de processos produtivos principalmente a vacina CDI.

Em Araucária houve diminuição do consumo (-35,93%) muito em função do já explicado anteriormente (na área referente a energia elétrica) que foi a desativação da área que era ocupada por empresa incubada. No Juvevê também

houve diminuição (-14,23%), especialmente em função da desativação do reservatório de água de um dos laboratórios, centralizando a distribuição em uma central única elevada.

Na unidade Jacarezinho não houve consumo em 2022, devido ao acordo de cessão da área para utilização pela UENP.

Em relação ao terreno para construção do Parque Biotecnológico da Saúde do Tecpar na cidade de Maringá, não houve consumo, pois o terreno atual ainda não conta com rede de água potável, por não possuir edificação.

Meio ambiente

Efluentes

[GRI 306-1] [GRI 306-2] [GRI 306-3] [GRI 306-4] [GRI 306-5]

A instituição entende que o processo de melhoria contínua também se aplica à mitigação dos efeitos negativos decorrentes de suas áreas de atuação. Dentre os impactos gerados pelas suas atividades, destaca-se a geração de efluentes, sejam esses planejados ou não. Alinhando-se com pautas discutidas por diversos setores, como academia, empresas privadas, agências reguladoras, de forma a minorar o impacto causado pelas atividades.

Nas atividades cujos efluentes gerados tenham potencial de contaminação, as soluções residuais dos

processos de lavagem são neutralizadas até pH7 e seus resíduos gerados são armazenados em bombonas e transportados para destinação correspondente pela empresa terceirizada de transporte e destinação de resíduos, contratada pelo Tecpar, atendendo aos requisitos estabelecidos em procedimentos específicos, monitorados pelo SGI:

- PRO 305.00.007 – Gerenciamento de Resíduos.
- IT 500.01.002 – Lavagem de Vidraria.
- IT 500.01.014 – Gerenciamento de Resíduos.

Tabela 21 . Descarte de efluentes

Descarte de efluentes e águas residuárias		
Subdivisão do líquido descartado	Volume estimado	Destinação
Água do Processo	Estimado em 15 m3/dia	Rede coletora de esgoto - Sanepar
Outros efluentes (não tem potencial de contaminação - PRO 305.00.007)	Estimado em 8 m3/dia	

Vale destacar que as informações retratadas no quadro acima não fazem menção aos vazamentos. Em observância às legislações em vigor, aos riscos financeiros e custos associados à operação, são constituídas medidas de avaliação, prevenção e mitigação no entorno das áreas ocupadas pelo Instituto. Tais práticas traduzem em êxito relacionado à inexistência de casos de vazamentos significativos para o período compreendido.

Foram implantados controles de rateio por áreas, com mecanismos de controle de geração de resíduos sólidos por unidade produtiva. O processo foi automatizado por meio do sistema SINIR, que mapeia a origem e o destino de resíduos garantindo uma maior rastreabilidade.

Resíduos sólidos

[GRI 306-2] [GRI 306-4]

Com a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em 2010, os mecanismos regulatórios e as instruções para segregação, manejo e destinação final de resíduos foram intensificados. Instituições que possuem políticas voltadas às questões ambientais e com firme compromisso com a sustentabilidade, possuem normas internas, instruções de trabalho e protocolos bem definidos na tratativa da gestão de seu resíduo, além disso, cobram de seus parceiros de negócios, comprometimento com igual importância.

Os resíduos sólidos podem ser classificados de acordo com sua origem ou periculosidade. Com relação à origem, as atividades desempenhadas pela instituição geram as seguintes tipologias:

- Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) – gerados nas atividades administrativas, de limpeza e manutenção;
- Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) – gerados nos laboratórios e atividades relacionadas aos serviços de saúde;
- Resíduos da Construção Civil (RCC) – gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil.

Quanto a classificação, os resíduos ainda podem ser definidos como perigosos ou não perigosos, de acordo com suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade.

Ainda são observadas as premissas para segregação por classes, cada uma é tratada de acordo com as particularidades pertinentes, dados pelas normativas internas:

- PRO 305.00.007: Gerenciamento de Resíduos
- IT 500.01.014: Gerenciamento de Resíduos Biológicos, Químicos e Materiais Remanescentes de Ensaio

A aplicação de tais normativas permite o acompanhamento da quantidade de resíduos gerados nas diversas unidades, detalhadas no quadro a seguir (comparativo entre 2021 e 2022):

Tabela 22 . Resíduos sólidos / triagem

Triagem e destinação de resíduos sólidos				
Resíduos sólidos urbanos - RSU				
Classificação	Tipo de resíduo	2021	2022	Destinação
Classe I: Perigosos	Vidrarias e Sólidos contaminados	21.840 kg	15.000 kg	Estabilização / Aterro Classe I
	Lâmpadas			Descontaminação
	Pilhas e baterias			Encapsulamento
Classe II-A: Não inertes	Orgânicos e Rejeitos sanitários ¹	497 m ³	703,72m ³	Aterro Classe II
Classe II-B: Inertes ¹	Recicláveis ²	68.601 kg	1.679,17kg	Descaracterização
	Sólidos sem contaminação ²			Reciclagem
	Eletrônicos ²			Aterro Classe II
Resíduos de Serviços de Saúde – RSS				
Grupo A: Infecciosos	Culturas laboratoriais ³	27.475,9 kg	23.715,39kg	Incineração
	Carcaças ³			Estabilização
	Forrações contaminadas ³			
Grupo B: Químicos	Filtros HEPA			
Grupo E: Perfurocortantes	Químicos diversos e vencidos			

Nota Explicativa: Quantitativo geral dos campi do Instituto.

Meio ambiente

Conforme demonstrado no quadro anterior, destaca-se:

- Houve aumento no quantitativo em resíduos de Classe II-A (Não Inertes) devido ao fato de que novas instalações e laboratórios entraram em funcionamento em 2022.
- Diminuição de Resíduos da Construção Civil (RCC) (Sólidos sem contaminação – Classe II-B Inertes) que são resíduos gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil. No ano de 2022 houve a reforma de laboratórios do Bloco B, na CIC e reformas nos laboratórios da Divisão de Controle de Qualidade, no Juvevê.
- Decréscimo dos resíduos recicláveis e eletrônicos (Classe II-B Inertes) muito em função de políticas de conscientização para redução de resíduos adotadas nas áreas durante o ano de 2022.

- Também houve necessidade de destinação de lotes de vacina rhabdocell que não foram aprovados (vacinas finalizadas envasadas e meio de cultura em bombonas). Porém no geral houve diminuição de descarte de resíduos da classe A (Infecciosos) devido a aperfeiçoamentos, aquisições de novos equipamentos nos processos produtivos e isto vale também para os resíduos Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E).

Obs: Demais resíduos (Perigosos (Classe I)) tiveram diminuição em relação a 2021 também em função de políticas de conscientização para redução de resíduos adotadas nas áreas durante o ano de 2022.

Conformidade ambiental

Reconhecendo a seriedade que as questões ambientais demandam, além de cumprir as exigências legais, a instituição busca melhorias nos processos internos, por acreditar na importância das pesquisas para prover soluções

inteligentes nos aspectos ligados a geração energética individual, materiais construtivos ambientalmente amigáveis, economia de água, entre outros.

Tabela 23 . Investimentos ambientais

Investimentos com questões ambientais		
Tipo	2021	2022
Coleta, Transporte e Destinação final de resíduos	310.585,18	544.020,89
Sanitização (limpezas de caixa d'água, controle de pragas, etc.)	64.144,50	119.352,00
TOTAL	374.729,68	663.372,89

Com relação aos valores de investimentos e gastos relacionados a questões ambientais, apresentam valor maior empregado em relação a 2021. Porém refletem um maior investimento que colaboram no sentido de implementação de ações e propostas para a melhoria contínua no tratamento dos resíduos sólidos praticados pela instituição e seus colaboradores, apoiando e eliminando problemas e gargalos, por meio da promoção de campanhas educativas e explicativas de conscientização, seminários e planos, estabelecendo metas para operacionalizar as ações que corroborem para atender o que determina a legislação. Porém, as metas e propósitos

continuam na busca da excelência na proteção ambiental e no tratamento dos resíduos gerados.

Convém salientar, que a área de engenharia da Instituição segue com o planejamento de gradativamente substituir todos os equipamentos de ar-condicionado instalados por equipamentos com maior eficiência energética e líquidos refrigerante ecológicos. No período coberto pelo relato, existem instaladas em torno de 330 equipamentos de climatização, dos quais 50% já são equipamentos com melhor eficiência energética e ecológicos.

Pessoas

Perfil dos Empregados

[GRI 102-8] [GRI 102-35] [GRI 102-36] [GRI 102-37] [GRI 102-38] [GRI 102-39]
[GRI 102-41] [GRI 401-1] [GRI 401-2] [GRI 401-3] [GRI 402-1] [GRI 404-1] [GRI 405-1]
[GRI 406-1] [GRI 407-1] [GRI 408-1] [GRI 409-1] [GRI 410-1] [GRI 411-1]

O Instituto conta com 329 empregados, com contrato de trabalho regido pela Consolidação da Leis do Trabalho (CLT), por prazo indeterminado.

Os empregados temporários são aprendizes, com contrato de trabalho por prazo determinado, contratados por meio de Convênio com o Colégio da Guarda Mirim do Paraná. Do total de empregados, 318 trabalham em regime de tempo integral e 11 em regime parcial, sendo os aprendizes e os profissionais assistente social, jornalista e telefonista.

Tabela 24 . Informações de empregados discriminados por gênero por unidade

Número total de empregados			
Unidade - Região	Feminino	Masculino	TOTAL
CIC	103	158	261
Juvevê	19	19	38
Araucária	3	19	22
Jacarezinho	4	0	4
Maringá	2	2	4
TOTAL	131	198	329
Número de empregados temporários - aprendizes			
Unidade - Região	Feminino	Masculino	TOTAL
CIC	5	1	6
Juvevê	0	1	1
Araucária	1	0	1
TOTAL	6	2	8
Número total de empregados em tempo integral			
Unidade - Região	Feminino	Masculino	TOTAL
CIC	101	157	258
Juvevê	19	19	38
Araucária	3	19	22
Jacarezinho	4	0	4
Maringá	2	2	4
TOTAL	129	195	326
Número de empregados de período parcial			
Unidade - Região	Feminino	Masculino	TOTAL
CIC	7	2	9
Juvevê	0	1	1
Araucária	1	0	1
TOTAL	8	3	11

Nota Explicativa: Tempo integral jornada diária de 08h, tempo parcial jornada diária de: aprendiz (4h), assistente social (6h), jornalista (5h), telefonista (6h).

Fonte: Divisão de Gestão Estratégica de Pessoas (DGP)

Pessoas

Trabalhadores não empregados

Os profissionais que compõem o quadro de colaboradores não empregados totalizaram 138 terceirizados, sendo: 35 profissionais que atuam em serviços de vigilância e segurança patrimonial, 23 que prestam serviços de manutenção preventiva e corretiva, 48 que realizam serviços de limpeza e higienização, 11 que realizam serviços de jardinagem e paisagismo, 15 colaboradores que prestam serviços no refeitório e 06 motoristas. Esses trabalhadores são contratados por meio de processo licitatório, nos termos da lei 13.303/2016.

As informações dos terceirizados está contemplada no total de colaboradores do Instituto, as quais são compiladas e monitoradas no processo de gestão de contrato, pelas áreas gestoras.

As flutuações que ocorreram nesses contratos no período analisado foram: 68 admissões e 64 demissões.

Tabela 25 . Colaboradores terceirizados por tipo de serviço, gênero e região

Serviço / Região	Gênero		TOTAL
	Feminino	Masculino	
Limpeza e conservação			
CIC	37	4	41
Juvevê	4	0	4
Araucária	3	0	3
TOTAL	44	4	48
Manutenção			
CIC	1	22	23
TOTAL	1	22	23
Vigilância e segurança			
CIC	4	14	18
Juvevê	2	3	5
Araucária	1	5	6
Toledo	1	5	6
TOTAL	8	27	35
Jardinagem e paisagismo			
CIC	0	11	11
TOTAL	0	11	11
Refeitório			
CIC	11	1	12
Juvevê	2	0	2
Araucária	1	0	1
TOTAL	14	1	15
Motoristas			
CIC	0	6	6
Juvevê	0	0	0
Araucária	0	0	0
TOTAL	0	6	6
TOTAL GERAL	67	71	138

Tabela 26 . Estagiários por gênero e região

Estagiários por gênero			
Unidade - Região	Feminino	Masculino	TOTAL
CIC	29	27	56
Juvevê	4	0	4
TOTAL	33	27	60

Fonte: DGP

Treinamento e Desenvolvimento

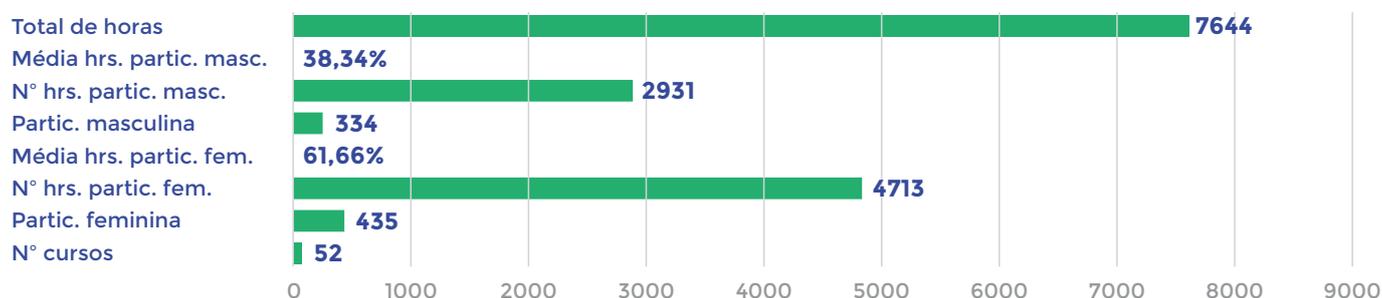
Valorizando a importância da educação continuada e do desenvolvimento de seus colaboradores, a instituição disponibiliza treinamentos internos e externos.

Aos empregados é propiciada capacitação conforme as necessidades da área de atuação, seguindo o Procedimento de Treinamento- 305.00.002, em que está definida a sistemática para solicitação e realização de cursos. Podem solicitar cursos de aperfeiçoamento, novos conhecimentos, graduação e pós-graduação (*strictu e lato sensu*), que podem ser custeados pelo Instituto. Nos casos de graduação e pós-graduação a liberação de horas poderá ser integral ou parcial. Os programas internos de desenvolvimento de competências são ofertados para os colaboradores, abrangendo conteúdos voltados para competências essenciais e específicas. Os treinamentos em EAD tiveram um papel importante no período pandêmico e continua acontecendo em grande escala.

Os Administradores e Conselheiros fiscais participam de capacitação continuada abordando temas relevantes para atuação em suas respectivas funções, atendendo ao estabelecido na Lei Federal Nº 13.303/16. No período o treinamento abordou temas de Economia e Finanças, ESG e Governança, o Papel do Conselho de Administração e Gestão Estratégica de Pessoas. Como ação complementar, para o desenvolvimento das habilidades e conhecimentos de temas sobre a atuação dos órgãos estatutários, a Secretaria de Governança Corporativa emite e-mail "Informes de Governança", com divulgação de notícias e artigos de relevância na área de Governança Corporativa, bem como divulgação de eventos relacionados à sua área de atuação.

No período foram investidas o total de 7644 horas no desenvolvimento pessoal e profissional.

Gráfico 7 . Total de horas de treinamentos por gênero



Nota Explicativa: Da totalização de 7644 horas/treinamento, 5067 horas são treinamentos de Saúde e Segurança, e 2.577 horas em treinamentos de qualificação, formação e funcionais.

Pessoas

Tabela 27 . Escolaridade por gênero

Escolaridade	Feminino	Masculino	TOTAL
Fundamental incompleto	1	4	5
Fundamental completo	3	11	14
Ensino Médio incompleto	5	11	16
Ensino Médio completo	22	65	87
Superior incompleto	30	24	54
Superior completo	50	82	132
Especialização	32	28	60
Mestrado	14	14	28
Doutorado	9	3	12
Pós-doutorado	0	2	2
TOTAL	166	244	410

Nota Explicativa: Na tabela estão incluídos os empregados, estagiários, bolsistas e aprendizes.
Fonte: DGP

Avaliação de desempenho e desenvolvimento de carreira

O regulamento do Plano de Gestão Por Competências e as matrizes dos cargos dos profissionais estão em processo de revisão, com a finalidade de adequar as novas necessidades de competências da organização. Após essa fase, as informações serão disponibilizadas no Sistema ERP para que

sejam realizadas as avaliações de desempenho 180 graus, cujo resultado fundamentará o Plano de Desenvolvimento Individual, visando minimizar os *gaps* de competências, identificados na avaliação, e melhorar o desempenho da performance dos empregados.

Política de remuneração

A remuneração dos órgãos estatutários segue as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estatais (CCEE), órgão colegiado de caráter consultivo e normativo, integrante da estrutura da Casa Civil do Estado do Paraná, instituído pela Lei nº 18.875/2016 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 6.262/2017.

Os executivos (diretores) têm os mesmos benefícios que são concedidos aos empregados, como férias, vale-alimentação, refeição, FGTS, plano de saúde.

O pagamento de rescisão da diretoria, órgão executivo de administração e representação, ocorre quando da exoneração do cargo, formalizado por meio de resolução expedida pelo Conselho de Administração, com a quitação de todas as verbas salariais, conforme CLT. Dos conselheiros, por se tratar de remuneração fixa, o pagamento ocorre proporcionalmente a data em que deixar o cargo, conforme deliberação normativa do CCEE.

Por se tratar de empresa regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os valores de remuneração pagos a conselheiros e aos executivos incidem na base de cálculo da contribuição previdenciária para o INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, contando dessa forma para fins de aposentadoria.

A política de remuneração dos empregados foi desenvolvida conforme categorias profissionais, de acordo com o grau de escolaridade exigido para cada cargo. Na categoria auxiliar concentram os cargos auxiliares I e II, constituídos com atribuições e responsabilidades básicas, em que é exigida a formação de ensino fundamental completo. Na categoria assistente é exigida a formação de ensino médio completo e concentra os cargos de assistente I e II, constituídos por atribuições e responsabilidades que aplicam conhecimentos, procedimentos, ferramentas ou equipamentos específicos. Na categoria técnico, é exigida a formação de ensino médio técnico completo, que concentra cargos de nível

técnico I e II, com atribuições e responsabilidades de natureza técnica com conhecimentos, procedimentos, ferramentas ou equipamentos específicos. Na categoria analista é exigido ensino superior completo, constituída por cargos nos níveis júnior, pleno e sênior, com atribuições e responsabilidades com maior nível de complexidade. Todos os cargos abrangem as atividades fins, de apoio e gestão.

Os valores dos salários estão estruturados em tabela salarial, conforme posição do *step* (nível) salarial em que estão organizadas as categorias profissionais e carreiras. Ao ingressar no quadro efetivo de pessoal, todos os empregados

têm definidos as suas posições salariais e de carreira. Os Espaços Ocupacionais Auxiliar I e II, Assistente I e II, Técnico I e II e Analista Júnior, pleno e sênior, mantendo sobreposição entre eles. Cada nível da tabela salarial corresponde uma faixa com valores inicial e final de salário. O reajuste da tabela salarial ocorre anualmente, conforme percentual aprovado em negociação coletiva de trabalho entre o sindicato patronal e os sindicatos representantes dos empregados, quando da assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho. A cada três anos, o empregado também terá direito a 01 (*step*) salarial pago por antiguidade, à título de triênio.

Proporção da remuneração total anual

A proporção da remuneração total anual do empregado mais bem pago do Instituto representou 1,15% do total da folha de pagamento em 2022, enquanto a proporção da remuneração média dos demais empregados foi de 0,3%.

O empregado mais bem pago recebeu 3,8 % a maior que a média dos demais funcionários e 12,48% a maior que o funcionário com menor remuneração.

Acordos de negociação coletiva

O Instituto garante a todos os empregados do quadro efetivo de pessoal a cobertura integral por acordos de negociação coletiva.

As definições e condições de trabalho dos empregados não cobertos por acordos de negociação coletiva são estabelecidas em edital de licitação, respeitando os acordos de negociação que abrangem as categorias dos trabalhadores contratados.

Novas contratações e rotatividade de empregados

A contratação de empregados ocorre por concurso público, com contrato de trabalho em regime celetista, que após período de experiência de 90 dias, passam a vigor por prazo indeterminado. Nos editais são reservadas vagas para pessoas com deficiência e pessoas negras. No período não houve novas contratações de empregados, apenas 11 desligamentos.

O índice de rotatividade no período foi de 1,67%.

Os empregados aprendizes são contratados por meio do Programa Jovem Aprendiz, que tem o objetivo de proporcionar a inclusão profissional de jovens no mercado de trabalho. No período não houve novas contratações, somente 1 desligamento.

Tabela 28 . Empregados desligados por gênero

Categoria profissional	Feminino	Masculino	TOTAL
Analista	1	2	3
Técnico	1	1	2
Assistente	3	0	3
Auxiliar	3	0	3
Aprendiz	1	0	1
TOTAL	9	3	12

Pessoas

Benefícios

Os benefícios oferecidos aos empregados constituem um aspecto importante no pacote de remuneração, proporcionando bem-estar dentro e fora do ambiente de trabalho, de forma igualitária.

Todos os empregados têm direito, conforme critérios de elegibilidade, a benefícios como Auxílio creche, Auxílio escola especial, Auxílio funeral, Complemento de auxílio-doença ou acidente, Licença maternidade prorrogada, Licença paternidade empresa cidadã, Seguro de vida em grupo, Plano de saúde, Consultório e Plano odontológico, Plano de previdência complementar, Vale alimentação, Refeição local, Transporte fretado, Estacionamento gratuito.

Os empregados temporários - aprendizes - usufruem do Plano de Saúde, Seguro de vida, Consultório e Plano odontológico, Refeição local, Estacionamento gratuito e Transporte fretado.

Os terceirizados usufruem dos benefícios estabelecidos nos contratos, do refeitório local, estacionamento gratuito e do ambulatório médico.



Fonte: Portal do colaborador - Intranet

Licença maternidade/paternidade

O Instituto é signatário do Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei 11.770/2008, garantindo para todos os empregados o direito de prorrogar por sessenta dias a duração da licença-maternidade e por quinze dias, além dos cinco já estabelecidos, a duração da licença-paternidade.

No período ocorreram 2 licenças maternidade e 03 licenças paternidade, com a taxa de retorno de 100%.

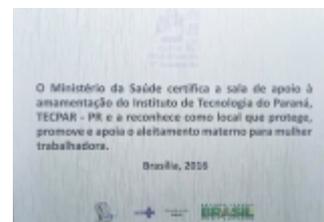
Apoio à amamentação

No retorno da licença maternidade é oportunizado para todas as colaboradoras apoio para continuidade da amamentação. A sala de apoio à amamentação, instalada na unidade CIC, certificada pelo Ministério da Saúde, é um ambiente acolhedor e privado, com poltronas individuais, adequado para a realização da coleta e armazenamento do leite materno durante o horário de trabalho, para que seja oferecido posteriormente à criança com segurança e qualidade. A ação visa o acolhimento da mãe no retorno ao trabalho e principalmente a continuidade da lactação para o desenvolvimento saudável do seu bebê, pelo tempo que for necessário.

O projeto "Mulher Trabalhadora que Amamenta" conferiu ao Instituto o título de empresa amiga da amamentação, através do Programa de Atenção à Gestante e Nutriz.



Sala de apoio a amamentação na unidade CIC



Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais

As mudanças operacionais são precedidas de reuniões com as partes envolvidas, conforme tema, e informadas previamente aos demais colaboradores, sem prazo mínimo estabelecido. Na instituição é protocolo a criação de grupos de trabalho multidisciplinar, designados por deliberação da Diretoria Executiva, em que são estabelecidos temas materiais a serem trabalhados, com prazos de início e término. As deliberações são publicadas na Intranet e enviadas por

e-mail para informar todos os colaboradores. Para comunicação, também são utilizados canais como a Intranet e redes sociais corporativas.

As mudanças que tratam de acordos de negociação coletiva, são tratadas pela Diretoria Executiva e dirigentes sindicais, e comunicadas previamente aos empregados.

Qualidade de vida

Na promoção da saúde física e mental, o Instituto inaugurou em 2017 o Espaço Futuro, área verde, localizada na unidade CIC, que propicia aos colaboradores pista para caminhadas, lago, cachoeira, gazebos e bancos, para que desfrutem de um momento junto a natureza e pratiquem atividades físicas.



Espaço Futuro / Foto: ACO Tecpar

Diversidade em órgãos de governança e empregados

Com o objetivo de promover a valorização da Diversidade e Equidade no ambiente organizacional, em 2021 foi estruturado o Comitê de Diversidade e Equidade, com atribuições de analisar os princípios da diversidade e equidade na gestão empresarial (política, estratégia, processos e atividades), de avaliar, implantar e disseminar os compromissos empresariais por meio de políticas e eventos e de promover a participação da organização em eventos e premiações que promovam a diversidade e equidade.

No Instituto a presença feminina está em ascensão. Hoje contamos com a dedicação de 246 mulheres e 310 homens. Na liderança as mulheres ocupam 40% dos cargos.



Diversidade

Tabela 29 . Categorias de diversidade de gênero mais alto órgão de governança

Órgão	Feminino		Masculino	
	Quantitativo	Percentual (%)	Quantitativo	Percentual (%)
Direx	-	-	4	100
Cad	2	28,5	5	71,5
CF	1	20	4	80
TOTAL	3 (17,6%)		14 (82,4%)	

Pessoas

Tabela 30 . Categorias de Diversidade Etária empregados diretos

Faixa etária	Categoria								TOTALS	
	Auxiliar		Assistente		Técnico		Analista			
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Abaixo de 30 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
De 30 a 50 anos	15	10	14	12	8	20	31	33	68	75
Acima de 50 anos	7	45	11	17	11	20	28	47	57	129
TOTALS	22	55	25	29	19	40	59	80	125(38%)	204(62%)

Nota Explicativa: Nesta demonstração, as categorias de empregados consideradas foram do quadro efetivo de pessoal.
Fonte: DGP

Tabela 31 . Diversidade dos cargos liderança

Funções de liderança		
Hierarquia	Feminino	Masculino
Assessorias e gerências de Divisão/Centro	16	21
Gerências de Setor/Laboratórios	2	5
TOTAL	18 (40%)	26 (60%)

Nota Explicativa: Cargos de gerências e assessorias, conforme organograma
Fonte: DGP

Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens

Respeitamos todos os nossos colaboradores, independente de gênero ou cargo.

Desde 1988, não há distinção entre salários de homens e mulheres, sendo praticado os mesmos critérios salariais.

A representatividade média entre os maiores salário e remuneração recebida por homens e mulheres é de 24%, que se justifica pelo tempo de empresa dos homens, superior ao tempo das mulheres e adequação dos valores iniciais da tabela salarial ao longo do tempo.

Na representatividade entre os que recebem menores valores, o percentual médio é de 1,50%.

Tabela 32 . Representatividade dos maiores salários e remunerações recebidas por gênero

Representatividade homens / mulheres		
Categoria	Salário M>F	Remuneração M>F
Analista	13%	7%
Técnico	11%	37%
Assistente	11%	17%
Auxiliar	41%	53%
Média	19%	28,5%
Média geral	24%	

Nota Explicativa: Apresentação dos maiores salários e remuneração entre homens e mulheres por categoria profissional.
Fonte: DGP

Tabela 33 . Representatividade dos menores salários e remunerações recebidas por gênero

Representatividade homens / mulheres		
Categoria	Salário M>F	Remuneração M>F
Analista	3%	3%
Técnico	0%	0%
Assistente	3%	3%
Auxiliar	0%	0%
Média	1,5%	1,5%
Média geral	1,5%	

Nota Explicativa: Apresentação dos menores salários e remuneração entre homens e mulheres por categoria profissional.
 Fonte: DGP

Discriminação e medidas corretivas tomadas

Em 2022 não foram relatados casos de discriminação na instituição. Se relatados, são encaminhados para apuração e investigação por meio de instrumentos e regulamentos do Comitê de Ética e Integridade previstos no Código de Conduta e

Integridade, Ouvidoria e Compliance, que recebem e dão tratativas bem como medidas corretivas e punitivas aos casos de discriminação.

Direito à liberdade sindical e à negociação coletiva

Respeitar a liberdade de associação sindical e o direito à negociação coletiva dos trabalhadores, é premissa da organização já que todos têm o direito de fundar e se filiar ao sindicato ou organização de sua predileção. Os sindicatos

representantes dos empregados realizam assembleias sobre negociações coletivas nas dependências do Instituto com o aval da Diretoria Executiva, onde todos podem participar.

Posicionamento sobre trabalho infantil, forçado ou análogo ao escravo

No Instituto não há lugar para trabalho infantil, forçado ou análogo à escravidão. As empresas terceirizadas devem cumprir o disposto no inciso XXIII do artigo 7º da Constituição Federal, devendo apresentar Declaração de Habilitação que diz que: não tem em seu quadro menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou

perigoso, ou menores de 16 (dezesesseis) anos, excetuando-se qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. Anualmente a empresa emite uma Declaração para fins de GMS-Gestão de Materiais e Serviços de que não utiliza mão de obra infantil.

Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos

O pessoal de segurança é capacitado em boas práticas e coibição de excessos e respeito aos direitos humanos, condizentes com as políticas universais de Direitos

Humanos. Esse treinamento é realizado e comprovado pela empresa de segurança patrimonial terceirizada, sendo obrigatória a reciclagem bianual.

Pessoas

Saúde e segurança

[GRI 403-1] [GRI 403-2] [GRI 403-3] [GRI 403-4] [GRI 403-5] [GRI 403-6] [GRI 403-7] [GRI 403-8] [GRI 403-9] [GRI 403-10] [GRI 102-32] [GRI 102-33]



Uso de equipamento de proteção individual
Foto: ACO Tecpar

O Instituto prioriza a saúde e segurança no ambiente corporativo, por meio do atendimento das normas regulamentadoras do Ministério de Trabalho, que visam garantir a saúde e integridade física dos colaboradores.

Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho

O sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho foi implementado seguindo a CLT, Normas Regulamentadoras NR 01 a 37, Legislação de Prevenção e Combate a Incêndios e a Desastres, Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico e suas Normas e Procedimentos Técnicos como a NPT-017- Brigada de Incêndio.

Em cumprimento a Norma Regulamentadora NR – 04, o Instituto tem estruturado Serviço de Medicina e Segurança do Trabalho – SESMT, com dois (02) técnicos de segurança do trabalho e uma (01) enfermeira do trabalho. A coordenação do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – NR 07, é realizada por empresa terceirizada, também responsável pela elaboração e implementação dos programas e documentos exigidos pela legislação em saúde e segurança do trabalho.

O sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho abrange todos os empregados, de acordo com os riscos inerentes em cada atividade, desempenhadas nas áreas de negócio, gestão e apoio.

Visando orientar as empresas terceirizadas, foi instituída a Instrução de Trabalho IT N°411.00.001 – Orientações de Segurança e Saúde de Trabalho para Empresas Contratadas (serviços e obras), com o objetivo de estabelecer e manter as condições de trabalho nos termos da legislação vigente e concretizar os objetivos da Política de Segurança e Saúde do Trabalho.

Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes



Uso de equipamento de proteção individual
Foto: ACO Tecpar

A insalubridade e periculosidade é caracterizada por Laudos Técnicos de Condições e Meio Ambiente – LTCAT e Laudos de Insalubridade e Periculosidade, conforme determinam as Normas Regulamentadoras NR 15 e 16. O Instituto contrata empresa especializada, que realiza o levantamento nas áreas em que os profissionais desenvolvem suas atividades e, se necessário, solicita análise dos produtos químicos e medição de ruído entre outros. No caso de ser implantada uma nova atividade ou instalação de máquina ou equipamento, que podem se enquadrar como insalubres ou perigosos, são realizadas novas avaliações dos ambientes. A identificação e avaliação de riscos é realizada através do PGR- Programa de Gestão de Riscos, em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-01

Para os trabalhadores das empresas contratadas, são exigidos em contrato o cumprimento das normas regulamentadoras, além da apresentação das documentações obrigatórias indicadas pelas NR e certificação para comprovação da qualificação, conforme Instrução de Trabalho-IT 411.00.001- Orientações de Segurança e Saúde no Trabalho, da Divisão de Gestão de Pessoas/Segurança.

Na integração, todos os trabalhadores são orientados a buscarem suporte dos profissionais de segurança e medicina do trabalho em casos de acidentes ou perigos, para as devidas providências, além de investigação de acidentes que são realizados em conjunto com a comissão interna de prevenção de acidentes e assédio – CIPA, conforme a NR – 05.

Para manutenção e garantia da melhoria contínua, anualmente, através do PGR- Programa de Gestão de Riscos, são avaliados a continuidade ou não dos riscos e seus benefícios financeiros.

As inspeções de segurança, realizadas continuamente nas áreas de risco e a CIPA, são canais para os trabalhadores relatarem situações perigosas. Na integração e treinamentos de segurança, os trabalhadores são orientados para denunciarem situações de perigos ou riscos de acidentes. A CIPA e a Segurança do trabalho podem interditar atividades que não atendam as normas de segurança, até que a situação

esteja devidamente resolvida, visando a segurança dos trabalhadores.

Quando os empregados identificarem situações que possam causar acidente de trabalho ou doença profissional, devem acionar a Segurança do trabalho ou a CIPA para averiguar. Na ocasião é realizada inspeção e, se procedente, é emitido relatório com as recomendações, prazos e providências necessárias, bem como autorização do retorno do empregado as atividades. Quando se tratar de doenças profissionais, o Médico do trabalho avaliará e poderá afastar ou sugerir mudança de função, dependendo do Laudo do Médico especialista. Os empregados também podem utilizar a Ouvidoria.

Os empregados são orientados a comunicar acidentes e incidentes de trabalho. A investigação é realizada por técnico de segurança do trabalho e membro da CIPA, visando identificar as causas e fatores de risco. São coletadas informações dos trabalhadores que se envolveram direta ou indiretamente, indicando as situações perigosas e recomendações urgentes para neutralizar ou eliminar os riscos que influenciaram no acidente. A investigação é registrada com todas as informações indicando as providências e prazos para a devida regularização, podendo inclusive ser registrado plano de ação do PGR- Programa de Gestão de Riscos, em conformidade com a NR-01 Disposições Gerais.

Serviços de saúde do trabalho

O Instituto possui uma enfermeira do trabalho que realiza a gestão da saúde dos trabalhadores. Os exames médicos admissionais, periódicos, mudança de setor e demissional são realizados por médicos da empresa contratada. Os prontuários médicos ficam sob responsabilidade do médico coordenador do PCMSO da empresa contratada, conferindo o sigilo das informações e disponibilidade de documentos ao empregado, quando solicitado.

Os terceirizados tem acesso ao ambulatório médico quando necessitam de atendimento e se for o caso são encaminhados para unidades de saúde. Em todas as unidades há cobertura de serviços de ambulância, que prestam atendimento de urgência e emergência, para todas as pessoas que estejam nas dependências do Instituto.

Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho

No cumprimento das Normas de Segurança do Trabalho, o Instituto possui a Comissão interna de prevenção de acidentes e assédio CIPA – NR 05, com representantes dos trabalhadores e empregador. Para as empresas prestadoras de serviços terceirizados são exigidos a organização da CIPA, e quando não há enquadramento, são solicitados os designados da CIPA que representará seus trabalhadores nas questões de segurança do trabalho. As atividades da comissão são: inspeções de trabalho, investigação de acidentes, confecção de

mapas de riscos, campanhas de segurança e prevenção e organização da semana interna de prevenção de acidentes, realizada anualmente para a divulgação de temas relacionados a promoção da saúde e a prevenção de doenças e acidentes no trabalho.

A CIPA é uma grande aliada da área de Segurança do Trabalho na realização de inspeções, reuniões ordinárias (mensal) e extraordinárias (na ocorrência de acidentes /

Pessoas

incidentes ou por solicitação do seu presidente), e no tratamento conjunto das ações necessárias de prevenção da saúde e segurança. Para registro das investigações realizadas, é mantido um Relatório de Investigação e Análise de Acidentes, com objetivo de levantar as causas e realizar as medidas preventivas e ou corretivas.

A Brigada de Incêndio é responsável pela coordenação da evacuação da edificação em casos de

incêndios e outros acidentes, e cuida das ações de prevenção, como a checagem dos extintores, saídas de emergência e outros itens. Uma das funções da brigada de incêndio é o treinamento de toda a empresa para casos de evacuação. A equipe de brigadistas do Instituto conta com 51 funcionários que voluntariamente se credenciaram para participar das ações de combate a incêndio promovidas pela organização, sendo 40 no campus CIC, seis no Juvevê e quatro em Araucária.

Encontro com os brigadistas voluntários para agradecer o trabalho de prevenção desempenhado pela equipe em todas as unidades do instituto



Treinamento brigada de incêndio
Fonte: Acervo de imagens Segurança do Trabalho



Fonte: Instagram Tecpar



Tabela 34 . Comissões relacionadas a SST

Comissão	Número de integrantes		Representatividade	
Comissão interna de prevenção de acidentes e assédio (CIPA)	10		10	
Brigada de Emergência	CIC	41	CIC	15%
	Juvevê	5	Juvevê	13%
	Araucária	5	Araucária	23%
	TOTAL	51		

Nota Explicativa: A CIPA é composta por empregados eleitos e indicados pela Direção.

A Brigada de Emergência é composta por funcionários de cada área na quantidade necessária para atender a NPT-17 do Corpo de Bombeiros.

Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho

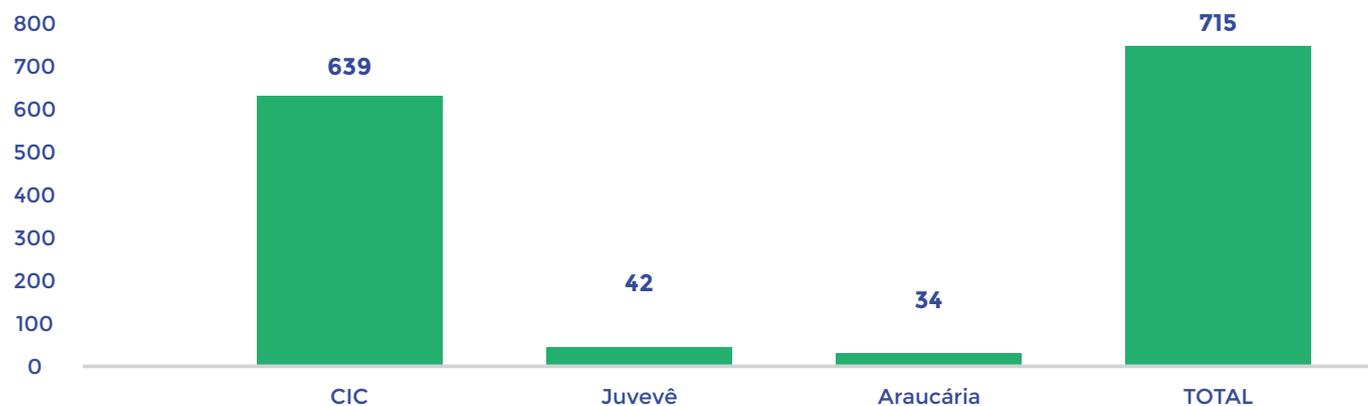
São realizados diálogos de segurança com os empregados e terceiros que trabalham em áreas com potencial de riscos. Os temas abordados nesses encontros são: Importância da utilização de EPI, saídas de emergência, treinamentos de uso de EPI, uso correto dos EPC entre outros.



Diálogo sobre segurança
Fonte: DGP/Intranet

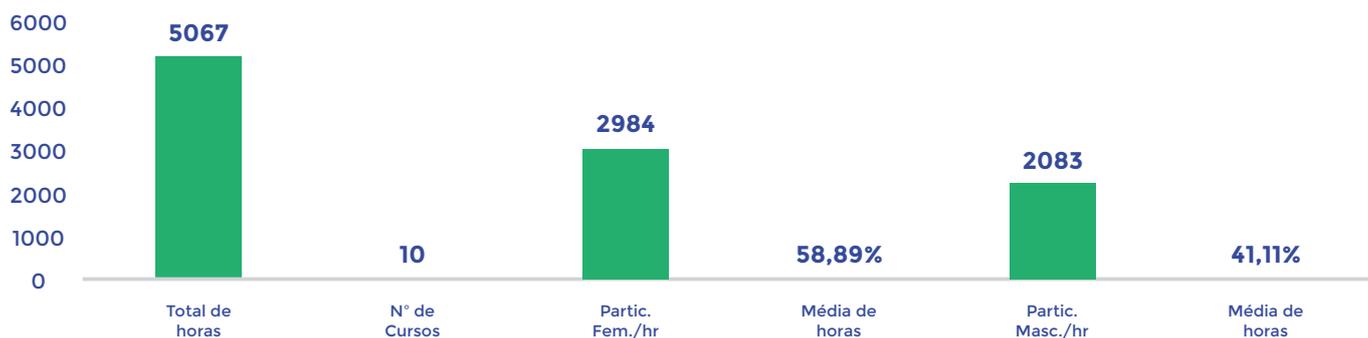
Pessoas

Gráfico 8 . Quantidade total de colaboradores treinados em SST



Nota Explicativa: Treinamentos realizados sobre Diálogos de Segurança, integrações, Emergências e Primeiros Socorros.

Gráfico 9 . Treinamento em saúde e segurança por horas e gênero



Nota Explicativa: O total de 5067 horas de treinamentos correspondem às participações dos funcionários em treinamentos internos e externos como: Brigada de Emergência, CIPA, Primeiros Socorros, Integrações de Segurança e os Diálogos de Segurança.

Tabela 35 . Nº de atividades de prevenção de acidentes de trabalho e afastamentos

Unidade	Número
CIC	28
Juvevê	12
Araucária	8
TOTAL	48

Nota Explicativa: Quantidade total de atividades de inspeções, auditorias e investigações realizadas no ano.

Promoção da saúde do trabalhador

O Instituto disponibiliza Plano de Saúde de cobertura nacional, com atendimentos médicos especializados, exames laboratoriais, de imagem, Fisioterapia, Psicologia, Nutricionista, Acupuntura, dentre outras especialidades. O plano de saúde oferece coleta de exames laboratoriais em nível domiciliar. Na unidade CIC há uma colaboradora da operadora do plano de saúde, que orienta os empregados quanto a agendamentos de consultas e exames, reembolso médicos, entre outros.

O Programa de Saúde Bucal, disponibiliza consultório odontológico na unidade CIC, com atendimento durante o horário de expediente, além de convênio com outros profissionais credenciados no Plano Odontológico.

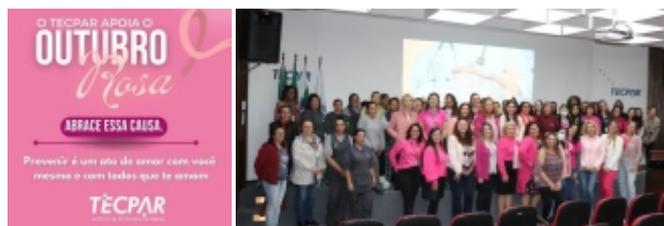
Todos os colaboradores têm à disposição ambulatório médico para atendimento de enfermagem em geral ou emergências.

A promoção a saúde trabalhador também é realizada por meio de palestras e eventos, programas institucionalizados (Apoio à Dependência Química; Atenção a Gestante e Nutriz; e Prevenção a Hipertensão Arterial), e controle de glicemia capilar. Todos os colaboradores têm acesso a essas ações que visam a melhoria da qualidade de vida.

Tabela 36 . Atividades e ações de saúde em 2022

Ações	Trimestres do ano			
	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto
Orientação Covid 19	5	2		1
Fevereiro Roxo (Lúpus, Alzheimer e fibromialgia)	3			
Dia Internacional da Mulher	1			
Março Lilás (prevenção câncer colo do útero)	1			
Campanha Influenza		1		
Primeiros Socorros		1		
Saúde Mental		1		1
Doação de Sangue		1		
Setembro Amarelo			1	
Outubro Rosa				1
Novembro Azul				1
TOTAL	10	6	1	4

Nota Explicativa: As campanhas são realizadas conforme calendário da saúde tendo como objetivo o incentivo a prevenção e promoção à saúde.



Evento Outubro rosa
Fonte: Intranet



Ações de saúde
Fonte: Intranet

Pessoas

Acidentes de trabalho

As medidas utilizadas para a eliminação e/ou minimização dos riscos de acidentes de trabalho são realizadas de acordo com nova Redação dada pela Portaria SEPRT n.º 6.730, de 09/03/20, no cumprimento das diretrizes

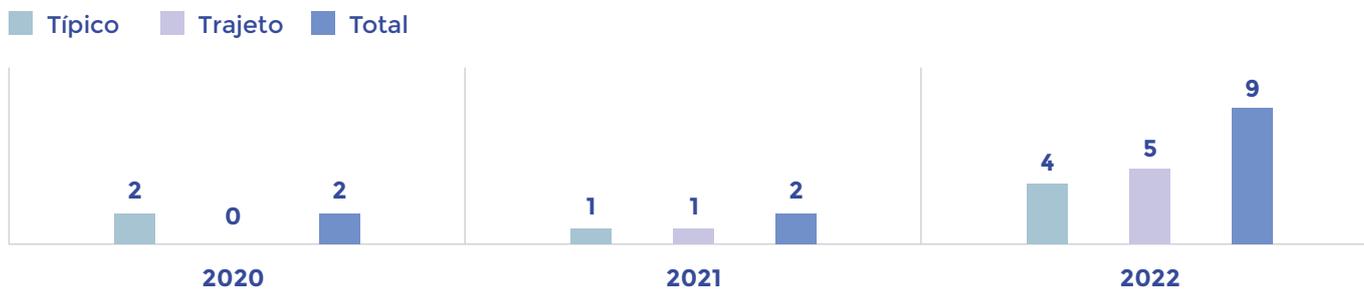
das Disposições Gerais e Programa de Gerenciamento de Risco Ocupacionais da Norma Regulamentadora NR – 01, em seu item 14.01.

Tabela 37 . Acidentes de trabalho com afastamento e emissão de CAT

Resumo dos acidentes de trabalho 2022	Números	
Óbitos resultantes de acidente de trabalho	0	0
Consequência grave (exceto óbitos)	0	0
Acidentes de trabalho com comunicação obrigatória	9 A.T. com afastamento	
Principais tipos de acidentes de trabalho	4 típicos	5 trajetos
Total de dias de afastamento	41 dias	21 dias

Nota Explicativa: Os acidentes típicos foram responsáveis por 68% do total de dias de afastamento do trabalho.

Gráfico 10 . Histórico de acidentes de trabalho



Nota Explicativa: Em 2022 do total de acidentes, 66% tiveram nexos causais.

Doenças profissionais

No período não houve casos de trabalhadores empregados ou terceirizados com doença ocupacional de comunicação obrigatória ou óbito.

Os riscos e perigos são identificados de acordo com o contexto da organização, previsto no Programa de Gestão de

Riscos- PGR Laudo Técnico das Condições Ambientais no Trabalho - LTCAT, Laudo de Insalubridade e Periculosidade e controlados através do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.



Responsabilidade social

Programa de Voluntariado Empresarial

[GRI 413-1] [GRI 413-2]

O "Tecpar em Ação" - programa de voluntariado empresarial, lançado em 2018 - promove ações que visam à criação de valor econômico e social para a sociedade, no enfrentamento de seus desafios e necessidades. Atualmente, o programa conta com onze instituições cadastradas e atende 6 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU: 1, 3, 4, 10, 12 e 17. No período coberto pelo relato, foram realizadas as atividades que seguem:

Treinamento de mentores
Fonte: Divisão de Relações Públicas

Reuniões com a comunidade

Foram realizadas, reuniões e encontros com representantes das comunidades locais e instituições parceiras do programa de voluntariado, com o objetivo de identificar as ações a serem desenvolvidas durante o ano para o melhor atendimento das necessidades de cada uma delas.



Reunião - Colégio Estadual Arlindo Carvalho de Amorim Antonio Vieira
Fonte: Divisão de Relações Públicas

Exposições

Oportunizou a participação da instituição Escola de Educação Especial Vivian Marçal no espaço de exposição, que ocupa na unidade CIC, durante o horário de almoço. Ao todo, foram realizadas 18 exposições, somando R\$13.526,50 arrecadados com as vendas, beneficiando um total 4.400 pessoas. A Escola Vivian Marçal oferece atendimento gratuito interdisciplinar especializado para crianças e adultos com deficiências motoras diversas.



Exposição - Escola - Vivian Marçal
Fonte: Divisão de Relações Públicas

Responsabilidade social

Ciclo de Profissões



Apresentação do Programa de Mentoria para estudantes dos Colégio Avelino Vieira
Fonte: Divisão de Relações Públicas

Este ano foi realizada a segunda edição da Mentoria de Orientação Profissional para Jovens e Adolescentes, englobada ao programa “Ciclo de Profissões”, que tem objetivo de auxiliar estudantes do Ensino Médio no planejamento de suas carreiras. Voluntários do Tecpar em Ação e do Programa de Voluntariado EletriCidadania, da Companhia Paranaense de Energia (Copel), tiveram a oportunidade de repassar suas experiências e conhecimentos para jovens que estão iniciando ou pretendem iniciar suas carreiras profissionais.

O programa conta com treinamento dos voluntários para atuarem como mentores em duas capacitações de 2 h cada, tendo ainda como suporte à atividade: manuais do mentor e do mentoreado, vídeos e conteúdo para leitura. Ao todo, foram capacitados 40 voluntários e atendidos 41 estudantes de 6 instituições (jovens e adolescentes do 3º ano do ensino médio de escolas públicas).

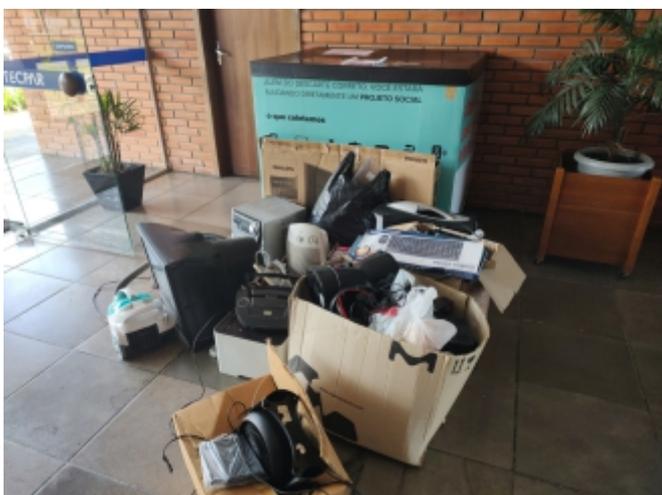
Campanha Permanente do Desapego



Campanha do Desapego – Entrega de itens
Fonte: Divisão de Relações Públicas

Durante o ano, são recebidos itens diversos que foram destinados às instituições parceiras do Tecpar em Ação. No total, foram arrecadados 1.573 itens, entre roupas, livros, utensílios de cozinha, brinquedos, dentre outros. Ao todo 928 unidades foram destinadas à Escola Vivian Marçal, 324 ao Projeto Vida, 163 ao CMEI João Botelho, 158 à Acridas, atendendo um total 907 pessoas.

Coleta de Materiais Eletrônicos



Coleta material eletrônico
Fonte: Divisão de Relações Públicas

Na caixa de coleta de lixo eletrônico localizada no campus CIC, foi realizado o recolhimento de itens como computadores, cabos, telefones, aparelhos eletrônicos, eletrodomésticos, entre outros. Além de conscientizar os colaboradores sobre a importância da correta destinação do material coletado, a ação visa arrecadar fundos para a Associação Acridas. Este ano foram realizadas duas coletas, totalizando 163,75 kg, revertidos em R\$ 602,68 para a instituição, beneficiando em torno de 120 pessoas.

Responsabilidade social

Campanha Aquece Paraná

Este ano, o Programa atuou como parceiro do Governo do Estado na arrecadação de roupas e cobertores para a “Campanha Aquece Paraná”. Foram arrecadados 294 itens, contendo agasalhos, calças, luvas, cachecóis, cobertores e

calçados, beneficiando um total de 60 pessoas. Os itens foram destinados a pessoas em situação de vulnerabilidade social para que pudessem se proteger das baixas temperaturas do inverno.

Palestras Profissionalizantes

Visando enriquecer o conhecimento e desenvolvimento de carreiras de alunos do ensino médio de escolas públicas, voluntários do programa dividiram seu conhecimento de carreira e de vida através de palestras com temas diversos.

A ação contou com três temas: “Agroecologia e Produção de Alimentos”, “Cientista: Inspirem-se neles” e “Carreira e Propósito”. Ao todo, foram atendidos 282 estudantes de 2 instituições: Colégio Estadual Rio Branco e Colégio Estadual Arlindo Carvalho de Amorim Antonio Vieira. Em agosto, foram realizadas 6 palestras, sendo dedicado um total de 18 h por parte dos voluntários do programa.



Palestra “Cientistas: inspirem-se neles”
Fonte: Divisão de Relações Públicas

Atendimento Clínico Individual

Após dois anos complicados de isolamento durante a pandemia, o Colégio Estadual Arlindo Carvalho de Amorim Antonio Vieira registrou casos de ansiedade em seus alunos no período letivo.

Com apoio do projeto, os alunos da instituição tiveram a possibilidade de realizar acompanhamento psicológico quinzenal. No período, 2(dois) estudantes e seus familiares foram atendidos de junho até setembro.

22º Natal Solidário

Todo ano, uma das instituições cadastradas no programa, que atenda crianças com até 12 anos, é beneficiada no Natal Solidário. No ano passado, foi selecionada a Associação Cristã de Assistência Social (Acridas). A associação trabalha para a promoção integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social. Em parceria com a Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS), ela executa programas de acolhimento de crianças de 02 a 12 anos, afastadas do convívio da família de origem por meio de medida protetiva.

Para esta ação houve a arrecadação de presentes, materiais escolares e produtos de higiene, beneficiando um total de 60 crianças. Esta ação integrou, ainda, a Campanha Natal Voluntário 2022 do Governo do Estado do Paraná.



22º Natal Solidário
Fonte: Divisão de Relações Públicas

Sumário de conteúdo GRI

[GRI 102-55]

NORMA GRI / CONTEÚDOS GERAIS

GRI 102 - PERFIL ORGANIZACIONAL	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 102-1: Nome da organização	06	
GRI 102-2: Atividades, marcas, produtos e serviços	26-34	
GRI 102-3: Localização da sede da organização	07	
GRI 102-4: Localização de operações		
GRI 102-5: Natureza da propriedade e forma jurídica	06	
GRI 102-6: Mercados atendidos	07	
GRI 102-7: Porte da organização		
GRI 102-8: Informações sobre empregados e outros trabalhadores	09-10	
GRI 102-9: Cadeia de suprimentos	11	
GRI 102-10: Mudanças significativas na organização e em sua cadeia de fornecedores	12-25	
GRI 102-11: Princípio ou abordagem da precaução	33	
GRI 102-12: Iniciativas Externas	35-40	
GRI 102-13: Participação em associações		

GRI 102 - ESTRATÉGIA	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 102-14: Declaração do mais alto executivo	04, 41-43	
GRI 102-15: Principais impactos, riscos e oportunidades	33	

GRI 102 - ÉTICA E INTEGRIDADE	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 102-16: Valores, princípios, normas e códigos de comportamento	48-52	
GRI 102-17: Mecanismos para orientações e preocupação referentes a ética		

GRI 102 - PERFIL ORGANIZACIONAL	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 102-18: Estrutura de governança	53-59	
GRI 102-19: Delegação de autoridade		
GRI 102-20: Responsabilidade de cargos e funções de nível executivo por tópicos econômicos, ambientais e sociais		
GRI 102-21: Consulta a stakeholders sobre temas econômicos, ambientais e sociais		
GRI 102-22: Composição do mais alto órgão de governança e seus comitês		
GRI 102-23: Presidente do mais alto órgão de governança		
GRI 102-24: Seleção e nomeação para o mais alto órgão de governança		Em março de 2023, o Presidente do Tecpar foi exonerado a pedido.
GRI 102-25: Conflitos de interesse		
GRI 102-26: Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na definição de propósito, valores e estratégia		
GRI 102-27: Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança		
GRI 102-28: Avaliação de desempenho do mais alto órgão de governança		

Sumário de conteúdo GRI

[GRI 102-55]

GRI 102-29: Identificação e gestão de impactos econômicos, ambientais e sociais		
GRI 102-30: Eficácia dos processos de gestão de riscos		
GRI 102-31: Análise dos tópicos econômicos, ambientais e sociais		
GRI 102-32: Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade		
GRI 102-33: Comunicação de preocupações cruciais		
GRI 102-34: Natureza e número total de preocupações cruciais		
GRI 102-35: Políticas de remuneração		
GRI 102-36: Processo para determinação de remuneração	74	
GRI 102-37: Envolvimento dos stakeholders na remuneração	75	
GRI 102-38: Proporção da remuneração total anual		
GRI 102-39: Proporção do aumento percentual na remuneração total anual		

GRI 102 - ENGAJAMENTO DOS STAKHOLDERS	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 102-40: Lista dos grupos de stakeholders	32-33	
GRI 102-41: Acordos de negociação coletiva	75	
GRI 102-42: Identificação e seleção de stakeholders		
GRI 102-43: Abordagem para engajamento de stakeholders		
GRI 102-44: Principais preocupações e tópicos levantados		

GRI 102 - PRÁTICAS DE RELATO	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 102-45: Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	60	
GRI 102-46: Definição do conteúdo do relatório e os limites de tópicos	05	
GRI 102-47: Lista de tópicos materiais	44-47	
GRI 102-48: Reformulações de informações	05	
GRI 102-49: Alterações no relato		
GRI 102-50: Período coberto pelo relatório		
GRI 102-51: Data do relatório mais recente		
GRI 102-52: Ciclo de emissão de relatórios		
GRI 102-53: Contato para perguntas sobre o relatório		
GRI 102-54: Declarações de relato em conformidade com as Normas GRI		
GRI 102-55: Sumário de conteúdo GRI	90	
GRI 102-56: Verificação externa	05	Relatório não submetido a verificação externa.

Sumário de conteúdo GRI

[GRI 102-55]

NORMA GRI - CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

GRI 200 - DESEMPENHO ECONÔMICO	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 201-1: Valor econômico direto gerado e distribuído	60	
GRI 201-2: Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	--	
GRI 201-3: Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria	62	
GRI 201-4: Apoio financeiro recebido do governo	63	
GRI 202 - PRESENÇA NO MERCADO	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 202-1: Proporção entre o salário mais baixo e o salário-mínimo local, com discriminação por gênero	78	
GRI 202-2: Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade local	--	
GRI 203 - IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 203-1: Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	--	
GRI 203-2: Impactos econômicos indiretos significativos	--	
GRI 204 - PRÁTICAS DE COMPRAS	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 204-1: Proporção de gastos com fornecedores locais	--	
GRI 205 - COMBATE A CORRUPÇÃO	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 205-1: Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	51-52	
GRI 205-2: Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção		
GRI 205-3: Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas		
GRI 206 - CONCORRÊNCIA DESLEAL	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 206-1: Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	52	Não foram identificadas ações judiciais contra a empresa.
GRI 207 - TRIBUTOS	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 207-1: Abordagem tributária	63	
GRI 207-2: Governança, controle e gestão de risco fiscal	64	
GRI 207-3: Engajamento de stakeholders e gestão de suas preocupações quanto a tributos		
GRI 207-4: Relato país-a-país	--	A empresa realiza suas operações apenas no Brasil.

Sumário de conteúdo GRI

[GRI 102-55]

GRI 300 - DESEMPENHO AMBIENTAL

GRI 301: CONTEÚDO ESPECÍFICO - MATERIAIS	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 301-1: Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume	--	
GRI 301-2: Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	--	
GRI 301-3: Produtos e suas embalagens reaproveitados	--	

GRI 302 - ENERGIA	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 302-1: Consumo de energia dentro da organização	65-67	
GRI 302-2: Consumo de energia fora da organização		
GRI 302-3: Intensidade energética		
GRI 302-4: Redução do consumo de energia		
GRI 302-5: Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços		

GRI 303 - ÁGUA E EFLUENTES	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 303-1: Interações com a água como recurso compartilhado	67-68	
GRI 303-2: Gestão de impactos relacionados ao descarte de água		
GRI 303-3: Captação de água		
GRI 303-4: Descarte de água		
GRI 303-5: Consumo de água		

GRI 304 - BIODIVERSIDADE	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 304-1: Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora das áreas de proteção ambiental	--	
GRI 304-2: Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	--	
GRI 304-3: Habitats protegidos ou restaurados	--	
GRI 304-4: Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização	--	

GRI 305 - EMISSÕES	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 305-1: Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)	--	
GRI 305-2: Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia	--	
GRI 305-3: Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)	--	
GRI 305-4: Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	--	
GRI 305-5: Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	--	
GRI 305-6: Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO)	--	
GRI 305-7: Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas	--	

Sumário de conteúdo GRI

[GRI 102-55]

GRI 306 – RESÍDUOS	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 306-1: Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	69-70	
GRI 306-2: Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos		
GRI 306-3: Resíduos gerados		
GRI 306-4: Resíduos não destinados para disposição final		
GRI 306-5: Resíduos destinados para disposição final		
GRI 308 - AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 308-1: Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais		
GRI 308-2: Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas		
GRI 400 - DESEMPENHO SOCIAL		
GRI 401 - EMPREGO	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 401-1: Novas contratações e rotatividade de empregados	75-76	
GRI 401-2: Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período integral		
GRI 401-3: Licença maternidade/paternidade		
GRI 402 - RELAÇÕES DE TRABALHO	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 402-1: Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	77	
GRI 403 - SAÚDE E SEGURANÇA	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 403-1: Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	80-81	
GRI 403-2: Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes		
GRI 403-3: Serviços de saúde do trabalho		
GRI 403-4: Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referente a saúde e segurança do trabalho	81	
GRI 403-5: Capacitação dos trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	83, 85	
GRI 403-6: Promoção da saúde do trabalhador	85	
GRI 403-7: Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações do negócio	81-84	
GRI 403-8: Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão da saúde e segurança do trabalho		
GRI 403-9: Acidentes de trabalho	86	
GRI 403-10: Doenças profissionais	86	

Sumário de conteúdo GRI

[GRI 102-55]

GRI 404 - CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 404-1: Média de horas de capacitação por ano, por empregado	73	
GRI 404-2: Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	--	
GRI 404-3: Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	--	
GRI 405 - DIVERSIDADE, IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 405-1: Diversidade em órgãos de governança e empregados	78	
GRI 405-2: Proporção entre salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	78-79	
GRI 406 - NÃO DISCRIMINAÇÃO	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 406-1: Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	79	
GRI 407 - LIBERDADE SINDICAL E NEGOCIAÇÃO TRABALHISTA	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 407-1: Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	75	
GRI 408 - TRABALHO INFANTIL	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 408-1: Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	79	
GRI 409 - TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO A ESCRAVIDÃO	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 409-1: Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo a escravidão	11, 79	
GRI 410 - PRÁTICAS DE SEGURANÇA	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 410-1: Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	79	
GRI 411 - DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 411-1: Casos de violação de direitos de povos indígenas	79	
GRI 413 - COMUNIDADES LOCAIS - VOLUNTARIADO	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 413-1: Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	87-89	
GRI 413-2: Operações com impactos negativos significativos reais ou potenciais, nas comunidades locais		Não foi identificado impactos negativos reais ou potenciais das operações junto às comunidades locais.

Sumário de conteúdo GRI

[GRI 102-55]

GRI 414 - AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 414-1: Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	11	
GRI 414-2: Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas		
GRI 415 - POLÍTICAS PÚBLICAS	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 415-1: Contribuições políticas	64	
GRI 416 - SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 416-1: Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	--	
GRI 416-2: Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços	--	
GRI 417 - MARKETING E ROTULAGEM	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 417-1: Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	--	
GRI 417-2: Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços		
GRI 417-3: Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing		
GRI 418 - PRIVACIDADE DO CLIENTE	PÁGINA	OBSERVAÇÃO
GRI 418-1: Queixas comprovadas relativas à violação da privacidade e perda de dados de clientes	--	

Expediente



COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO TÉCNICA

Ana Cristina Francisco

Assessoria de Planejamento Estratégico

GRUPO DE TRABALHO

Debora Cristina Colla

Centro de Informação Tecnológica

Marcos Julius Zanon

Compliance

Carolina Perottoni

Setor de Gestão de Projetos

Dane Cristina Dutra Woitechén

Divisão Orçamentária, Financeira e Contábil

Hosana Lopes Francisco

Divisão de Relações Públicas

Ricardo Augusto de Almeida Pastro

Sistema de Gestão Integrado

ELABORAÇÃO

Marion Teuber Stautt

Revisão Ortográfica

Gilmar Silva de Andrade

Assessoria de Planejamento Estratégico

Viviane Siqueira

Assessoria de Planejamento Estratégico

Sidney Saito

Design gráfico /Diagramação



TÊCPAR
INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE 2022



Acesse
nosso site
pelo QR Code

tecpa.br



Endereço

Rua Prof. Algacyr Munhoz Mader, 3775
CIC . 81350-010 . Curitiba . PR



Telefones

(41) 3316-3000 / 2104-3000

Serviço de Atendimento ao Cliente

SAC 0800 6451 725

Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h



www.tecpa.br | sac@tecpa.br

 /tecpaoficial

 /tecpa.br

 /TecpaBR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO